



GUINÉ-BISSAU

agosto de 2015

CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E PEDIDO DE ACORDO TRIENAL NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A GUINÉ-BISSAU

No contexto da sétima avaliação do acordo Facilidade de Crédito Alargado e pedido de alteração de critérios de desempenho, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui um pronunciamento do Presidente do Conselho
- **Relatório do Corpo Técnico** Consulta do Artigo IV e solicitação para um acordo de três anos no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado elaborado por uma equipa de técnicos do FMI para a consideração do Conselho Executivo em 10 de julho de 2015, na sequência da discussão que terminou em 05 de maio de 2015 com os funcionários da Guiné-Bissau sobre a evolução e políticas subjacentes ao acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado econômicos. Com base nas informações disponíveis na altura dessas discussões, o relatório pessoal foi concluída em 24 de junho de 2015.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador do FMI** para a Guiné-Bissau.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau*

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da Guiné-Bissau*

Memorando Técnico de Entendimento*

Guiné-Bissau – Temas Seleccionados

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com

International Monetary Fund • Publication Services

PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090

Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201

E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Comunicado de Imprensa nº 15/331
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
10 de Julho de 2015

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI aprova acordo trienal de USD 23,9 milhões com a Guiné-Bissau, no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), e conclui a consulta do Artigo IV de 2015

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje um acordo trienal com a Guiné-Bissau, no montante de DES 17,04 milhões (cerca de USD 23,9 milhões, 120 por cento da quota), no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF),¹ e também concluiu as consultas de 2015 ao abrigo do Artigo IV.² Esta aprovação permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DES 2,84 milhões (cerca de USD 4,0 milhões, 20 por cento da quota do país).

O programa das autoridades, o qual está ancorado no Plano Estratégico do Governo 2014-2018, tem como objetivo consolidar a posição fiscal mediante melhor gestão das despesas e maior mobilização de receitas, aprofundar as reformas institucionais, mitigar as vulnerabilidades e desenvolver o sector privado para apoiar o crescimento e a geração de empregos. O programa concentra-se na melhoria do arcabouço de políticas ao tratar de questões de governação e segurança, melhorar a transparência do orçamento, reforçar os investimentos públicos e a gestão da dívida e aperfeiçoar a compilação de estatísticas.

Após as discussões do Conselho de Administração sobre a Guiné-Bissau, o Sr. Mitsuhiro Furusawa, Diretor-Geral Adjunto e Presidente em exercício do Conselho, fez o seguinte pronunciamento:

¹ A ECF proporciona assistência financeira a todos os países habilitados a receber apoio ao abrigo do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT), do FMI, e que enfrentem problemas prolongados da balança de pagamentos (ou seja, quando existe a expectativa de que a resolução dos desequilíbrios macroeconómicos subjacentes se estenderia até o médio ou longo prazo). Apoia programas económicos formulados pelos próprios países que visam a avançar rumo a uma posição macroeconómica estável e sustentável, compatível com a redução da pobreza e o crescimento forte e duradouro. O acesso ao financiamento no âmbito da ECF é definido caso a caso, tomando em conta a necessidade da balança de pagamentos do país e o vigor do seu programa económico, e é orientado por normas de acesso. O financiamento no âmbito da ECF tem taxa de juro zero até ao fim de 2016, carência de 5½ anos e vencimento final em 10 anos. O FMI revê o nível das taxas de juro de todas as facilidades concessionais ao abrigo do PRGT a cada dois anos, e a próxima revisão está prevista para ocorrer no fim de 2016.

² Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

“O novo governo da Guiné-Bissau tomou medidas importantes para promover a estabilidade política e retomar as reformas que haviam sido interrompidas. O programa económico das autoridades contém metas adequadamente ambiciosas, nomeadamente o fortalecimento da posição orçamental, a preservação da estabilidade financeira e a melhoria do ambiente de negócios. Contudo, os desafios pela frente ainda são consideráveis, e incluem a reforma do sector de segurança sem financiamento suficiente, os défices significativos de infraestruturas e a pobreza generalizada. O êxito do programa depende da aplicação plena dos compromissos de políticas assumidos pelas autoridades, do apoio popular alargado e da ajuda contínua dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

“É de saudar o foco das autoridades nas reformas para aperfeiçoar a execução do orçamento e a gestão das finanças públicas. Reforçar a mobilização de receita será importante para criar o espaço fiscal para as tão necessárias despesas sociais e infraestruturais. A eficácia na gestão da dívida exige atualização imediata das práticas correntes e o recurso contínuo aos empréstimos em condições concessionais.

“A decisão das autoridades de não utilizar seus recursos escassos para amparar bancos com problemas é uma medida bem-vinda e coerente com as boas práticas internacionais. Preservar a estabilidade financeira exige grau elevado de vigilância no futuro próximo, bem como a cooperação mais estreita com a Comissão Bancária da UEMOA.

“Serão necessárias reformas estruturais profundas para promover a diversificação económica e o crescimento mais inclusivo. Os esforços redobrados para melhorar o ambiente de negócios, incluindo o acesso alargado aos serviços financeiros, aumentarão a competitividade da Guiné-Bissau e ajudarão a reduzir a pobreza. A reformulação ou eliminação do FUNPI, o fundo de fomento do desenvolvimento agrícola, com base nas constatações da auditoria que está em curso, poderia lançar as bases para o desenvolvimento vigoroso da atividade privada num sector-chave.”

O Conselho de Administração também concluiu a consulta do Artigo IV de 2015 com a Guiné-Bissau.

Em novembro de 2014, o FMI aprovou apoio à Guiné-Bissau no âmbito da Facilidade de Crédito Rápido para fazer face às necessidades de financiamento do balanço de pagamentos e catalisar apoio adicional dos parceiros de desenvolvimento. Deste então, o governo recém-eleito tomou medidas para enfrentar os desafios económicos e sociais do país, e obter apoio dos parceiros de desenvolvimento. As autoridades adotaram medidas que produziram resultados rápidos, como a criação de um Comité de Gestão no Tesouro e diversas medidas para reforçar a mobilização de receita doméstica. Para mobilizar o apoio dos parceiros de desenvolvimento ao seu Plano Estratégico, o governo organizou uma mesa-redonda de doadores em Bruxelas, em março deste, que produziu promessas significativas dos parceiros de desenvolvimento.

O crescimento económico recuperou-se em 2014, a inflação dos preços ao consumidor recuou e o equilíbrio externo melhorou, ao passo que a posição fiscal sofreu ligeira deterioração.

Avaliação do Conselho de Administração³

“Os Administradores concordaram com o teor geral da avaliação do corpo técnico e louvaram as autoridades por sua determinação em promover a estabilidade política e macroeconómica. Contudo, observando que a Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios socioeconómicos consideráveis, os Administradores vincaram a necessidade de manter o forte compromisso com políticas prudentes e reformas abrangentes. Concordaram que o reinício do apoio financeiro por parte dos parceiros de desenvolvimento será essencial para melhorar as perspectivas económicas do país e reduzir a pobreza.

“Os Administradores salientaram a importância da disciplina orçamental e de despesas públicas eficientes. Incentivaram o prosseguimento dos esforços para fortalecer a mobilização de receita e criar espaço fiscal adicional para abordar os profundos défices de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em especial, os Administradores salientaram a necessidade de reforçar a gestão das finanças públicas, em particular os processos de execução orçamental. Instaram também pela continuidade dos avanços na reforma do sector da segurança.

“Os Administradores salientaram a importância de garantir a sustentabilidade da dívida, buscando financiamentos em condições altamente concessionais. A prudência na contratação de empréstimos será essencial em vista dos grandes planos de investimento público da Guiné-Bissau e a sua vulnerabilidade a choques.

“Os Administradores concordaram que a estabilidade do sector financeiro é imprescindível para o crescimento. Nesse contexto, incentivaram as autoridades a fortalecer o sistema bancário, sobretudo ao reforçar a supervisão da banca e abordar o problema dos créditos malparados. Igualmente importantes serão as medidas para promover o aprofundamento do mercado financeiro, em cooperação com as instituições pertinentes da união monetária.

“Os Administradores salientaram a necessidade de reformas estruturais para estimular a concorrência e alcançar o crescimento diversificado e inclusivo. Concordaram que, para impulsionar a atividade do sector privado, deve-se dar prioridade à melhoria do ambiente de negócios e das infraestruturas e à facilitação do acesso aos serviços financeiros. Acolheram positivamente a auditoria do FUNPI, o fundo de fomento do desenvolvimento agrícola, e

³ Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/eternal/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

incentivaram as autoridades a reformular a governação e as operações do fundo com base nas constatações da auditoria.

“Os Administradores salientaram a importância de melhorar a qualidade e atualidade das estatísticas económicas da Guiné-Bissau. Incentivaram as autoridades a melhorar a articulação entre as diversas instituições envolvidas na produção de dados e garantir que estas disponham de recursos suficientes.

“Espera-se que a próxima consulta com a Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV seja realizada em conformidade com a decisão do Conselho de Administração sobre os ciclos de consulta para países membros com acordos com o FMI.”

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos, 2012-2020

População (milhões)	1.7										
Quota (corrente, milhões de DSE; % total)	14,2 (0,01 %)				PIB per capita (USD de 2014)				639		
Principais produtos e exportações	O caju representa cerca de 90% das exportações				Taxas de alfabetização/pobreza				55/69.3		
Principais mercados de exportação	Índia e Europa										
	2012	2013	2014		2015		2016	2017	2018	2019	2020
			RCF	Prelim.	RCF	Proj.			Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Contas nacionais e preços											
PIB real a preços de mercado	-1.8	0.8	2.5	2.5	4.0	4.7	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0
PIB real per capita	-4.0	-1.4	0.3	0.3	1.7	2.4	2.5	2.7	2.7	2.7	2.7
Deflator do PIB	-0.8	-1.0	3.7	5.4	2.8	5.9	1.8	2.3	2.7	2.8	2.9
Índice de preços no consumidor (média anual)	2.1	0.8	-0.8	-1.0	3.3	1.3	2.3	2.7	3.0	3.0	3.0
Sector externo											
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	-44.8	16.3	14.8	12.7	4.9	13.1	7.2	5.2	5.5	5.6	5.7
Importações, FOB (com base em valores em USD)	-24.4	0.6	26.2	24.7	4.2	7.9	10.4	8.7	8.1	10.1	10.6
Volume de exportações	-27.2	18.6	-9.3	-1.4	4.9	8.7	5.0	2.0	2.3	2.3	2.3
Volume de importações	-26.0	1.5	30.9	30.9	7.4	26.1	9.8	6.7	6.9	9.6	10.4
Termos de troca (deterioração = -)	-29.7	-20.1	30.2	31.4	3.0	24.5	-0.3	0.7	1.3	2.0	2.4
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	4.9	-7.6	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	510.2	493.9	...	493.5	...	...	...	...	...	...	...
Finanças públicas											
Receitas internas (excl. donativos)	-12.5	-10.6	39.5	59.4	-0.6	17.1	17.9	-2.1	9.8	9.8	9.8
Receitas internas (excluindo donativos e extraordinárias)	-12.5	-10.6	26.0	47.7	10.0	20.9	9.5	10.1	9.8	9.8	9.8
Total da despesa	-26.4	-2.1	58.2	86.4	-3.3	-3.1	14.5	5.3	6.8	8.9	9.1
Despesas correntes	8.5	-20.1	58.6	75.8	-6.8	-3.8	5.4	5.6	5.9	8.6	8.3
Despesas correntes (excl. despesas relacionada às eleições)	8.5	-20.1	41.9	57.2	5.6	7.6	5.4	5.6	5.9	8.6	8.3
Despesas de capital	-80.4	152.9	57.1	115.4	6.5	-1.7	34.0	4.9	8.3	9.5	10.5
Moeda e crédito											
Ativos internos líquidos ¹	14.0	8.4	-1.1	-4.2	7.3	-6.9	-7.9	-5.7	-3.2	-2.6	0.4
Crédito ao governo (líquido)	11.3	0.3	8.2	0.5	0.0	1.8	-0.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito à economia	7.9	1.4	2.2	-2.9	2.4	2.7	2.7	3.0	3.1	3.2	3.3
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	3.1	2.7	2.5	2.2	2.4	2.2	2.2	2.1	2.1	2.1	2.1
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)											
Investimento e poupança											
Investimento bruto	7.3	7.0	7.1	10.8	7.1	11.7	13.1	12.9	12.9	13.1	13.3
Do qual: investimento público	2.1	3.1	1.9	7.2	1.9	6.4	8.0	7.8	7.8	7.9	8.1

Poupança interna bruta	-3.9	-0.7	-2.7	1.1	-2.7	1.3	1.9	1.1	0.8	0.2	-0.5
<i>Do qual: poupança pública</i>	-2.6	-2.2	-8.0	-4.0	-6.8	-1.2	0.2	-0.8	-0.3	-0.1	0.0
Poupança nacional bruta	-1.5	2.7	6.7	9.6	3.2	8.1	8.4	7.4	6.9	5.9	4.8
Finanças públicas											
Total da receita ²	9.1	8.1	11.4	12.0	10.6	12.6	14.0	12.7	13.0	13.2	13.4
Despesa primária interna total	12.3	9.7	15.3	15.5	18.4	13.0	13.8	13.1	13.2	13.2	13.2
Saldo primário interno	-3.3	-1.6	-3.9	-3.5	-7.8	-0.3	0.1	-0.4	-0.3	0.0	0.2
Saldo global (base de compromissos)											
Incluindo donativos	-2.2	-1.8	-1.8	-2.2	-3.5	-1.5	-1.8	-2.4	-1.8	-1.6	-1.4
Excluindo donativos	-4.6	-5.3	-10.0	-11.2	-8.7	-7.6	-7.7	-8.6	-8.1	-8.1	-8.1
Conta corrente externa (incl. transferências correntes oficiais)	-8.8	-4.4	-0.4	-1.2	-3.9	-3.6	-4.7	-5.5	-6.0	-7.2	-8.6
Excluindo transferências oficiais	-10.6	-5.1	-6.7	-5.4	-6.8	-5.3	-6.3	-7.1	-7.6	-8.9	-10.3
Stock nominal da dívida pública	47.3	49.7		51.9		49.6	48.2	47.5	45.3	43.3	41.3
Do qual: dívida externa	17.9	16.5		17.2		18.0	16.6	15.9	16.2	16.8	17.5

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

Por memória:

PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	508.3	507.2	504.5	548.4	539.5	608.0	648.5	696.5	750.9	810.5	875.5
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Contributo percentual ao crescimento dos meios de pagamento.² As receitas extraordinárias totalizaram 0,9% do PIB em 2014 (devido à transferências dos proventos do FUNPI para o Tesouro) e deverão representar 0,5% do PIB em 2015 (devido à venda das licenças 3G) e 1,6% do PIB em 2016 (devido sobretudo às receitas da venda de madeira ilegal apreendida e à cobrança dos respetivos impostos).



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DO ARTIGO IV DE 2015 E PEDIDO DE ACORDO TRIENAL NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

24 de junho de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto: Uma série de golpes de estado desde a independência deram origem a uma situação de instabilidade política crónica e impediram o progresso económico e social. A Guiné-Bissau reiniciou o progresso desde a posse do atual governo inclusivo em meados de 2014. A economia está em recuperação após declínio em 2012 e crescimento modesto em 2013. A inflação continua baixa e a estabilidade parece factível. O golpe de estado de abril de 2012 interrompeu a implementação do programa trienal apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF), aprovado pelo Conselho em maio de 2010, e o acordo caducou. O apoio do FMI através do desembolso da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) de 2014 e o empenho das autoridades em iniciar reformas reacenderam a confiança dos doadores.

Discussões do Artigo IV. As discussões de políticas centraram-se em medidas para superar a fragilidade; na consolidação fiscal e nas reformas da gestão das finanças públicas; no restabelecimento da estabilidade financeira; nas políticas de contratação de empréstimos e na sustentabilidade da dívida de longo prazo; no desenvolvimento do sector privado e nas reformas estruturais para melhorar as perspetivas de crescimento inclusivo.

O programa proposto. O programa de desenvolvimento das autoridades, baseia-se no *Plano Estratégico para 2014-2018*, e tem como objetivo a consolidação fiscal através da melhoria da gestão das despesas e da maior mobilização de receitas, aprofundar a reforma institucional, mitigar vulnerabilidades e desenvolver o sector privado para estimular o crescimento e o emprego. O programa centra-se na melhoria do arcabouço de políticas abordando questões de governação e segurança, reforçando a transparência orçamental, o investimento público e a gestão da dívida e melhorando a compilação de estatísticas. Os indicadores de referência estruturais focam nessas questões, enquanto os critérios de desempenho quantitativo (CDQ) incluem limite mínimo (pisso) para a arrecadação de receitas e limite máximo (teto) sobre o crédito líquido ao governo (a âncora do programa).

Pedido de um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. Em apoio ao seu programa de reforma económica de médio prazo, as autoridades solicitam um acordo trienal ao abrigo da ECF, no montante equivalente a DES 17,04 milhões (120 por cento da quota).

Os riscos do programa incluem a ainda frágil situação política, que poderá retardar a implementação de reformas, a evolução adversa dos termos de troca, o enfraquecimento da confiança dos doadores, e o risco mais elevado de contaminação do vírus Ébola a partir de países vizinhos.

Aprovado por
Roger Nord (AFR) e
Peter Allum (SPR)

As discussões ocorreram em Bissau, entre os dias 23 de abril e 5 de maio de 2015. A equipa do corpo técnico incluiu os Srs. Fischer (chefe), Kumah, da Silva e Klos e a Sra. Newiak (todos do AFR), além do Sr. Torrez (representante residente). O Sr. Melhado, o próximo representante residente, participou de algumas discussões. O Sr. Fonseca (economista local do escritório do FMI em Bissau) prestou apoio à missão. A equipa reuniu-se com Suas Excelências o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, o Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, o Ministro da Economia e Finanças Geraldo Martins, o Diretor Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) João Fadia, outros altos funcionários e representantes do sector privado e parceiros de desenvolvimento.

SUMÁRIO

FALTOU A LISTA DE ACRÔNIMOS E CRIAR O ÍNDICE COM LINKS AO TEXTO

CONTEXTO: PONTO DA SITUAÇÃO	5
A. Abordando a Estabilidade Política e os Respetivos Desafios	5
B. Lições do Último Programa Apoiado pela ECF	8
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E PERSPETIVAS DE CURTO PRAZO	8
ARCABOUÇO DE MÉDIO PRAZO	9
DISCUSSÕES DE POLÍTICAS E O PROGRAMA PROPOSTO	11
A. Superando a Fragilidade	11
B. Aprofundando as Reformas Fiscais	12
C. Restaurando a Estabilidade Financeira	17
D. Mantendo Políticas Prudentes de Contratação de Empréstimos	18
E. Melhorando a Competitividade e a Estabilidade Externa	20
F. Promovendo o Crescimento Inclusivo	22
G. Outros Problemas de Supervisão	23
MODALIDADES E ACESSO AO PROGRAMA	24
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	25
CAIXAS	
1. Resultado da Mesa Redonda de Doadores de 25 de Março de 2015 em Bruxelas	7
2. Resposta às Recomendações do FMI da Consulta do Artigo IV de 2013	7
3. Tributação Potencial x Desempenho, 2001-2014	15
4. Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis	16
5. Aprofundamento e Inclusão Financeiros na Guiné-Bissau	19
6. Avaliação da Estabilidade Externa	23

FIGURAS

1. Facilidade de Fazer Negócios, 2015	21
2. Desenvolvimentos Económicos, 2010-2014	28
3. Desenvolvimentos Económicos Adicionais, 2010-2015	29
4. Perspetivas a Médio Prazo, 2013-2018	30

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2012-2020	31
2a. Operações do Governo Central, 2012-2018 (Mil milhões de FCFA)	32
2b. Operações do Governo Central, 2012-2018 (Percentagem do PIB)	33
3. Contas Monetárias, 2011-2018	34
4. Balanço de Pagamentos, 2012-2018	35
5. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2014-2024	36
6. Calendário Proposto de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2015-2018	37
7. Indicadores de Solidez Financeira, 2010-2014	38
8. Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2015-2016	39
9. Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2015-2016	40

APÊNDICES

1. Carta de Intenções	41
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	43
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	55
2. Matriz de Avaliação de Riscos	61
3. Comunicado de Imprensa	64

Lista de Acrônimos

AS	África Subsariana
ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida
AT	Assistência Técnica
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CFA	Comunidade Financeira Africana (Franco)
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGA	Direção-Geral da Agricultura
DGCI	Departamento de Gestão e de Comércio Internacional
DMFAS	Gestão de Dívida e Sistema de Análise Financeira
EAGB	Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
EAU	Emirados Árabes Unidos
ECF	Facilidade de Crédito Alargado
EMP	Empréstimo Malparado
FCFA	Franco da Comunidade Financeira Africana
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FUNPI	Fundo de Promoção à Industrialização de Produtos Agrícolas
GAFI	Grupo de Ação Financeira sobre o Branqueamento de Capitais
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GIABA	Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
NIRF	Normas Internacionais de Relato Financeiro
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PRSDS	Programa de Reforma do Sector de Defesa e Segurança
RSS	Reforma do Sector de Segurança
SIGRHAP	Sistema de Gestão de Pessoal
SYDONIA	Sistema Informatizado de Gestão de Dados Aduaneiros
SYGADE	Sistema de Gestão da Dívida
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-Africana

CONTEXTO: PONTO DA SITUAÇÃO

A. Abordando a Estabilidade Política e os Respetivos Desafios

1. Desde a independência em 1974, a Guiné-Bissau teve 18 golpes, tentativas de golpe e supostos golpes militares; a instabilidade política crónica daí resultante impediu o crescimento.

O último golpe de estado ocorreu em abril de 2012, no meio da corrida presidencial e interrompeu um programa trienal apoiado pela ECF que, de contrário, estava a ser bem-sucedido. Os efeitos do golpe foram profundos, à medida que o crédito externo e a cobrança de impostos desabaram e a incerteza política durante o governo de transição formado em maio de 2012 incentivou a procura de rendas e a corrupção. Após pressão e o apoio financeiro da comunidade internacional, eleições presidenciais e parlamentares bem-sucedidas levaram o governo do Presidente Vaz ao poder em julho de 2014. A situação da segurança permanece calma. Uma comissão multipartidária foi formada para rever a constituição com o objetivo de clarificar as respetivas competências do Presidente e do Primeiro-ministro. Paralelamente, o governo iniciou uma reforma abrangente do sector de segurança que procura abordar as aposentações das forças de segurança, melhorar a eficiência do exército nacional e por um fim aos recorrentes golpes.

2. O golpe abril de 2012, aliado à queda dos preços da castanha de caju, exacerbou a fragilidade económica e agravou a insegurança alimentar e a pobreza. Entre 2012 e 2013, a economia guineense foi afetada pela queda de 40 por cento dos preços internacionais da castanha de caju, o que contribuiu para os elevados défices, apesar da compressão das importações. A balança de transações correntes caiu quase 13 pontos percentuais do PIB em 2012-2013; o balanço de pagamentos também se deteriorou e foi financiado sobretudo pelos saques de depósitos do governo no BCEAO, à medida que o apoio financeiro de parceiros estrangeiros tradicionais era suspenso. O impacto doméstico do choque foi um elevado declínio dos preços no produtor do caju de quase 60 por cento e a pobreza disparou. Ao mesmo tempo, a insegurança alimentar dobrou para 40 por cento em 2013, de acordo com um inquérito do Programa Alimentar Mundial.

3. A redução do apoio internacional e o declínio institucional deterioraram as finanças e fragilizaram a atividade económica. Apesar da redução das despesas correntes e de capital, o governo acumulou atrasados internos e externos e as condições sociais pioraram (o que, entre outras coisas, provocou greves de professores). Sem meios financeiros, o governo aumentou o recurso às despesas não tituladas.¹ O golpe de estado causou rupturas na economia e exacerbou a complacência regulatória crónica no sector bancário, deixando dois dos quatro bancos com níveis excessivos de créditos malparados.² Em 2012 a economia sofreu contração de 1,8 por cento e mal se recompôs em 2013, com crescimento de 0,8 por cento (Tabela de Texto 1).

¹ Despesas não classificadas nas tabelas de despesa apresentadas pela Direção de Nacional do Orçamento.

² A complacência regulatória subsiste no âmbito regional, ver: FMI, 2015, "União Económica e Monetária da África Ocidental, Relatório do Corpo Técnico sobre Políticas Comuns dos Estados-Membros", SM/15/56.

Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos Recentes

	2010	2011	2012	2013	2014
Crescimento do PIB real (por cento)	4.4	9.4	-1.8	0.8	2.5
Crescimento do renda real per capita (por cento)	2.1	6.8	-4.0	-1.4	0.3
Inflação dos preços ao consumidor (por cento da média anual)	1.1	5.1	2.1	0.8	-1.0
Receita Total (incluindo donativos, por cento do PIB)	20.3	16.7	11.4	11.6	21.0
Despesa Total (por cento do PIB)	18.7	17.5	13.7	13.4	22.4
Saldo Fiscal Total (incl. donativos, conceito caixa, por cento do PIB)	-0.2	-1.4	-2.2	-1.8	-2.2
Saldo Fiscal Total (excl. donativos, conceito caixa, por cento do PIB)	-9.8	-8.0	-4.6	-5.3	-11.2
Conta Corrente (incluindo donativos, por cento do PIB)	-8.7	-1.5	-8.8	-4.4	-1.2
Dívida Total do Setor Público (bruta, por cento do PIB)	69.0	43.7	47.3	49.8	51.9
Source: IMF staff estimates					

4. Em julho de 2014, o novo governo democraticamente eleito iniciou uma ambiciosa agenda de reformas para enfrentar os desafios do desenvolvimento da Guiné-Bissau dentro do quadro do plano estratégico com apoio de doadores. Recentemente, o governo adotou um *Plano Estratégico* destinado a consolidar o progresso anterior, a impulsionar o desenvolvimento socioeconómico em 2014-2018, e a lançar a Guiné-Bissau em um círculo virtuoso de progresso até 2025. Encorajados pelo comprometimento renovado do país, os parceiros de desenvolvimento retomaram o apoio e reafirmaram os seus compromissos na Conferência de Doadores realizada em Bruxelas no dia 25 de março de 2015 (Caixa 1). Antes disso, o FMI forneceu assessoria em matéria de políticas e financiamento em novembro de 2014 ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido, que ajudou a resolver a necessidade urgente do país em termos de balanço de pagamentos e orçamento. O governo emitiu, com sucesso, FCFA 15 mil milhões em títulos do Tesouro para liquidar salários atrasados e preparou os orçamentos de 2014 e de 2015, que foram aprovados por unanimidade pelo Parlamento. Enquanto as reformas quase pararam durante os governos militar e de transição, em geral as autoridades recém-eleitas têm sido recetivas aos conselhos do FMI e continuam a aproveitar as recomendações da assistência técnica (AT) para implantar reformas estruturais e melhorar a formulação de políticas (Caixa 2).

Caixa 1. Resultado da Conferência de Doadores de Bruxelas de 25 de Março de 2015

O governo preparou um plano de desenvolvimento e transformação de 10 anos, com um marco intermédio em 2020, formado por seis eixos, 23 campos de ação, 53 programas e 115 projetos, a um custo de USD 2,1 mil milhões. Na conferência de Bruxelas, parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais prometeram cerca de USD 1,5 mil milhões, 40 por cento dos quais em donativos, 30 por cento em empréstimos e as condições do restante ainda não são conhecidas.

A repartição anual e sectorial dos fundos prometidos carece ainda de confirmação. Até agora, cerca de USD 48,2 milhões (de um montante estimado em USD 82 milhões) em recursos dos parceiros internacionais foram prometidos ao fundo especial de aposentações para a desmobilização de militares. Porém, os detalhes de uma reforma mais abrangente – a um custo possível de USD 260 milhões, conforme foi apresentado na conferência – ainda terão de ser definidos.

O atual arcabouço macroeconómico integra investimentos públicos com financiamento externo da ordem de USD 545 milhões em 2015-20, significativamente inferior ao prometido, mas que representa aumento considerável comparado ao passado. Isso exclui quaisquer montantes previstos para a reforma do sector de segurança, que deverá ser financiada por fontes estrangeiras e fontes internas (incluindo transferências orçamentais dos salários de oficiais militares afetados para o fundo de pensão, para cobrir o segundo ano de reformas). O programa de investimento público será ajustado à medida que mais informações fiquem disponíveis.

Caixa 2. Guiné-Bissau: Resposta às Recomendações do FMI Oriundas da Consulta do Artigo IV de 2013

Recomendação do FMI

Resposta

Restaurar a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento económico criando as condições necessárias para a estabilidade política e o apoio contínuo dos parceiros de desenvolvimento.

Apesar do progresso limitado durante o governo de transição, o novo governo formado em 2014 procurou a unidade política desde a sua posse e acelerou a aplicação das recomendações do FMI. Foram iniciadas reformas estruturais que começaram a produzir bons resultados via aumento da eficiência da autoridade fiscal. O governo adotou um *Plano Estratégico* para abordar as necessidades de desenvolvimento do país e catapultá-lo para um círculo virtuoso de progresso até 2025. Para o médio prazo (2015-2018) o objetivo do plano é acelerar os investimentos em infraestrutura, incentivar a industrialização e promover o desenvolvimento urbano. O plano obteve apoio considerável dos parceiros de desenvolvimento na Conferência de Bruxelas realizada em março de 2015. As autoridades encetaram uma reforma do sector de segurança, que se centra na promoção do profissionalismo entre as forças de segurança.

Adotar um orçamento prudente para 2013, baseado em receitas e estimativas financeiras realistas e implementar gestão orçamental rigorosa, dadas as condições financeiras muito restritivas.

Apesar de o orçamento de 2013 não ter sido plenamente implementado pelo governo de transição, o novo governo apresentou, no final de 2014, os orçamentos de 2014 e 2015 ao parlamento e conseguiu aprová-los por unanimidade. Ademais, as autoridades criaram um comité de tesouraria destinado a tornar os processos de afetação de despesas mais rigorosos para melhorar o controlo das despesas não prioritárias e contê-las dentro dos níveis orçados.

Melhorar as perspetivas de crescimento; melhorar o ambiente de negócios; promover a diversificação económica; aumentar o acesso ao crédito; e manter a sustentabilidade da dívida.

Para fortalecer o ambiente de negócios, as autoridades concordaram em auditar o até então mal gerido Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI) e estão empenhadas em utilizar os resultados da auditoria para reestruturá-lo ou fechá-lo de vez. Elas continuam a adotar mecanismo de fixação de preços dos combustíveis que ajusta os preços na bomba à variação do preço internacional. As autoridades alargaram o SYDONIA ++ (software global de captura e relato de dados aduaneiros) a um dos principais portos de entrada, redobram os controlos sobre a importação de combustíveis e simplificaram as isenções sobre estes produtos, intensificaram as auditorias de grandes contribuintes, estabeleceram o Bissau Link – um sistema de avaliação de riscos fiscais das importações e escaneamento de contentores – e criaram um balcão de atendimento único para investidores potenciais.

B. Lições do Último Programa Apoiado pela ECF

5. O desempenho sob o programa anterior apoiado pela ECF (maio de 2010 a maio de 2012) foi, de maneira geral, positivo.³ Antes do golpe de estado de 2012, a estabilidade macroeconómica havia melhorado e o crescimento económico acelerado, enquanto a inflação aumentou devido à elevação mundial dos preços dos alimentos e dos combustíveis. As reformas estruturais incluídas no programa apoiado pela ECF incluíram medidas para restaurar a sustentabilidade fiscal, fortalecer as instituições e reduzir a pobreza generalizada – a maioria destas medidas exigiram AT e apoio de parceiros de desenvolvimento. O progresso na adoção de medidas para melhorar a gestão das finanças públicas foi em larga medida positivo, com alguns avanços na administração fiscal e aduaneira, incluindo a adoção de tetos indicativos para a isenção de importações de combustíveis por embaixadas e organizações internacionais, a preparação de um inventário geral das receitas não fiscais e a implantação do SYDONIA++ em dois postos de fronteira. A gestão da dívida pública foi fortalecida através da introdução e uso da DMFAS para registrar, controlar e gerir toda a dívida pública (externa e interna).

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E PERSPETIVAS DE CURTO PRAZO

6. O crescimento económico se recuperou em 2014 e a inflação permaneceu contida devido à fraca demanda interna (Figura 2 e Tabela 1). Com uma colheita favorável de caju e a recuperação dos serviços de construção e telecomunicações, a previsão de crescimento do PIB real é de 2,5 por cento em 2014 (contra 0,8 por cento em 2013). Refletindo a fraca demanda interna no primeiro semestre de 2014 e o declínio dos preços mundiais dos alimentos e dos combustíveis, os preços ao consumidor permaneceram baixos e a inflação média declinou para -1 por cento. A previsão de crescimento médio é de cerca de 4,7 por cento em 2015, sustentado pelos mesmos fatores e a continuidade do investimento público (MPEF §§12, 13, e 14).

7. A mobilização de receita interna excedeu as previsões por conta de medidas de sucesso fácil (Tabela 2 e Figura 3). As receitas aduaneiras e fiscais melhoraram acentuadamente em 2014 (39 por cento e 9 por cento, respetivamente), com o aumento do controlo sobre as importações de combustíveis e a racionalização das isenções fiscais, a reabilitação de postos aduaneiros e a intensificação das inspeções dos grandes contribuintes. Essas medidas, conjugadas com o aumento das receitas fiscais devido ao aumento do produto e à arrecadação de receitas relacionadas ao FUNPI pelo Tesouro (1 por cento do PIB), aumentaram as receitas totais para 12 por cento do PIB em 2014 (contra 8,1 por cento em 2013). As despesas também aumentaram acentuadamente em 2014 devido à despesa pontual relacionada às eleições, despesas consignadas

³ O Conselho aprovou um novo acordo trienal ao abrigo da ECF em 7 de maio de 2010 (SDR 22,365 milhões). No dia 2 de dezembro de 2011, o Conselho concluiu a terceira avaliação e aprovou desembolso de DES 2,414 milhões. O programa foi interrompido pelo golpe de estado de abril de 2012, e acabou caducando posteriormente.

relacionadas à compensação das pescas pela UE, restabelecida em 2014, bem como o registro de despesas que anteriormente eram registadas fora do orçamento.

8. A melhoria na mobilização de receitas permitiu ao governo liquidar grande volume de atrasados acumulados nos últimos anos. O aumento das receitas, a ajuda financeira do Banco Mundial através do pagamento de seis meses de salários de professores e trabalhadores da saúde e a emissão de FCFA 15 mil milhões (2,7 por cento do PIB) em Bilhetes do Tesouro de um ano no mercado de capitais regional permitiu ao governo liquidar quase todos os salários atrasados.⁴ Ao mesmo tempo, o governo liquidou todos os atrasados externos (exceto a dívida em atraso técnicos, cujos credores estão a ser contactados pelo governo para iniciar ou formalizar negociações com vista à sua reestruturação).⁵

9. A posição externa melhorou consideravelmente em 2014 e a taxa de câmbio efetiva real aparenta estar alinhada aos fundamentos da economia (Tabela 4, Figura 2 e Anexo II). O défice da conta corrente caiu de 4,4 por cento do PIB em 2013 para 1,2 por cento em 2014. O avanço reflete aumento do valor das exportações de castanha de caju e, de modo geral, a melhoria dos termos de troca (31,4 por cento), com o aumento dos preços do caju e a queda dos preços mundiais dos alimentos e dos combustíveis, e a subida considerável das transferências correntes. Espera-se que em 2015 haja melhoria adicional dos termos de troca e ligeiro aumento das exportações de castanha de caju. Contudo, o défice da conta corrente deverá aumentar para 3,6 por cento do PIB devido à elevação esperada das importações com o aumento do investimento estrangeiro e a recuperação da renda, sobretudo como parte da retomada do apoio de parceiros tradicionais de desenvolvimento, como mostram os resultados promissores da recente mesa redonda (Caixa 1 e MPEF §2). Com base na avaliação das contas externas para mercados emergentes e países em desenvolvimento ("EBA-lite"), a taxa de câmbio efetiva real da Guiné-Bissau e da região da UEMOA parece estar, de forma geral, alinhadas com os fundamentos económicos.

ARCABOUÇO DE MÉDIO PRAZO

10. Criar oportunidades de emprego e reduzir a pobreza através de crescimento sustentado e inclusivo são objetivos-chave do arcabouço de políticas de médio prazo das autoridades. De acordo com a sua estratégia de desenvolvimento para 2014-2018, as autoridades procuram alcançar estes objetivos fortalecendo os esforços de consolidação fiscal através da gestão das finanças públicas (GFP) e reformas fiscais, assegurando que as políticas económicas apoiem a estabilidade macroeconómica, acelerando a adoção de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e aprimorar o desenvolvimento do capital humano com a melhoria da

⁴ A Guiné-Bissau tem um estoque antigo de atrasados internos, anteriores a 2013, e estimados em cerca de 10 por cento do PIB. Porém, apenas 26 por cento destes atrasados foi auditado e reconhecido pelo governo.

⁵ O governo tem também atrasados referentes às quotas de participação em diversas organizações internacionais e está a elaborar um plano para liquidá-los. Ele está a envidar esforços para concluir acordos de reestruturação com credores bilaterais e dispõe de plano credível e de previsão de financiamento para eliminar os atrasados a credores multilaterais.

qualidade dos serviços públicos e do acesso a educação, saúde e proteção social. A retomada do apoio financeiro por parte dos parceiros tradicionais de desenvolvimento é crucial para as perspetivas económicas de médio prazo e a redução da pobreza.

Avaliação do corpo técnico

11. O cenário macroeconómico de médio prazo que sustenta o programa apoiado pela ECF solicitado pelas autoridades é compatível com o seu *Plano Estratégico* (MPEF §§12 e 13). Ele indica perspetiva favorável de crescimento sustentado, baixa inflação e melhoria dos saldos orçamentais. A posição externa global deverá melhorar depois de uma piora transitória do saldo da conta corrente.

- *A perspetiva de crescimento para 2015-2018 baseia-se na expansão da produção de caju e na diversificação da agricultura; no investimento público financiado por parceiros de desenvolvimento em consonância com as promessas feitas na Conferência de Doadores de Bruxelas de março 2015 e na expansão contínua dos sectores da comunicação e de outros serviços.* As projeções de referência consideram previsão de crescimento médio de 4,9 por cento ao ano. Esse nível de crescimento depende de maneira crucial da materialização das referidas promessas dos doadores, da ordem de USD 1,5 mil milhões em apoio ao plano de desenvolvimento e transformação de 10 anos do governo. O corpo técnico enfatizou que a gestão eficaz do investimento público e das reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócio será necessária para melhorar ainda mais as perspetivas de crescimento a médio prazo.
- *A inflação deverá subir com a expansão da atividade económica e a recuperação de renda.* O enfraquecimento persistente dos preços mundiais dos alimentos, conjugado com as medidas planeadas das autoridades de apoio à produção e à diversificação agrícolas ajudará, de certa forma, a atenuar o aumento dos preços dos alimentos. Como reflexo dessas expectativas, prevê-se aumento da inflação para 1,3 por cento em 2015, 2,3 por cento em 2016 e 3 por cento em média em 2017-2018 (Tabela de Texto 1 e Figura 4).
- *Apesar do aumento esperado do défice da conta corrente nos próximos anos, a posição externa global deverá melhorar no médio prazo.* O défice da conta corrente externa deve aumentar para cerca de 6 por cento do PIB até 2018, devido ao aumento das importações de bens de capital financiadas pelo aumento do investimento direto estrangeiro, dos donativos previstos e dos empréstimos altamente concessionais. Com o aumento das entradas de recursos financeiros, o balanço de pagamentos deverá melhorar (Tabela de Texto 2 e Figura 4).

Tabela de Texto 2. Guiné-Bissau: Projeções a Médio Prazo

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crescimento do PIB real (por cento)	2.5	4.7	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0
Crescimento do renda real per capita (por cento)	0.3	2.4	2.5	2.7	2.7	2.7	2.7
Inflação dos preços ao consumidor (por cento da média anual)	-1.0	1.3	2.3	2.7	3.0	3.0	3.0
Receita Total (incluindo donativos, por cento do PIB)	21.0	18.7	19.9	18.9	19.3	19.7	20.1
Despesa Total (por cento do PIB)	22.4	19.4	21.3	21.1	20.7	21.0	21.0
Saldo Fiscal Total (incl. donativos, conceito caixa, por cento do PIB)	-2.2	-2.3	-2.1	-2.5	-1.8	-1.6	-1.3
Saldo Fiscal Total (excl. donativos, conceito caixa, por cento do PIB)	-11.2	-8.3	-8.0	-8.6	-8.1	-8.1	-8.0
Conta Corrente (incluindo donativos, por cento do PIB)	-1.2	-3.6	-4.7	-5.5	-6.0	-7.2	-8.6
Dívida Total do Setor Público (bruta, por cento do PIB)	51.9	50.9	49.5	48.7	46.4	44.3	42.1

Source: IMF staff estimates

12. A perspetiva económica é favorável mas está sujeita a riscos consideráveis (Apêndice II).

Os riscos negativos podem advir de termos de troca adversos, enfraquecimento da confiança dos doadores e ruturas políticas inesperadas. Ao mesmo tempo, o elevado risco de contágio pelo vírus do Ébola a partir de países vizinhos, caso aconteça, poderá impor custos humanos e económicos e atrasar a implementação do programa. Do lado positivo, os riscos advêm de aumentos inesperados na confiança dos negócios por conta do sucesso da Conferência de Bruxelas, ambiente político estável e do empenho mais firme na aplicação de políticas.

Opinião das autoridades**13. As autoridades concordam com as projeções de médio prazo e a avaliação do corpo técnico dos riscos associados, mas argumentam que as perspetivas de crescimento são maiores que o previsto.**

Elas enfatizam que o reatamento do apoio dos parceiros de desenvolvimento e a determinação do novo governo em implementar reformas para melhorar o ambiente de negócios, colmatar o hiato de infraestrutura e melhorar a prestação de serviços públicos, poderão conduzir a uma recuperação do crescimento económico mais rápida do que na avaliação do corpo técnico. Apesar de reconhecerem os riscos de deterioração das perspetivas económicas, elas reiteram os riscos positivos. Informaram ao corpo técnico que estão a tomar medidas, com o apoio de parceiros de desenvolvimento, para evitar a propagação do vírus do Ébola na Guiné-Bissau.

DISCUSSÕES DE POLÍTICAS E PROGRAMA PROPOSTO**A. Superando a Fragilidade**

14. A fragilidade na Guiné-Bissau tem sido alimentada pela instabilidade política, sobretudo devido aos golpes militares que interromperam programas reformas estruturais e prejudicaram progressos socioeconómicos (Anexo I). Para atenuar o risco de golpes de estado recorrentes por elementos mal controlados das forças armadas, o governo planeia reestruturar e modernizar os sectores de defesa e segurança, incluindo a desmobilização do excesso de contingente. O objetivo do governo é reduzir as forças armadas gradualmente para cerca de

3.500 homens, o que exigirá a reforma de cerca de 2.500 militares. O governo também planeia racionalizar as forças de segurança. O custo da reforma do sector de segurança foi estimado em USD 260 milhões, uma fração do custo estimado da fragilidade: por exemplo, em 2013 o PIB real per capita poderia ter sido pelo menos dois terços mais elevado caso tivesse havido estabilidade política desde o fim da guerra civil, em 1999.

Avaliação do corpo técnico

15. Para romper com o passado de estagnação económica o governo precisa preservar a estabilidade política reformando o sector de segurança e construindo forte consenso nacional para a sua agenda de reformas. O último golpe militar, em abril de 2012, impôs grande custo sobre a economia. Com o desgaste causado pela falta de governação e a crescente corrupção, a busca por rendas disparou, a mobilização de receita interna caiu e o financiamento externo definhou. Como resultado, o investimento em infraestrutura e as despesas sociais declinaram e a pobreza disparou. O novo governo, eleito em meados de 2014, avançou consideravelmente na resolução desses problemas. O corpo técnico enfatizou que esforços contínuos para implementar reformas, inclusive no sector de segurança, serão cruciais para assegurar estabilidade económica e política duradouras e rompimento definitivo com a fragilidade (ver secção I do Documento sobre Temas Seleccionados).

Opinião das autoridades

16. As autoridades concordam com o corpo técnico sobre o papel capital da estabilidade política para o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento, e estão empenhadas em implementar a reforma do sector de segurança. Elas reconhecem que a instabilidade política crónica prejudicou fortemente o progresso socioeconómico do país e que a estabilidade política é condição *sine qua non* para o crescimento inclusivo de longo prazo. Elas estão comprometidas em romper com o passado de instabilidade e a falta de governação ruim, e em iniciar a reforma do sector de segurança em 2015. A sua intenção é reformar o primeiro grupo de 500 militares até ao fim do ano e manter as discussões com parceiros de desenvolvimento sobre a implantação de uma reforma mais ampla deste sector.

B. Aprofundar as Reformas Orçamentais

17. Apesar das recentes melhorias, a mobilização de receita interna continua fraca, tal como a gestão das despesas e da dívida. O golpe de 2012 e o respetivo impacto negativo sobre as atividades económicas corroeram a base tributária e enfraqueceram a administração fiscal. Consequentemente, houve declínio do desempenho e do dinamismo fiscal. O rácio impostos/PIB caiu para 7,7 por cento do PIB em 2012 e 7 por cento em 2013, o mais baixo entre todos os países da AS. Os recentes esforços das autoridades para melhorar a administração fiscal geraram alguns ganhos, mas o hiato fiscal (entre a arrecadação potencial e real) permanece grande (Caixa 3). Além de corroer a base de receitas, o golpe prejudicou a disciplina orçamental, levando a proliferação de despesas fora dos canais formais, acúmulo de atrasados internos e externos e posteriores ruturas em serviços públicos. Por último, a ineficiente empresa pública de eletricidade e água (EAGB) está a

consumir recursos públicos. Somente em 2015, o governo fez transferências de FCFA 2,8 mil milhões para a EAGB para cobrir prejuízos atuais e passados.

18. Melhorar a capacidade de gestão da dívida continua a ser um desafio. Após crescimento significativo da dívida interna nos últimos anos, em parte para financiar projetos de infraestrutura, a estratégia fiscal adota um teto igual a zero para o financiamento bancário doméstico e prevê declínio no volume da dívida interna no médio prazo. Ao mesmo tempo, as autoridades estão em conversações com a UEMOA para ajudar a cobrir parte dos encargos com juros de eventuais novas dívidas contraídas com o BOAD, o que tornaria os empréstimos concessionais. Nessa base, prevê-se que a dívida interna decline 2,7 pontos percentuais do PIB até ao final do programa ECF, para 30,2 por cento do PIB. As autoridades solicitaram AT junto ao AFRITAC Ocidental do FMI para reforçar a gestão da dívida, incluindo a revisão do quadro jurídico e institucional para a gestão da dívida pública e o seu processo de contratação.

Avaliação do corpo técnico

19. A estratégia fiscal de médio prazo das autoridades deve ter como objetivo alcançar posição fiscal sustentável, apoiando a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida no longo prazo (MPEF §15-24). Com vista a consolidar o forte desempenho recente, centrado na colmatação das lacunas na mobilização de receitas, GFP e gestão da dívida, o corpo técnico discutiu um conjunto alargado de medidas com as autoridades para:

- *Fortalecer a mobilização de receitas.* As principais medidas incluem: i) criar um posto interno em Safim (importante posto fronteiriço) para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas e a expansão do SYDONIA++ aos postos restantes (indicador de referência estrutural); ii) elaborar um plano estratégico para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal e aduaneira interna; e iii) criar novo regime para pequenos contribuintes através da introdução de números de identificação fiscal (indicador de referência estrutural). O corpo técnico enfatizou que essas medidas têm de ser aplicadas com firmeza para expandir a base tributária do país, que é baixa face a seus pares e a toda a África Subsaariana, como fonte interna fiável de financiamento do orçamento.
- *Aumentar a eficiência da despesa pública e melhorar os controlos.* O investimento em infraestrutura e outras despesas a favor dos pobres continuarão a ser prioridades importantes, enquanto o crescimento dos gastos em bens e serviços, bem como em ordenados e salários, será limitado no médio prazo. Para fortalecer a eficiência da gestão do investimento público, as autoridades prepararão relatórios trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP) (indicador de referência estrutural). Elas também estão empenhadas em preparar estudo abrangente sobre o atual mecanismo de fixação de preços e de subsídios aos combustíveis. Apesar de o governo ter eliminado todos esses subsídios, ele pretende rever o mecanismo atual de fixação de preços para garantir a transmissão integral dos preços internacionais para os preços na bomba e proteger os movimentos de preços da interferência política (Caixa 4). O corpo técnico destacou a necessidade de contenção contínua de despesas devido à baixa base de receitas e às limitações de financiamento.

- *Acelerar as reformas da GFP.* Medidas que visam erradicar debilidades nos processos orçamentais e na gestão das despesas serão cruciais para atingir as metas fiscais. Essas incluem o fortalecimento da gestão das finanças públicas através de reuniões semanais do Comitê de Tesouraria e a criação de conta única do tesouro para instilar transparência e responsabilização aos recursos orçamentais. Assim sendo, as autoridades prepararão tabela mensal contínua de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015 (indicador de referência estrutural). Ademais, até março de 2016, as autoridades pretendem preparar inventário de todas as fontes de receita e contas do governo e exigir que as cobranças sejam feitas somente através do sistema bancário (MPEF §19).
- *Restaurar a credibilidade do governo liquidando os atrasados internos (MPEF §15).* Os planos de despesas para 2015 incluem a liquidação de todos os atrasados internos vigentes de 2013-2014 (FCFA 0,5 mil milhões para os bônus dos professores e FCFA 2,4 mil milhões para as embaixadas). Ademais, os atrasados internos antigos serão liquidados em 2016 após as devidas auditorias e a verificação de créditos e da conformidade fiscal dos credores. O governo pretende começar a liquidar esses atrasados em 2016 com o pagamento de FCFA 3 mil milhões em dinheiro e a emissão de Bilhetes do Tesouro com vencimentos entre 1 e 6 anos para cobrir o saldo restante.

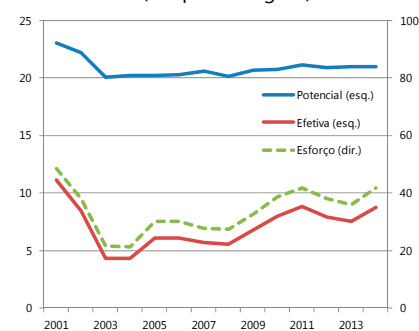
Caixa 3. Guiné-Bissau: Tributação Potencial x Desempenho, 2001-2014

Apesar dos recentes ganhos na administração fiscal que aumentaram as receitas fiscais, o esforço tributário na Guiné-Bissau permanece baixo e o rácio impostos/PIB é proporcionalmente baixo em relação a países equivalentes na África subsariana. Os exercícios econométricos de painel realizados para investigar a dimensão do défice fiscal, estimaram-no em cerca de 12 por cento do PIB em 2014.

Uma análise econométrica de painel sugere uma diferença considerável entre a cobrança potencial e a efetiva na Guiné-Bissau.

A análise utiliza um método de fronteira estocástica fiscal variável no tempo que mede a capacidade fiscal através da regressão do rácio impostos/PIB dos países da amostra sobre variáveis que servem como exemplos de bases tributárias possíveis e outros fatores que afetam a capacidade do país de cobrar receitas. Segundo a literatura económica, as variáveis independentes são identificadas como i) população; ii) PIB per capita; iii) inflação dos preços no consumidor; iv) abertura comercial; e v) aprofundamento financeiro; e variáveis artificiais, inclusivamente estabilidade política e controlo da corrupção. Os resultados indicam que o défice fiscal (impostos potenciais contra os efetivamente cobrados) caiu de 16 por cento em 2004 para cerca de 12 por cento do PIB em 2014. O esforço fiscal (ou seja, a cobrança efetiva de impostos relativa à capacidade tributável) aumentou de 21 por cento em 2004 para cerca de 42 por cento em 2014. Isto sugere que as recentes melhorias na receita fiscal devem-se sobretudo à melhoria da administração fiscal e não ao aumento do potencial fiscal em si “em sentido lato”.

Guiné-Bissau: Receita fiscal potencial x Efetiva (Em percentagem)



A receita fiscal da Guiné-Bissau não acompanhou o ritmo do crescimento económico. A elasticidade fiscal do país é inferior a um, tal como em estados frágeis da AS, mas fica abaixo de todas as médias da UEMOA e da AS nas três categorias de impostos durante 2000-2011. A elasticidade fiscal média estimada para a Guiné-Bissau fixou-se em 0,73, aquém das estimativas da UEMOA (0,76), da AS (0,84) e dos estados frágeis da AS (0,76).

20. É preciso aumentar as tarifas de eletricidade e transformar a EAGB numa empresa eficiente e viável. O ajustamento de tarifas para, no mínimo, a recuperação de custos, junto com a reestruturação da empresa – com o auxílio do Banco Mundial – deverá ajudar a proteger os recursos orçamentais escassos, mantendo o fornecimento de eletricidade. Está em curso um estudo do Banco Mundial para determinar o atual nível de subsídios à eletricidade, cujos resultados deverão sair em novembro de 2015. O corpo técnico sublinhou que as tarifas subsidiadas remanescentes deverão beneficiar apenas agregados familiares vulneráveis (MPEF §26).

21. A âncora orçamental para o programa económico de 2015 impõe um limite rigoroso ao crédito bancário interno ao governo central (zero, para todos os efeitos), o que abre espaço para o crédito ao sector privado. O levantamento de depósitos de FCFA 4,4 mil milhões (0,7 por cento do PIB) reflete o pagamento adiantado de juros sobre bilhetes do tesouro em 2015 referente a 2016 (FCFA 1,4 mil milhões) e grande parte dos pagamentos realizados em 2015 que foram autorizados em 2014 (FCFA 3 mil milhões)⁶. Isto gera um défice de financiamento de

⁶ Em janeiro e fevereiro de 2015 o governo realizou pagamentos no valor de FCFA 3,7 mil milhões relativos a compromissos ainda de 2014 (inclusivamente FCFA 0,9 mil milhões para a liquidação de atrasados externos).

FCFA 4,7 mil milhões (0,8 por cento do PIB), equivalente às primeiras duas parcelas do programa ECF. O corpo técnico sublinhou que o alcance deste objetivo exigirá o restabelecimento da disciplina orçamental para evitar qualquer acúmulo de contas não pagas em 2015 e apoiar a credibilidade da política orçamental. Neste contexto, o corpo técnico destacou a utilidade das reuniões semanais da Comissão do Tesouro e de se evitar o recurso a despesas extraorçamentais e não tituladas (DNT).

Opinião das autoridades

22. As autoridades concordam com a avaliação do corpo técnico sobre a importância de aumentar consideravelmente as receitas do governo, mas prefeririam um forte aumento das despesas, de acordo como o seu Plano Estratégico. Consideram o êxito das reformas do sector de segurança em curso como um pré-requisito para o progresso socioeconómico, bem como o da sua agenda de reformas mais lata. Também sublinharam que o restabelecimento da disciplina orçamental através de reformas decisivas da GFP e de controlos das despesas estão no centro das suas políticas prioritárias. Porém, as autoridades também entendem que o nível atual de despesas está abaixo das necessidades do país, dadas as gigantescas necessidades de infraestrutura e sociais que enfrentam. Esperam colmatar esta lacuna com um volume de financiamento externo acima do previsto. Entretanto, o seu objetivo é aumentar a eficiência das despesas de capital para melhorar a capacidade de seleção e execução de projetos.

Caixa 4. Guiné-Bissau: Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis

A Guiné-Bissau introduziu um mecanismo de fixação de preços dos combustíveis semiflexível em março de 2015, que é supervisionado por uma comissão de preços dos combustíveis formada por representantes dos Ministérios da Energia e da Economia e Finanças e operadores deste mercado.

A comissão recomenda os preços máximos de venda por litro para diversos combustíveis – gasolina, gasóleo, querosene, mistura óleo/gasolina e Fuel 380 – e impõe direitos de importação (de 10 por cento), um imposto especial sobre o consumo (15 por cento) e imposto sobre vendas (10 por cento) sobre o custo final por litro dos produtos. Também são cobrados uma taxa sobre o utente rodoviário (4 por cento) e um imposto comunitário (0,5 por cento). A gasolina e o gasóleo estão sujeitos a todos estes impostos, enquanto o querosene está sujeito apenas ao imposto comunitário e a mistura óleo/gasolina está sujeita a todos eles menos à taxa sobre o utente rodoviário e ao imposto especial sobre o consumo. O sistema ajudou o país a conter os recentes aumentos dos preços mundiais do petróleo.

Como os preços mundiais caíram, as autoridades agiram rapidamente para transmitir parte dos ganhos ao público, enquanto eliminavam subsídios e as obrigações remanescentes à Petromar:

- A comissão dos preços dos combustíveis manteve a fixação de preços semiflexível.
- Refletindo as variações nos preços mundiais do petróleo, o preço do gasóleo na bomba foi reduzido em 7,4 por cento em fevereiro de 2015 e voltou a subir 2,2 por cento em março de 2015.
- A redução inicial ficou abaixo da redução dos preços internacionais, o que permitiu a eliminação de subsídios aos combustíveis, com uma economia estimada de cerca de FCFA 270 milhões;
- O governo liquidou todos os atrasados herdados do governo anterior à Petromar.

Manter o atual mecanismo de fixação de preços de combustíveis implantado em março evitará a volta dos subsídios e aumentará as receitas internas de importações de combustíveis para um valor estimado em FCFA 9,5 mil milhões (1,6 por cento do PIB ou 10 por cento das receitas internas em 2015).

Daqui em diante, o governo analisará melhorias adicionais deste mecanismo para assegurar a transmissão dos preços internacionais aos preços internos e proteger os movimentos de preços da interferência política.

C. Restaurar a Estabilidade Financeira

23. O sector financeiro da Guiné-Bissau é exíguo e enfrenta diversos desafios que impedem o seu apoio eficaz ao crescimento (Caixa 5). O número de pessoas com conta numa instituição financeira aumentou recentemente devido à decisão do governo de pagar salários através do sector bancário. Contudo, a intermediação financeira na Guiné-Bissau continua a ser a mais baixa na região da UEMOA, o crédito ao sector privado ainda é inferior ao nível implícito nos fundamentos do país e o sector contribui apenas marginalmente para os programas de investimento das empresas, dado que os bancos preferem investir em Bilhetes do Tesouro ou depositar o excesso de liquidez no BCEAO, porque consideram o risco de crédito ao sector privado muito alto.

Avaliação do corpo técnico

24. Os recentes indicadores de solidez financeira apontam vulnerabilidades no sector financeiro, mas está em curso uma solução de mercado para resolver os altos níveis de empréstimos malparados (EMP) e recapitalizar os bancos por eles afetados (Tabela 5, secção III do Documento sobre Temas Seleccionados). Em virtude da queda dos preços internacionais do caju em 2012-2013 e da incerteza política, a qualidade do crédito declinou consideravelmente. Em particular, os EMP da Guiné-Bissau aumentaram enormemente (de 6,5 por cento no final de dezembro de 2011 para 29,2 por cento em junho de 2014), muito acima da média da UEMOA, apesar de taxas de aprovisionamento mais baixas. A rentabilidade continua baixa, com taxas médias de rendimento sobre ativos e património líquido próximas de zero ou negativas. A banca continua demasiado exposta ao comércio retalhista e grossista, a restaurantes e hotéis e a outros serviços, que em conjunto representam cerca de 75 por cento do crédito total. Porém, os bancos prejudicados pelos elevados EMP começaram a executar as garantias e um banco acordou com a Comissão Bancária da UEMOA um aumento gradual dos seus fundos próprios de FCFA 5 mil milhões para 20 mil milhões.

25. Exigir o cumprimento dos principais rácios prudenciais ajudaria a salvaguardar a estabilidade financeira e requer medidas no âmbito regional e nacional. Os recentes esforços de criação de capacidade na Comissão Bancária têm de ser reforçados para fortalecer ferramentas e processos de supervisão baseada no risco. A este respeito, a prestação atempada de dados pela agência nacional do BCEAO às autoridades de supervisão será essencial. Deverá ser implantado um quadro forte de ação corretiva de modo a reduzir a complacência regulamentar e impor o cumprimento das normas prudenciais, inclusivamente tomando medidas corretivas atempadas e eficazes contra bancos fracos e/ou infratores. A passagem para as normas Basileia II/III levará tempo, mas representa uma oportunidade para aproximar as regras prudenciais das normas internacionais. Entretanto, as autoridades regionais deverão intensificar a aplicação das regras atuais, para além de começar a tornar mais rigorosas certas regras em áreas onde as melhorias são mais prementes, por exemplo, no risco de concentração e no aprovisionamento de empréstimos malparados, e aumentar os níveis de adequação de capital dos bancos, inclusivamente através do aumento do capital mínimo dos bancos em operação para FCFA 10 mil milhões até junho de 2016, conforme previsto.

Opinião das autoridades

26. As autoridades partilham da avaliação do corpo técnico de que é necessário desenvolver o sector financeiro, melhorar o acesso ao crédito e reduzir as vulnerabilidades do sector financeiro. Pretendem rever o documento de estratégia nacional para o sector de microcrédito consolidando as iniciativas existentes e assinando um acordo de parceria com a Rede Africana de Microcrédito para fomentar o desenvolvimento do sector em áreas rurais e de linhas de crédito para pequenas e médias empresas. Aderiram às recentes recomendações da missão de AT do MCM e rejeitaram a intervenção pública para evitar custos orçamentais e o risco moral.

D. Manter Políticas Prudentes de Contratação de Empréstimos

27. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) indica que a Guiné-Bissau enfrenta um risco moderado de sobre-endividamento em relação à dívida externa pública e elevado em relação à dívida pública total. No cenário de base, a previsão é de que todos os indicadores se mantenham dentro dos seus limiares indicativos durante o período da projeção (2015-2035). Contudo, o valor atual (VA) do rácio dívida/exportações suplanta o seu limiar no cenário extremo.⁷ Os testes de estresse apontam para a vulnerabilidade a choques adversos, com impacto sobre as principais variáveis macroeconómicas. Por fim, os atuais equipamentos e programas de gestão da dívida têm graves limitações que têm de ser resolvidas com urgência.

⁷ O VA da dívida é calculado com base na taxa de desconto padrão de 5 por cento.

Caixa 5. Aprofundamento e Inclusão Financeiros na Guiné-Bissau

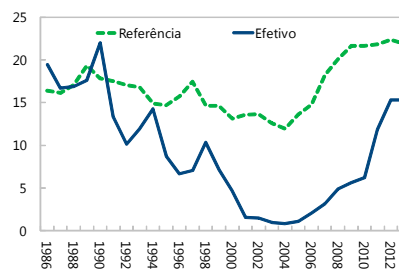
O crédito ao sector privado na Guiné-Bissau continua a ser inferior ao nível implícito nos fundamentos do país e o acesso ao crédito é baixo. A utilização de serviços de pagamento móveis poderá tornar os serviços financeiros mais acessíveis à população em geral no curto prazo. As despesas sociais, os investimentos em infraestruturas e as melhorias do ambiente de negócio serão essenciais para aprofundar o mercado financeiro.

O rácio de crédito ao sector privado/PIB da Guiné-Bissau é inferior ao nível implícito nos seus fundamentos. Seguindo a metodologia Al Hussainy (2011) e Barajas *et al.* (2013), este rácio de referência é derivado com base numa série de fatores estruturais num painel de mais de 120 países emergentes e em desenvolvimento, para o período entre 1986 e 2013. No caso da Guiné-Bissau, este nível de referência é muito mais alto que o nível real de crédito privado em percentagem do PIB, o que significa que o aprofundamento financeiro está abaixo do nível indicado pelas características estruturais do país. A regressão do défice financeiro (crédito efetivo ao sector privado/PIB menos o valor de referência) nas variáveis macroeconómica, institucional e política ajuda a identificar as causas dos desvios do valor de referência para 2004-2013. Apesar de ser difícil estabelecer uma causalidade neste exercício empírico e dos seus efeitos representarem sobretudo associações, aumentar a abertura comercial, as despesas com saúde (sociais), as entradas de IDE e melhorar as infraestruturas para o nível do país da UEMOA com o melhor desempenho da categoria poderá diminuir o défice financeiro em 4,5, 3, 1,75 e 1,25 pontos percentuais, respetivamente.

O contacto direto com a infraestrutura financeira permanece baixo mas a penetração de telemóveis poderá ser um canal promissor para aumentar o acesso financeiro. Dados recentes apontam que cerca de 36 por cento da população possui pelo menos um cartão SIM e atualmente há dois prestadores de serviços de pagamentos móveis a operar na Guiné-Bissau, com fatias de mercado iguais. Ademais, a dimensão das remessas no país sugere um mercado considerável para os pagamentos móveis transfronteiriços. O desenvolvimento dos serviços financeiros móveis poderá servir, então, como meio para aumentar a inclusão financeira da população que não tem conta bancária.

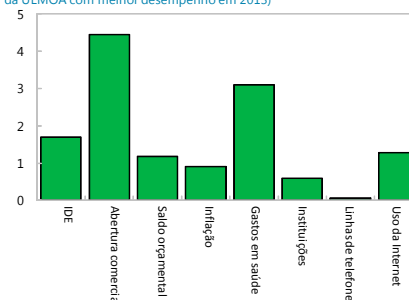
A médio prazo, serão necessários avanços no ambiente empresarial e judicial para melhorar o acesso aos serviços financeiros. As autoridades precisam abordar a falta de transparência, os ambientes judicial e empresarial subdesenvolvidos, as competências limitadas na área financeira e a tributação de distorção, os regimes prudenciais inadequados e a complacência regulamentar, que continuam a ser os principais obstáculos para o desenvolvimento do sector financeiro. A exigência de garantias menores em função dum melhor ambiente judicial e de padrões contabilísticos mais elevados poderá aumentar o acesso das empresas ao financiamento e impulsionar o investimento e o PIB.

Guiné-Bissau: Crédito ao Sector Privado
(Em percentagem do PIB)



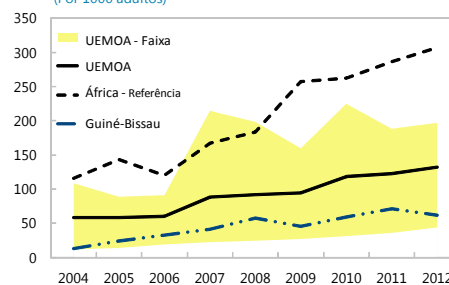
Fatores que colmatam o défice financeiro

(Aumento em % do PIB pelo ajustamento de cada fator ao país da UEMOA com melhor desempenho em 2013)



Depósitos nos bancos comerciais

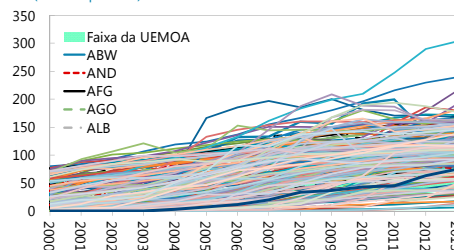
(Por 1000 adultos)



Fontes: FMI, Inquérito sobre o Acesso Financeiro.

Assinaturas de telemóveis

(Por 100 pessoas)



Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2014.

Avaliação do corpo técnico

28. O corpo técnico sublinhou que as autoridades deverão abordar imediatamente o risco operacional, continuar a aplicar políticas de contratação de empréstimos prudentes e fortalecer a capacidade de gestão da dívida. Tendo em vista a atual vulnerabilidade, a procura por donativos e empréstimos concessionais para projetos de infraestrutura prioritários continua a ser importante para o país. Ademais, a melhoria da capacidade de gestão da dívida é cada vez mais crucial perante o provável acesso do país a uma combinação de ofertas de crédito/empréstimos após os promissores resultados da conferência de doadores de Bruxelas em março de 2015. Nesta perspectiva, o corpo técnico incentivou as autoridades a aproveitarem a AT sobre gestão da dívida do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento para rever o seu quadro jurídico e institucional para a gestão da dívida pública e os processos de contratação de dívida. Como primeiro passo, o corpo técnico instou as autoridades a repararem urgentemente os equipamentos e os programas de gestão da dívida.⁸ Para conter o risco de sobre-endividamento e apoiar a sustentabilidade da dívida no longo prazo, também será crucial que as autoridades fortaleçam a gestão da dívida, mantendo políticas de contratação de empréstimos prudentes, gerem relatórios periódicos sobre os compromissos, os acordos e os desembolsos da dívida externa (indicador de referência estrutural), mantenham os esforços de consolidação fiscal, prossigam com a aplicação de reformas estruturais promotoras do crescimento e promovam a diversificação económica.

Opinião das autoridades

29. As autoridades concordaram em grande medida com as opiniões do corpo técnico sobre a sustentabilidade da dívida e as suas recomendações. Concordaram que a sustentabilidade da dívida depende acima de tudo de políticas macroeconómicas sólidas que, por sua vez, aumentam as suas possibilidades de aceder ao financiamento concessional. Sustentam, porém, que o ritmo dos investimentos públicos será determinado com base nas disponibilidades de recursos externos concessionais. Portanto, alguns dos riscos identificados nesta ASD não se concretizarão se não houver financiamento disponível. As autoridades reconhecem o contributo da gestão prudente da dívida e da aplicação de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e impulsionar o crescimento em geral e as perspectivas de exportação.

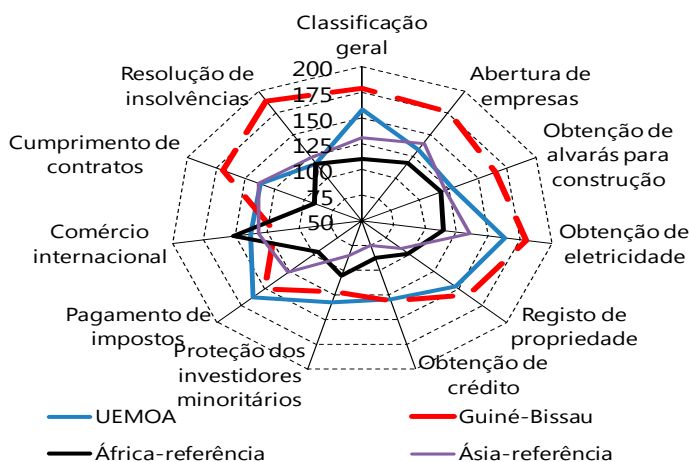
E. Melhorar a Competitividade e a Estabilidade Externa***Avaliação do corpo técnico***

30. Enquanto as taxas de câmbio efetivas reais da Guiné-Bissau aparentam estar de acordo com os fundamentos económicos, são precisas melhorias expressivas da governação e do ambiente de negócios para salvaguardar a estabilidade externa no médio prazo (Caixa 6 e

⁸ O AFRITAC Ocidental realizou uma missão de AT em Bissau, em junho de 2015, para ajudar as autoridades a avaliar o sistema de dados da dívida e os respetivos riscos operacionais, examinar o quadro jurídico e institucional para a gestão da dívida pública e rever os processos de contratação de dívida interna e externa. A missão também desenvolveu um roteiro para o aumento da AT em matéria de gestão da dívida.

Figura 4). A Guiné-Bissau obteve progressos significativos na melhoria do ambiente de negócios em 2005-2011, mas a classificação do país no índice Facilidade de Fazer Negócios (*Doing Business*) piorou em relação à última avaliação: apenas 10 de 189 países avaliados estão em pior posição. Apesar do plano emergencial de eletrificação ter dado os primeiros resultados, será crucial melhorar o acesso ao abastecimento fiável de eletricidade. Abrir uma empresa e fazer cumprir contratos são áreas particularmente desafiadoras em relação a outros países da UEMOA e a um grupo de referência de economias africanas em rápido crescimento. As instituições e as políticas da Guiné-Bissau também são constantemente classificadas abaixo dos outros países da UEMOA na avaliação CPIA de políticas e instituições nacionais. Daqui em diante, grandes investimentos para colmatar o défice infraestrutural, com vista a diminuir os custos de transporte e comunicação, desenvolver o capital humano e melhorar a governação serão cruciais para impulsionar a competitividade global da economia.

Figura 1. Índice Doing Business 2015*
(Posição entre 189 economias)



Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2015*.

*Estes indicadores devem ser interpretados com cautela devido ao número limitado de inquiridos, à cobertura geográfica limitada e pressupostos padronizados sobre restrições comerciais e à disponibilidade de informações.

Opinião das autoridades

31. As autoridades concordam com a avaliação do corpo técnico sobre a estabilidade externa da Guiné-Bissau. Reconhecem a necessidade de melhorar o ambiente de negócios e de diversificar a economia. Planeiam elaborar uma estratégia para promover a produção e a venda do seu principal produto de exportação, o caju, e aproveitar o apoio internacional para melhorar a qualidade das instituições e dos serviços públicos de saúde e educação.

F. Promover o Crescimento Inclusivo

Avaliação do corpo técnico

32. O avanço na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, sobretudo nos domínios da saúde e da educação foi lento, apesar de algumas medidas iniciais satisfatórias na colmatação da lacuna infraestrutural e na resposta aos desafios nas áreas da saúde e da educação. Ao mesmo tempo, a redução do desemprego e o combate à desigualdade de rendimentos continuam a figurar entre as prioridades de desenvolvimento mais prementes do governo. Portanto, deram início a uma auditoria internacional do mal gerido Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI), com o apoio do Banco Mundial. Os resultados desta auditoria (que estão previstos para o final de setembro) ajudarão a definir uma nova estratégia para promover o sector do caju e reduzir a pobreza rural. Ademais, as autoridades estão comprometidas com os três pilares no cerne do seu pedido de apoio de doadores – aumentar significativamente o investimento em infraestrutura, incentivar a industrialização e melhorar o desenvolvimento urbano – para sustentar o crescimento inclusivo.

33. Manter um ambiente macroeconómico estável e despesas sociais de melhor qualidade poderá ajudar a realizar avanços no sentido do crescimento inclusivo. As autoridades planeiam centrar-se em medidas para melhorar o acesso à educação e à saúde, fortalecer a proteção social, dar poder às mulheres e aumentar as oportunidades de emprego através da diversificação económica e da expansão do acesso ao crédito pelas pequenas e médias empresas. Concordaram que poderão ser obtidos resultados imediatos no processo de transformação através da reestruturação ou do encerramento do FUNPI, que deverá nivelar o terreno para o desenvolvimento do sector privado e a diversificação económica e simultaneamente ajudar a reduzir a pobreza.

34. É preciso realizar reformas estruturais de combate à corrupção e à procura endémica de rendas improdutivas para promover o crescimento mais inclusivo. As iniciativas das autoridades para implementar um regime de divulgação dos bens constituem um progresso louvável. Contudo, para que elas sejam significativas, este regime deverá centrar-se nos altos funcionários dos poderes executivo, legislativo e judiciário e a exatidão das declarações deverá ser devidamente comprovada. Para tal, a entidade responsável por verificar a exatidão das declarações deverá ter autonomia e recursos suficientes para exercer as funções de modo eficaz. Ademais, estes esforços estariam completos com o fortalecimento e a efetiva mobilização do quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (CBC/FT), que poderá ajudar a detetar, processar e dissuadir crimes relacionados à corrupção e ao contrabando. Neste contexto, apesar das medidas preliminares que foram tomadas para aplicar o atual quadro de CBC/FT, o quadro jurídico deverá ser rapidamente ajustado à norma GAFI de 2012 e aplicado eficazmente.

Caixa 6. Avaliação da Estabilidade Externa

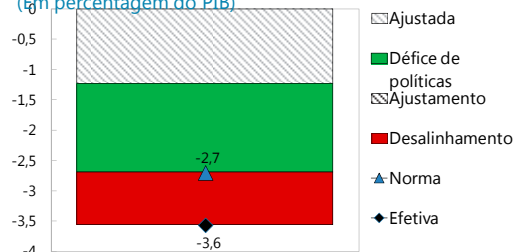
Com base na avaliação das contas externas para mercados em desenvolvimento e emergentes (EBA-lite), no geral, a taxa de câmbio efetiva real (TCER) é compatível com os fundamentos económicos. Porém, a economia continua exposta a choques devido à elevada concentração das exportações e à situação frágil do país. O ambiente de negócio continua difícil.

A metodologia EBA-lite sugere que, de um modo geral, a TCER da Guiné-Bissau é compatível com os seus fundamentos em 2015. Para determinar um possível desalinhamento da TCER, a EBA-lite compara a

balança corrente de curto prazo do país com o valor de referência deste indicador sugerido pelos seus fundamentos macroeconómicos e políticas (em relação aos fundamentos mundiais, uma orientação de políticas ideal e a diferença entre as políticas reais e ideais do resto do mundo). A conta corrente de referência obtida para a Guiné-Bissau é de -2,7 por cento do PIB, dos quais -1,5 por cento do PIB são gerados pelo défice de políticas e -1,2 por cento pelos fundamentos macroeconómicos da Guiné-Bissau. Como se prevê que o défice da conta corrente aumentará para 3,6 por cento do PIB em 2015, o desalinhamento da conta corrente totaliza, portanto, -0,9 por cento do PIB, o que sugere uma sobrevalorização estatisticamente insignificante da TCER em 6,5 por cento. Portanto, a TCER está em grande medida alinhada com os fundamentos do país.

Decomposição da Conta Corrente, 2015

(Em percentagem do PIB)



Porém, a posição externa da Guiné-Bissau mantém-se vulnerável a diversos riscos. É preciso contar com uma situação política e de segurança estável para se obter uma posição externa sustentável. Do ponto de vista macroeconómico, a forte concentração das exportações no caju constitui o principal risco para a estabilidade externa porque deixa o país vulnerável às variações internacionais de preços. Um aumento dos atualmente favoráveis preços do petróleo poderá exercer pressão sobre a conta corrente, uma vez que a economia é altamente dependente da importação de produtos petrolíferos. No médio prazo, fluxos de donativos contínuos e o acesso a empréstimos concessionais serão necessários para financiar as enormes necessidades de desenvolvimento das infraestruturas, o que, por sua vez, constitui um pré-requisito para se desenvolver a base de exportações da Guiné-Bissau.

Opinião das autoridades

35. As autoridades concordaram com a análise do corpo técnico e as políticas recomendadas sobre o crescimento inclusivo. Explicaram que as principais prioridades são resolver a falta de infraestruturas no abastecimento de energia, telecomunicações e água. Ademais, é crucial fortalecer as instituições públicas para lançar os alicerces de um ambiente de negócios promotor do desenvolvimento do sector privado, do crescimento económico e da criação de empregos. Reafirmam que o progresso na reforma do sector de segurança fornecerá a pré-condição necessária para o avanço da planeada transformação económica e estrutural do país e que esse é um preço que a nação tem de pagar para manter a paz e a estabilidade política.

G. Outros Problemas de Supervisão

36. Prestação e qualidade dos dados. Debilidades nas contas nacionais e nas estatísticas financeiras do governo, do balanço de pagamentos e da dívida continuam a prejudicar a supervisão. Em particular, as estimativas de crescimento e das exportações de caju continuam a ser fracas e têm de ser abordadas através de reforço institucional, de um novo inventário da produção e inquéritos

regulares sobre a produção (MPEF §28). O apoio do FMI e de parceiros de desenvolvimento deverá ajudar a melhorar a qualidade e a atualidade dos dados para a supervisão e a monitorização do programa.

37. Avaliação de salvaguardas. O BCEAO é banco central comum dos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A última avaliação de salvaguardas do BCEAO, de 13 de dezembro de 2013, concluiu que o banco manteve um forte ambiente de controlo e aprimorou o quadro de governação, incluindo a criação de uma comissão de auditoria para fiscalizar os avanços nos processos de elaboração de relatórios de auditoria e financeiros. A avaliação também identificou algumas limitações no seu processo de auditoria externa e recomendou a seleção de uma segunda firma de auditoria experiente para conduzir auditorias conjuntas e assegurar a suficiência deste mecanismo, a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) (agora prevista para o final de 2015) e o fortalecimento da fiscalização da comissão de auditoria.

38. Sistema Cambial e Regime de Taxa de Câmbio. A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3, e 4 do Artigo VIII, a partir de 1 de janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997 e não dispõe duma moeda nacional. O regime cambial está livre de práticas de taxas de câmbio múltiplas e de restrições cambiais sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes.

MODALIDADES E ACESSO AO PROGRAMA

39. Propõe-se que o programa da Guiné-Bissau seja apoiado por um acordo ao abrigo da ECF do FMI. O objetivo do programa económico das autoridades é colocar o país numa trajetória virtuosa de crescimento sustentável e inclusivo e, simultaneamente, melhorar a justiça social, a transparência e a eficiência das instituições públicas (MPEF §2). O corpo técnico propõe um nível de acesso equivalente a 120 por cento da quota (DES 17,04 milhões), com um pequeno desembolso inicial de 20 por cento da quota para cada um dos primeiros dois desembolsos, uma vez que as receitas extraordinárias de 2015 continuam incertas e não há financiamento suficiente para a prevenção contra o Ébola. Este nível de acesso e o seu faseamento também serão apoiados pelo programa económico das autoridades e ajudarão a financiar as prolongadas necessidades da balanço de pagamentos do país e a cumprir os seus objetivos de redução da pobreza. O nível de acesso baseia-se na avaliação do corpo técnico das perspetivas para a Guiné-Bissau, na necessidade projetada de financiamento externo de cerca de USD 26 milhões durante o prazo do programa, na solidez dos ajustamentos previstos das políticas e no sólido historial do governo na aplicação de políticas de GFP e no fortalecimento das instituições nos últimos nove meses. Está de acordo com a norma da ECF para países cuja dívida ao FMI situa-se abaixo de 100 por cento da quota. Até ao final do programa proposto, o crédito total do Fundo será de cerca de 170 por cento da quota (Tabela 5).

40. A capacidade de reembolso ao FMI da Guiné-Bissau é satisfatória. O serviço da dívida ao Fundo é baixo e prevê-se que aumente de 0,5 por cento das exportações de bens e serviços em 2016 para 0,9 por cento em 2018 (Tabela 5). A ASD indica que o risco de sobre-endividamento

continuará moderado. Ademais, a Guiné-Bissau tem um bom historial de pagamento pontual das obrigações da dívida ao FMI. O governo está a envidar esforços para concluir a reestruturação dos acordos com os seis credores bilaterais oficiais (membros e não membros do Clube de Paris) com os quais tem atrasados, e tem um plano credível e financiamento projetado para eliminar os atrasados ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um dos credores multilaterais. De referir também os esforços para formalizar acordos como o Brasil, a Rússia e Angola e iniciar negociações com os EAU, a Líbia, o Paquistão e Província Chinesa de Taiwan, para além do FIDA. O governo também está a envidar esforços de boa-fé para chegar a um acordo de cooperação com o Banco Franco-Português, um credor privado cujos valores a receber estão em atraso (MPEF §16). Liquidou todos os atrasados com outros credores e as restantes obrigações da dívida externa estão em dia.

41. O desempenho do programa será avaliado semestralmente, com base em critérios quantitativos de desempenho e metas indicativas (Tabela 8), indicadores de referência estruturais para o primeiro ano do programa e daí em diante, até junho de 2016 (Tabela 9). Os critérios de desempenho da primeira e segunda avaliações serão definidos para 30 de junho e 31 de dezembro de 2015, respetivamente. Tais critérios incluirão: i) um limite mínimo (piso) para a receita interna total; ii) um limite máximo (teto) para o crédito bancário interno líquido ao governo central; iii) um teto de zero para a dívida externa não concessional; iii) um teto de zero para o saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano; e iv) teto de zero para os atrasados de pagamentos externos.

42. A aplicação do programa está sujeita a riscos de deterioração. Os principais riscos para a perspetiva macroeconómica discutidos anteriormente também se aplicam ao desempenho do programa. Ademais, a capacidade das autoridades para manter a disciplina fiscal, romper com práticas do passado na execução orçamental e aprimorar a gestão da dívida será crucial.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

43. Após as eleições pacíficas e o progresso inicial impressionante nas reformas estruturais, o novo governo tem uma oportunidade histórica para superar a fragilidade.

O governo dispõe de amplo apoio, inclusivamente dos partidos da oposição, e doadores tradicionais voltaram a apoiar a Guiné-Bissau. O *Plano Estratégico* do governo (2014-2018) e os orçamentos de 2014 e de 2015 foram aprovados no parlamento por unanimidade. Provas adicionais da confiança no governo e no país foram dadas na conferência de doadores realizada em Bruxelas, no dia 25 de março de 2015, onde parceiros de desenvolvimento prometeram cerca de USD 1,5 mil milhões para o financiamento da agenda de desenvolvimento do país. A perspetiva de médio prazo é positiva, com crescimento forte continuado e uma posição externa robusta. O corpo técnico incentiva as autoridades a avançarem decisivamente na reforma do sector de segurança e a desenvolverem um regime de aposentação sustentável para os militares afetados.

44. Para aprimorar a credibilidade da política orçamental e apoiar a estabilidade macroeconómica, o corpo técnico insta as autoridades a fortalecerem a disciplina fiscal e

melhorarem a eficiência das despesas públicas. O corpo técnico saúda os esforços das autoridades para aumentar a mobilização de receita e criar espaço fiscal para as despesas prioritárias e incentiva-as a aumentar a eficiência das despesas públicas e a alargar a base tributária para atingir as metas de receita do programa. O corpo técnico insta as autoridades a fortalecerem os processos de execução orçamental, sobretudo o controlo de autorizações e da gestão da despesa de capital no contexto da sua estratégia de médio prazo de reforma da GFP. As reformas da GFP planeadas para o médio prazo são adequadamente ambiciosas, dadas as atuais limitações de capacidade administrativa, mas são necessárias para a sustentabilidade orçamental. O corpo técnico também sublinha a urgência da reforma da EAGB, reestruturando a empresa e aumentando as tarifas de eletricidade. A estrutura de tarifas atual concede subsídios a todos os consumidores indiscriminadamente, o que onera o orçamento e leva à afetação ineficiente de recursos.

45. O corpo técnico insta as autoridades a melhorarem a produção dos principais dados macroeconómicos, cuja ausência está a impedir uma supervisão efetiva. O corpo técnico incentiva as autoridades a melhorarem a articulação entre as diversas instituições e assegurarem que recursos suficientes são afetados à geração de dados estatísticos, incluindo pessoal, equipamento e formação. O corpo técnico destaca especificamente as estatísticas da produção e exportação de caju e insta as autoridades a delegarem esta tarefa a uma instituição como o Ministério da Agricultura, que tem as capacidades e o conhecimento necessários.

46. O corpo técnico saúda a decisão do governo de auditar o anteriormente mal gerido fundo do caju (FUNPI) e exorta as autoridades para que tomem uma medida firme de reestruturação ou encerramento do fundo. A reestruturação ou o encerramento do FUNPI ajudaria a reduzir a pobreza, pois este tem um efeito redistributivo negativo sobre o rendimento, e ajudaria a melhorar o ambiente de negócios. O corpo técnico insta as autoridades a utilizarem a melhor prática internacional na planeada auditoria do FUNPI e a avançarem rapidamente para reestruturá-lo ou encerrá-lo com base nas conclusões da auditoria.

47. Será importante restaurar a estabilidade do sector financeiro. O corpo técnico felicita as autoridades por abordarem os problemas da banca com base na melhor prática internacional. Isto enviou um sinal forte sobre a necessidade do cumprimento de contratos, evitando o risco moral e salvaguardando os escassos recursos públicos. O corpo técnico insta as autoridades a monitorizarem de perto os compromissos dos bancos para recapitalizar e liquidar as garantias obtidas.

48. O corpo técnico insta as autoridades a procurarem financiamento na forma de donativos ou em condições altamente concessionais, por considerá-los essenciais em vista dos grandes planos de investimento público e da vulnerabilidade da dívida a choques de receita e exportações.

49. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades dum acordo três anos ao abrigo da ECF, com nível de acesso de 120 por cento da quota. O novo programa ajudará as autoridades a melhorar a estabilidade macroeconómica e as perspetivas de crescimento. O programa é adequadamente ambicioso, sobretudo na área da reforma orçamental, o que, combinado com as

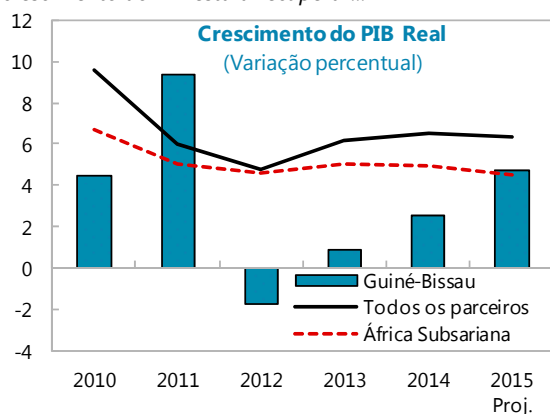
necessidades do balanço de pagamentos, o baixo crédito em dívida com o FMI e a capacidade adequada do país para cumprir as obrigações da dívida externa, justifica o nível de acesso proposto.

50. O corpo técnico propõe que as próximas consultas com a Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV ocorram dentro de 24 meses, sujeitas à Decisão sobre os ciclos de consulta em países com programas.⁹

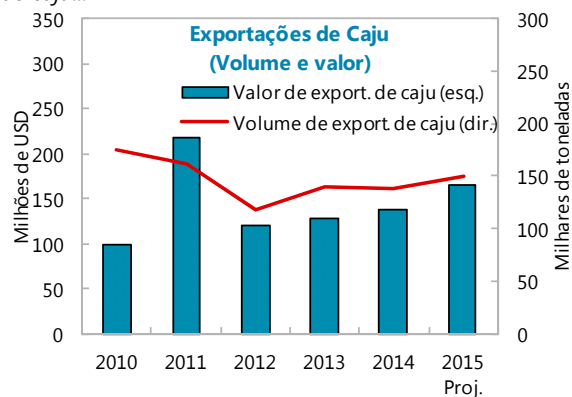
⁹ Decisão N.º 14747– (10/96), de setembro de 2010.

Figura 2. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos, 2010-2015

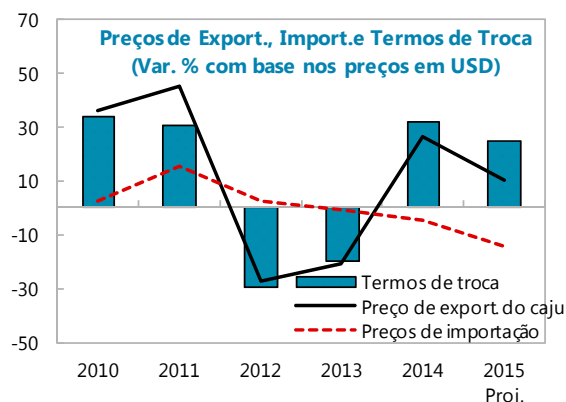
Depois do impacto negativo do golpe de 2012, o crescimento do PIB está a recuperar...



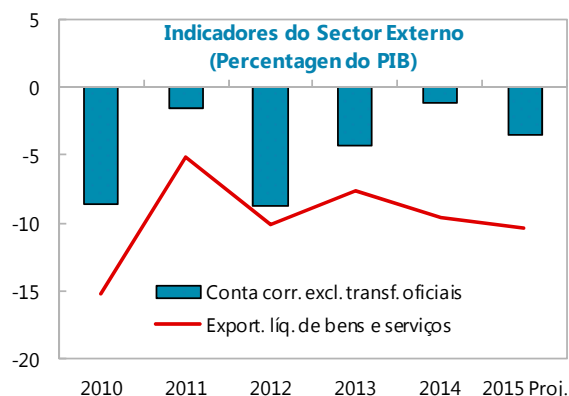
...junto com o aumento do volume e preço de exportação do caju...



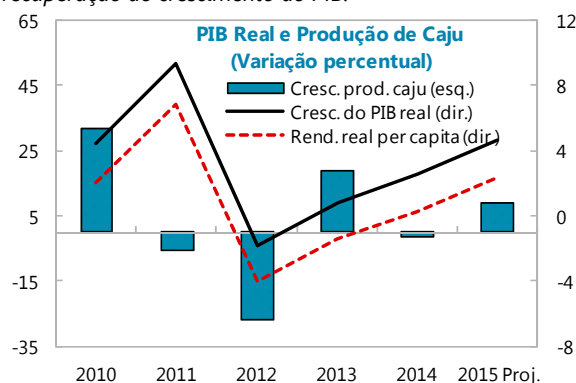
...o que ocasionou melhoras nos termos de troca.



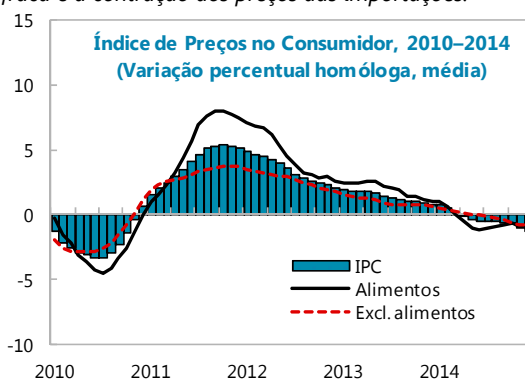
A alta das exportações e o restabelecimento da ajuda externa diminuíram o défice em conta corrente nos últimos anos.



A renda per capita voltou a crescer, refletindo a recuperação do crescimento do PIB.



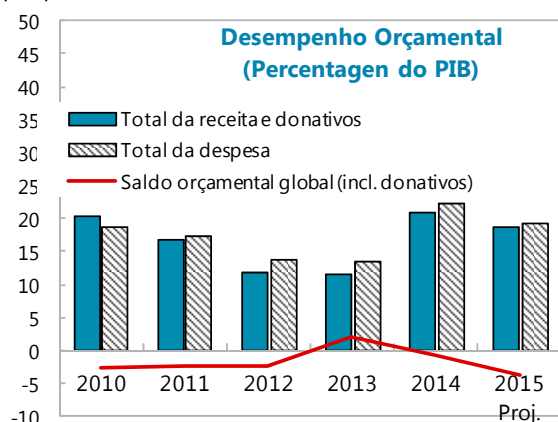
A inflação permanece contida devido à demanda interna fraca e à contração dos preços das importações.



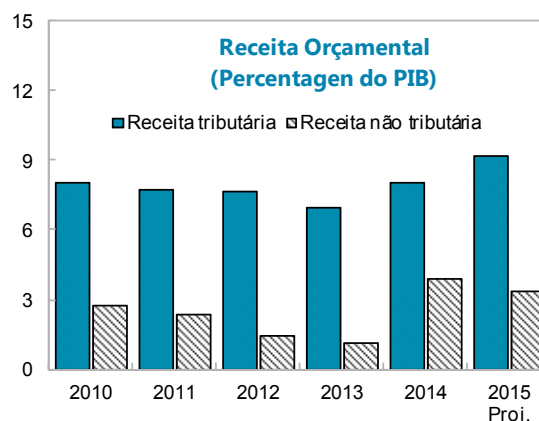
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos Adicionais, 2010-2015

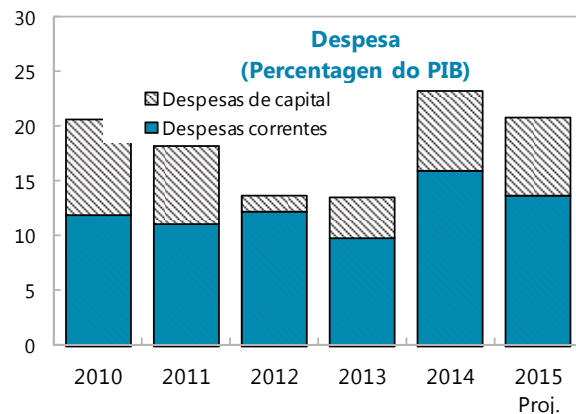
Recentemente houve um salto das receitas e despesas, sinalizando a normalização da economia e melhores perspectivas.



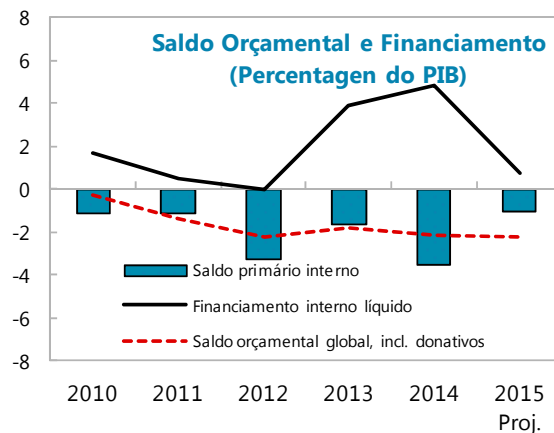
Refletindo reformas de resultado rápido, as receitas fiscais aumentaram consideravelmente.



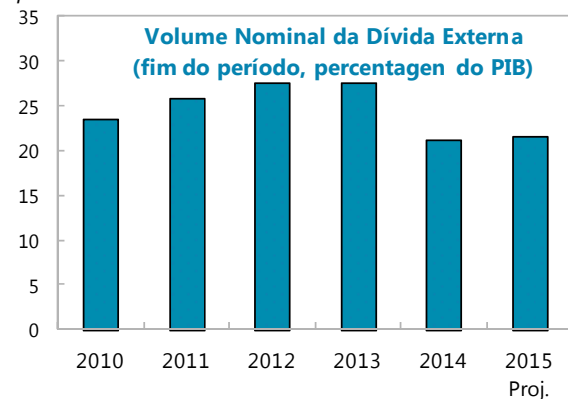
Houve aumento visível das despesas de capital, refletindo melhor perspectiva e necessidades de investimento consideráveis.



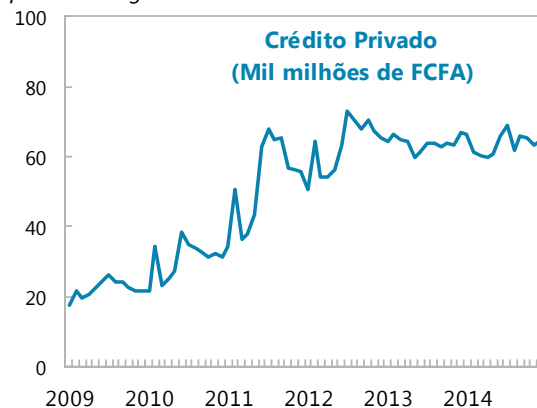
O elevado nível de financiamento interno regressou a níveis históricos após a renovação do apoio de doadores...



...enquanto a dívida externa se manteve baixa e estável após o alívio da dívida de 2010.



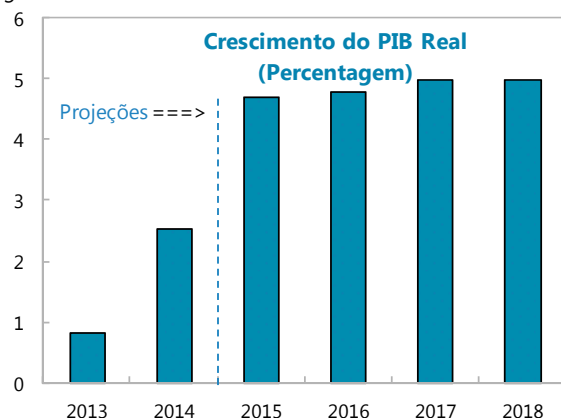
Depois de anos de crescimento exuberante, o crédito privado estagnou.



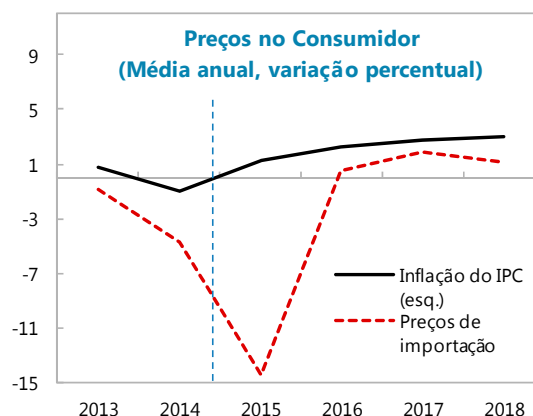
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. Guiné-Bissau: Perspetivas a Médio Prazo, 2013-2018

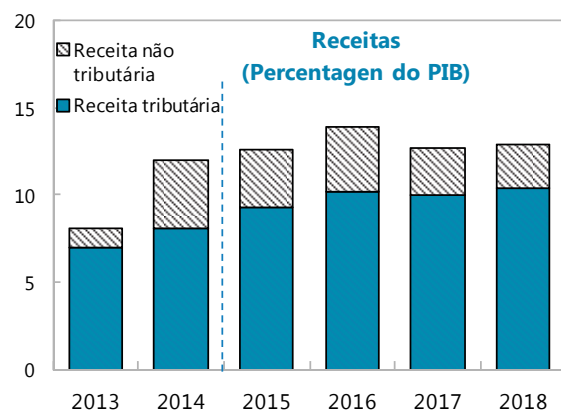
As perspetivas económicas melhoraram visivelmente, refletindo a estabilidade política desde a posse do novo governo.



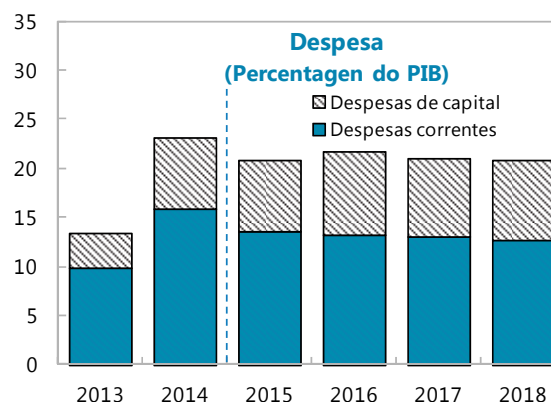
A inflação dos preços ao consumidor deve subir, mas permanecer em níveis baixos, à medida que o crescimento e a renda aumentem.



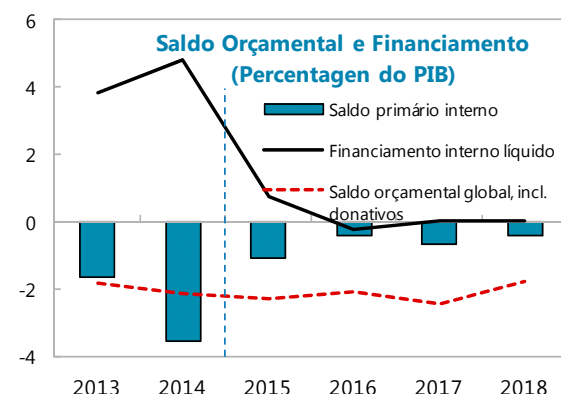
A arrecadação de impostos deve continuar a aumentar, à medida que a administração fiscal é fortalecida e a base tributária se expande...



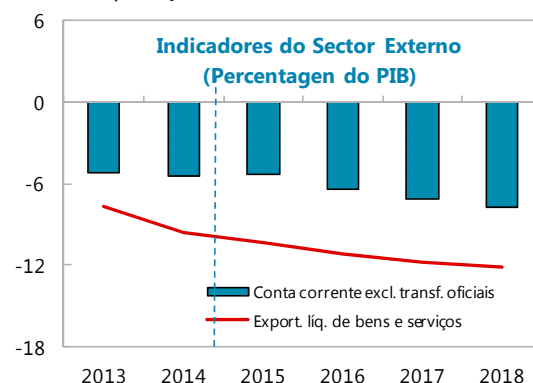
...enquanto os aumentos nas despesas devem permanecer moderados...



...resultando no défice global de cerca de 2 por cento do PIB.



O défice em conta corrente deverá aumentar, refletindo a alta das importações devido ao aumento do investimento.



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos, 2012-2020

	2012	2013	2014		2015		2016	2017	2018	2019	2020
			RCF	Prelim.	RCF	Proj.			Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Contas nacionais e preços											
PIB real a preços de mercado	-1,8	0,8	2,5	2,5	4,0	4,7	4,8	5,0	5,0	5,0	5,0
PIB real per capita	-4,0	-1,4	0,3	0,3	1,7	2,4	2,5	2,7	2,7	2,7	2,7
Deflador do PIB	-0,8	-1,0	3,7	5,4	2,8	5,9	1,8	2,3	2,7	2,8	2,9
Índice de preços no consumidor (média anual)	2,1	0,8	-0,8	-1,0	3,3	1,3	2,3	2,7	3,0	3,0	3,0
Sector externo											
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	-44,8	16,3	14,8	12,7	4,9	13,1	7,2	5,2	5,5	5,6	5,7
Importações, FOB (com base em valores em USD)	-24,4	0,6	26,2	24,7	4,2	7,9	10,4	8,7	8,1	10,1	10,6
Volume de exportações	-27,2	18,6	-9,3	-1,4	4,9	8,7	5,0	2,0	2,3	2,3	2,3
Volume de importações	-26,0	1,5	30,9	30,9	7,4	26,1	9,8	6,7	6,9	9,6	10,4
Termos de troca (deterioração = -)	-29,7	-20,1	30,2	31,4	3,0	24,5	-0,3	0,7	1,3	2,0	2,4
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	4,9	-7,6	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	510,2	493,9	...	493,5	...	...	...	...	...	...	...
Finanças públicas											
Receitas internas (excl. donativos)	-12,5	-10,6	39,5	59,4	-0,6	17,1	17,9	-2,1	9,8	9,8	9,8
Receitas internas (excluindo donativos e extraordinárias)	-12,5	-10,6	26,0	47,7	10,0	20,9	9,5	10,1	9,8	9,8	9,8
Total da despesa	-26,4	-2,1	58,2	86,4	-3,3	-0,6	11,9	4,0	6,2	9,3	8,8
Despesas correntes	8,5	-20,1	58,6	75,8	-6,8	-5,2	3,4	5,3	5,6	8,8	8,7
Despesas correntes (excl. despesas relacionada às eleições)	8,5	-20,1	41,9	57,2	5,6	6,1	3,4	5,3	5,6	8,8	8,7
Despesas de capital	-80,4	152,9	57,1	115,4	6,5	9,4	28,2	1,8	7,2	10,1	9,1
Moeda e crédito											
Ativos internos líquidos ¹	14,0	8,4	-1,1	-4,2	7,3	-6,8	-7,6	-5,5	-3,2	-2,5	0,6
Crédito ao governo (líquido)	11,3	0,3	8,2	0,5	0,0	1,8	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito à economia	7,9	1,4	2,2	-2,9	2,4	2,7	2,7	3,0	3,1	3,2	3,3
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	3,1	2,7	2,5	2,2	2,4	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)											
Investimento e poupança											
Investimento bruto	7,3	7,0	7,1	10,8	7,1	12,4	13,6	13,2	13,1	13,4	13,5
Do qual: investimento público	2,1	3,1	1,9	7,2	1,9	7,1	8,5	8,1	8,0	8,2	8,3
Poupança interna bruta	-3,9	-0,7	-2,7	1,1	-2,7	2,1	2,4	1,4	1,0	0,4	-0,4
Do qual: poupança pública	-2,6	-2,2	-8,0	-4,0	-6,8	-1,2	0,5	-0,5	-0,1	0,1	0,2
Poupança nacional bruta	-1,5	2,7	6,7	9,6	3,2	8,8	8,9	7,7	7,1	6,2	4,9
Finanças públicas											
Total da receita ²	9,1	8,1	11,4	12,0	10,6	12,6	14,0	12,7	13,0	13,2	13,4
Despesa primária interna total	12,3	9,7	15,3	15,5	18,4	13,7	14,3	13,4	13,4	13,4	13,3
Saldo primário interno	-3,3	-1,6	-3,9	-3,5	-7,8	-1,1	-0,4	-0,7	-0,4	-0,2	0,1
Saldo global (base de compromissos)											
Incluindo donativos	-2,2	-1,8	-1,8	-2,2	-3,5	-2,3	-2,1	-2,5	-1,8	-1,6	-1,3
Excluindo donativos	-4,6	-5,3	-10,0	-11,2	-8,7	-8,3	-8,0	-8,6	-8,1	-8,1	-8,0
Conta corrente externa (incl. transferências correntes oficiais)	-8,8	-4,4	-0,4	-1,2	-3,9	-3,6	-4,7	-5,5	-6,0	-7,2	-8,6
Excluindo transferências oficiais	-10,6	-5,1	-6,7	-5,4	-6,8	-5,3	-6,3	-7,1	-7,6	-8,9	-10,3
Stock nominal da dívida pública											
Do qual: dívida externa	47,3	49,8		51,9		50,9	49,5	48,7	46,4	44,3	42,1
	17,9	16,6		17,2		18,0	16,6	15,9	16,2	16,8	17,5
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)											
Por memória:											
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	508,3	507,2	504,5	548,4	539,5	608,0	648,5	696,5	750,9	810,5	875,5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Contributo percentual ao crescimento dos meios de pagamento.² As receitas extraordinárias totalizaram 0,9% do PIB em 2014 (devido à transferências dos proventos do FUNPI para o Tesouro) e deverão representar 0,5% do PIB em 2015 (devido à venda das licenças 3G) e 1,6% do PIB em 2016 (devido sobretudo às receitas da venda de madeira ilegal apreendida e à cobrança dos respetivos impostos).

Tabela 2a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2012-2018

(Mil milhões de FCFA)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
			Prelim.	Proj.		Proj.	
Receitas e donativos	58,1	58,9	115,0	113,5	129,1	131,5	144,7
Receitas	46,0	41,1	65,5	76,8	90,5	88,6	97,3
Receitas fiscais	38,9	35,4	44,2	56,2	66,2	69,6	77,7
Receitas não fiscais	7,1	5,7	21,4	20,6	24,2	18,9	19,5
(d/q) receitas extraordinárias ¹	0,0	0,0	4,8	3,3	10,0	0,0	0,0
Donativos	12,1	17,8	49,5	36,8	38,6	42,9	47,5
Apoio orçamental	9,1	4,0	23,3	10,7	10,7	11,5	12,4
(d/q) Apoio às eleições	0,0	0,0	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	3,1	13,8	26,2	26,1	27,9	31,4	35,1
Total da despesa	69,5	68,0	126,9	127,3	142,5	148,6	158,0
Despesas correntes	62,3	49,7	87,4	84,1	87,2	92,2	97,6
Salários e ordenados	25,1	24,3	32,3	32,5	34,6	34,6	36,0
Bens e serviços	12,8	9,0	12,2	14,6	19,0	20,4	21,3
Transferências	12,8	12,6	13,3	20,2	17,1	17,8	18,6
Outras despesas correntes	11,4	3,5	26,9	11,3	13,9	14,4	16,6
Juros programados	0,1	0,4	2,7	5,5	2,5	4,9	5,1
Despesas de capital e concessão líq. de empr.	7,2	18,3	39,5	43,2	55,4	56,4	60,4
Programa de Investimento Público	7,1	18,3	39,4	43,2	55,2	56,2	60,2
Financiamento interno	0,6	0,0	0,1	4,6	8,3	5,8	7,9
Financiamento externo	6,5	18,3	39,2	38,6	46,9	50,3	52,3
Outras despesas de capital	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2
Financiamento interno	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2
Saldo global (compromissos)	-11,4	-9,2	-11,8	-13,8	-13,5	-17,1	-13,3
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-23,5	-26,9	-61,3	-50,6	-52,1	-60,0	-60,8
Atrasados internos líquidos ²	3,5	9,7	-1,8	-8,1	-3,0	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	3,5	9,7	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	0,0	0,0	-4,0	-8,1	-3,0	0,0	0,0
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	0,0	0,0	-0,9	0,0	0,0	0,0
Despesas não tituladas							
Float e discrepâncias estatísticas	-5,8	9,9	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (caixa)	-13,7	-9,4	-16,1	-22,8	-16,5	-17,1	-13,3
Financiamento	13,7	9,4	16,1	22,8	16,5	17,1	13,3
Financiamento interno	9,0	4,9	3,4	4,2	-4,0	-3,3	-3,3
Financiamento bancário	9,0	4,9	3,4	4,4	-2,2	-1,2	-1,2
Crédito do BCEAO	0,0	0,0	2,9	0,0	-0,6	-1,2	-1,2
(d/q) FMI	0,0	0,0	2,9	0,0	-0,6	-1,2	-1,2
Depósitos no BCEAO (- = acumulação) ³	9,3	-0,8	-7,9	4,4	-1,6	0,0	0,0
Bancos nacionais	-0,3	-4,3	8,5	0,0	0,0	0,0	0,0
(d/q) Regional (incl. bilhetes do Tesouro)	0,0	10,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	-0,2	-1,8	-2,1	-2,1
Financiamento externo (líquido)	4,6	4,5	12,7	13,8	16,7	16,8	14,8
Desembolsos	5,1	4,6	13,1	15,7	18,9	18,9	17,2
Empréstimos para projetos	5,1	4,6	13,1	12,5	18,9	18,9	17,2
Programas	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0
Amortização (programada e atrasados)	-0,5	-0,1	-2,9	-1,9	-2,2	-2,2	-2,3
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = nec. de financiamento)	0,0	0,0	0,0	4,7	3,7	3,7	1,8
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	4,7	3,7	3,7	1,8
Saldo primário interno	-16,8	-8,2	-19,4	-6,5	-2,7	-4,8	-3,4
Receitas	46,0	41,1	65,5	76,8	90,5	88,6	97,3
Despesas primárias	62,9	49,4	84,9	83,2	93,1	93,4	100,7

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em 2014, refere-se aos proventos do FUNPI, em 2015 reflete a venda das licenças 3G e em 2016 reflete sobretudo a venda de madeira ilegal apreendida e a cobrança dos respetivos impostos.² Registrados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras des.³ No começo de 2015, foram utilizados FCFA 3,7 mil milhões para pagar despesas de 2014.

Tabela 2b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2012-2018

(Porcentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
			Prelim.	Proj.		Proj.	
Receita e donativos	11,4	11,6	21,0	18,7	19,9	18,9	19,3
Receitas	9,1	8,1	12,0	12,6	14,0	12,7	13,0
Receitas fiscais	7,7	7,0	8,1	9,2	10,2	10,0	10,4
Receitas não fiscais	1,4	1,1	3,9	3,4	3,7	2,7	2,6
(d/q) receitas extraordinárias	n.a.	n.a.	0,9	0,5	1,5	0,0	0,0
Donativos	2,4	3,5	9,0	6,0	6,0	6,2	6,3
Apoio orçamental	1,8	0,8	4,3	1,8	1,6	1,6	1,6
(d/q) Apoio às eleições	n.a.	n.a.	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	0,6	2,7	4,8	4,3	4,3	4,5	4,7
Total da despesa	13,7	13,4	23,1	20,9	22,0	21,3	21,0
Despesas correntes	12,3	9,8	15,9	13,8	13,4	13,2	13,0
Salários e ordenados	4,9	4,8	5,9	5,3	5,3	5,0	4,8
Bens e serviços	2,5	1,8	2,2	2,4	2,9	2,9	2,8
Transferências	2,5	2,5	2,4	3,3	2,6	2,6	2,5
Outras despesas correntes	2,2	0,7	4,9	1,9	2,1	2,1	2,2
Juros programados	0,0	0,1	0,5	0,9	0,4	0,7	0,7
Despesas de capital e concessão líq. de empr.	1,4	3,6	7,2	7,1	8,5	8,1	8,0
Programa de Investimento Público	1,4	3,6	7,2	7,1	8,5	8,1	8,0
Financiamento interno	0,1	0,0	0,0	0,8	1,3	0,8	1,1
Financiamento externo	1,3	3,6	7,2	6,3	7,2	7,2	7,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-2,2	-1,8	-2,2	-2,3	-2,1	-2,5	-1,8
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-4,6	-5,3	-11,2	-8,3	-8,0	-8,6	-8,1
Atrasados internos líquidos ¹	0,7	1,9	-0,3	-1,3	-0,5	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	0,7	1,9	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	0,0	0,0	-0,7	-1,3	-0,5	0,0	0,0
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	0,0	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	-1,1	2,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-2,7	-1,8	-2,9	-3,7	-2,5	-2,5	-1,8
Financiamento	2,7	1,8	2,9	3,7	2,5	2,5	1,8
Financiamento interno	1,8	1,0	0,6	0,7	-0,6	-0,5	-0,4
Financiamento bancário	1,8	1,0	0,6	0,7	-0,3	-0,2	-0,2
Crédito do BCEAO	0,0	0,0	0,6	0,0	-0,1	-0,2	-0,2
(d/q) FMI	0,0	0,0	0,6	0,0	-0,1	-0,2	-0,2
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	1,8	-0,2	-1,5	0,7	-0,3	0,0	0,0
Financiamento interno ⁴	-0,1	-0,8	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Regional (incluindo Bilhetes do Tesouro)	0,0	2,0	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	2,3	-0,3	-0,3	-0,3
Financiamento externo (líquido)	0,9	0,9	2,3	2,6	2,6	2,4	2,0
Desembolsos	1,0	0,9	2,4	2,1	2,9	2,7	2,3
Projetos	1,0	0,9	2,4	2,1	2,9	2,7	2,3
Programas	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Amortização (programada e atrasados)	-0,1	0,0	-0,5	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = neces. de financiamento)	0,0	0,0	0,0	0,8	0,6	0,5	0,2
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,8	0,6	0,5	0,2
Saldo primário interno	-3,3	-1,6	-3,5	-1,1	-0,4	-0,7	-0,5
Receitas	9,1	8,1	12,0	12,6	14,0	12,7	13,0
Despesas primárias	12,4	9,7	15,5	13,7	14,4	13,4	13,4

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registrados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras.⁴ Incluindo transferências do FUNPL.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2011-2018¹

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
				Prelim.		Proj.		
(Milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)								
Ativos externos líquidos	119,3	84,5	94,9	160,7	204,1	250,2	299,2	338,7
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	95,4	65,0	72,1	135,5	172,9	226,6	277,2	316,7
Bancos comerciais	23,9	19,5	22,8	25,2	31,2	23,6	22,0	22,0
Ativos internos líquidos	87,4	94,3	104,7	84,1	67,4	46,8	30,5	19,9
Crédito ao governo (líquido)	11,2	21,1	21,7	22,5	26,9	25,3	25,3	25,3
Crédito ao sector privado	50,5	64,2	66,6	61,1	67,7	75,1	83,9	94,1
Outras rubricas (líquido)	25,7	8,9	16,5	0,6	-27,2	-53,6	-78,7	-99,4
Massa monetária (M2)	173,3	162,8	186,9	244,8	271,4	297,0	329,7	358,6
Moeda fora dos bancos	85,5	83,4	90,9	151,8	168,3	184,1	204,4	222,3
Depósitos bancários	87,8	79,4	96,0	93,0	103,1	112,8	125,3	136,2
Base monetária (M0)	120,5	99,6	103,9	158,3	175,5	192,1	213,2	231,9
(Variação percentual na moeda em sentido lato no início do período)								
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato								
Massa monetária (M2)	39,1	-6,0	14,8	31,0	10,9	9,4	11,0	8,8
Ativos externos líquidos	20,9	-20,1	6,3	35,2	17,7	17,0	16,5	12,0
BCEAO	24,9	-17,6	4,4	33,9	15,3	19,8	17,1	12,0
Bancos comerciais	-4,0	-2,5	2,0	1,3	2,5	-2,8	-0,5	0,0
Ativos internos líquidos	45,0	4,0	6,4	-11,0	-6,9	-7,6	-5,5	-3,2
Crédito ao governo central	6,6	5,7	0,3	0,4	1,8	-0,6	0,0	0,0
Crédito ao sector privado	12,9	7,9	1,4	-2,9	2,7	2,7	3,0	3,1
Outras rubricas, líquido	25,5	-9,7	4,6	-8,5	-11,4	-9,7	-8,5	-6,3
Por memória:								
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	39,1	-6,0	14,8	31,0	10,9	9,4	11,0	8,8
Base monetária (M0, variação percentual anual)	60,0	-17,3	4,3	52,4	10,9	9,4	11,0	8,8
Crédito ao sector privado (variação percentual anual)	46,7	27,2	3,6	-8,2	10,9	10,9	11,7	12,1
Velocidade (PIB/M2)	3,0	3,1	2,7	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,4	1,6	1,8	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim do período.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Balanço de pagamentos, 2012-2018

(Mil milhões de FCFA)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
			Prelim.			Proj.	
Saldo da conta corrente							
Incluindo todas as transferências oficiais	-44,8	-22,1	-6,4	-21,7	-30,4	-38,1	-45,0
Excluindo as transferências oficiais	-53,9	-26,1	-29,8	-32,3	-41,0	-49,6	-57,4
Bens e serviços	-51,6	-39,0	-52,9	-62,8	-72,5	-82,1	-91,0
Bens	-25,7	-14,8	-27,5	-30,2	-36,7	-43,6	-49,8
Exportações, FOB	67,1	75,5	85,0	114,5	122,2	127,1	132,5
Das quais: castanha de caju	60,9	63,1	67,5	97,0	101,6	105,0	108,8
Importações, FOB	-92,8	-90,3	-112,5	-144,7	-158,8	-170,6	-182,3
Das quais: alimentos	-32,2	-31,4	-38,9	-43,1	-45,9	-49,3	-53,2
produtos petrolíferos	-21,7	-21,5	-26,6	-29,5	-31,5	-33,8	-36,4
Serviços (líquido)	-25,9	-24,2	-25,4	-32,7	-35,9	-38,5	-41,2
Crédito	11,1	18,9	16,6	21,3	23,4	25,2	26,9
Débito	-37,0	-43,1	-42,0	-54,0	-59,3	-74,1	-80,7
Rendimentos (líquido)	-14,6	-1,8	7,9	11,3	11,3	11,4	11,4
Crédito	2,6	2,2	12,0	12,4	12,4	12,5	12,6
Compensação das pescas da UE	0,2	0,0	5,7	6,0	6,0	6,0	6,0
Outras taxas de licenciamento	2,4	2,2	6,3	6,4	6,4	6,5	6,5
Débito	-17,2	-4,1	-4,1	-1,2	-1,2	-1,1	-1,1
Das quais: juros externos	-0,6	-0,1	-1,3	-1,2	-1,2	-1,1	-1,1
Transferências correntes (líquidas)	21,5	18,8	38,6	29,9	30,9	32,6	34,5
Oficiais ¹	9,1	4,0	23,3	10,7	10,7	11,5	12,4
Das quais: donativos em apoio à balança de pagamentos	9,1	4,0	23,3	10,7	10,7	11,5	12,4
Privadas	12,4	14,8	15,3	19,2	20,2	21,2	22,1
Das quais: remessas	12,4	14,8	15,3	19,2	20,2	21,2	22,1
Conta de capital e financeira	52,7	28,5	67,3	54,3	80,4	85,0	82,7
Conta de capital	3,1	13,8	26,5	26,3	28,1	31,6	35,3
Conta financeira	49,7	14,7	40,8	28,0	52,2	53,4	47,4
Desembolsos oficiais a médio e longo prazo	3,4	4,6	13,1	12,5	18,9	22,1	17,2
Empréstimos para projetos	3,4	4,6	13,1	12,5	18,9	18,9	17,2
Amortização ²	-0,6	-0,1	-0,4	-2,7	-3,0	-3,9	-3,6
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	0,0	10,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	4,4	-3,3	-2,2	-6,0	7,6	1,6	0,0
Ativos externos líquidos privados	4,1	4,3	15,4	24,2	28,7	33,6	33,8
Erros e omissões	-38,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-30,4	7,1	60,9	32,6	50,0	46,9	37,7
Financiamento	30,4	-7,1	-60,9	-32,6	-50,0	-46,9	-37,7
Ativos externos líquidos (aumento = -)	30,4	-7,1	-63,4	-37,4	-53,7	-50,6	-39,5
Das quais: créditos líquidos do FMI	0,0	0,0	5,2	0,0	-1,0	-2,1	-2,1
compras e empréstimos	0,0	0,0	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0
recompras e reembolsos	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,1	2,1
Alívio da dívida	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados do serviço da dívida (redução = -)	0,0	0,0	0,0	-0,9	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento	0,0	0,0	0,0	4,7	3,7	3,7	1,8
Financiamento ECF proposto	0,0	0,0	0,0	4,7	3,7	3,7	1,8
Por memória:							
Volume das exportações de bens (variação percentual anual)	-27,2	18,6	-1,4	8,7	5,0	2,0	2,3
Preços de exportação do caju (USD por tonelada)	1000	790	1000	1100	1103	1131	1159
Volume das importações de bens (variação % anual)	-26,0	1,5	30,9	26,1	9,8	6,7	6,9
Reservas internacionais imputadas							
Em milhões de USD	138,9	...	...	...	...	...	...
Como percentagem da moeda em sentido lato	36,7	...	...	...	...	...	...
Reservas oficiais líquidas da UEMOA (mil milhões de USD)	12,9	...	...	...	...	...	...
Percentagem da moeda em sentido lato	54,1	...	...	...	...	...	...
Serviço da dívida programado							
Percentagem de exportações e créditos de serviço	1,9	2,2	-1,7	1,3	1,7	2,1	2,0
Percentagem do total da receita pública	3,2	5,1	-2,6	2,3	2,8	3,6	3,4
Saldo de conta corrente (percentagem do PIB)							
Incluindo transferências oficiais	-8,8	-4,4	-1,2	-3,6	-4,7	-5,5	-6,0
Excluindo transferências oficiais	-10,6	-5,1	-5,4	-5,3	-6,3	-7,1	-7,6

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Incluindo a ajuda alimentar e a assistência técnica a projetos.² Os montantes até 2014 refletem os pagamentos reais, enquanto as projeções se baseiam na amortização programada.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2014-2024

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Projeções										
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (Milhões de DSE)											
Capital	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	1,4	0,7	0,7	0,7
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (Milhões de DSE)											
Capital	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	2,8	3,0	3,9	4,1
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial											
Milhões de DSE	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	2,8	3,0	3,9	4,1
Mil milhões de FCFA	0,0	0,0	0,6	1,2	1,2	1,2	1,7	2,3	2,4	3,1	3,3
Percentagem da receita pública	0,0	0,0	0,7	1,3	1,2	1,1	1,5	1,8	1,7	2,0	2,0
Percentagem das exportações de bens e serviços	0,0	0,0	0,5	0,9	0,9	0,9	1,2	1,5	1,5	1,8	1,8
Percentagem do serviço da dívida	0,0	0,0	34,3	48,1	38,4	37,6	54,4	57,9	70,6	101,4	115,8
Percentagem do PIB	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Percentagem da quota	0,0	0,0	5,1	10,2	10,2	10,2	15,2	19,7	21,0	27,4	27,1
Percentagem das reservas	0,0	0,0	0,3	0,4	0,4	0,3					
Saldo em dívida com o FMI											
Milhões de DSE	10,8	16,5	20,3	23,4	24,2	22,8	20,6	17,8	14,8	10,9	6,8
Mil milhões de FCFA	8,1	13,6	16,7	19,2	19,8	18,5	16,7	14,4	12,0	8,8	5,5
Percentagem da receita pública	12,3	17,7	18,5	21,7	20,3	17,4	14,2	11,2	8,5	5,7	3,2
Percentagem das exportações de bens e serviços	9,5	11,9	13,7	15,1	14,9	13,4	11,6	9,5	7,4	5,1	3,0
Percentagem do serviço da dívida	973,9	1166,9	967,3	775,1	640,9	589,9	518,8	368,3	351,0	284,8	191,6
Percentagem do PIB	1,5	2,2	2,6	2,8	2,6	2,3	1,9	1,5	1,2	0,8	0,5
Percentagem da quota	76,0	116,0	142,9	164,7	170,5	160,4	145,1	125,4	104,4	77,0	44,9
Percentagem das reservas	6,0	7,9	7,4	6,9	6,2	5,3					
Uso líquido do crédito do FMI (milhões de DSE)	3,6	5,7	3,8	3,1	0,8	-1,4	-2,2	-2,8	-3,0	-3,9	-4,1
Desembolsos	3,6	5,7	4,540	4,550	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reembolsos e recompras	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	2,8	3,0	3,9	4,1
	(Mil milhões de FCFA)										
<i>Por memória:</i>											
PIB nominal	548,4	608,0	648,5	696,5	750,9	810,5	875,5	945,7	1021,1	1102,6	1190,6
Exportações de bens e serviços	85,0	114,5	122,2	127,1	132,5	138,4	144,0	152,2	161,3	171,7	183,9
Receita pública	65,5	76,8	90,5	88,6	97,3	106,8	117,3	128,6	141,1	155,0	170,3
Serviço da dívida	0,8	1,2	1,7	2,5	3,1	3,1	3,2	3,9	3,4	3,1	2,9
Ativos externos líquidos do Banco Central	135,5	172,9	226,6	277,2	316,7	348,9	...	...	...	...	...
FCFA/DSE (média do período)	750,0	825,1	824,5	821,1	817,4	814,2	809,1	809,1	809,1	809,1	809,1
Quota (DSE)	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	15,2

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. Guiné-Bissau: Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo de ECF, 2015-2018

Disponibilidade	Desembolsos		Condição para o Desembolso
	Em milhões de DSE	Em percentagem da Quota	
10 de junho de 2015	2,840	20,00	Aprovação do acordo ECF trienal.
15 de outubro de 2015	2,840	20,00	Conclusão pelo Conselho da primeira avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2015.
15 de abril de 2016	2,272	16,00	Conclusão pelo Conselho da segunda avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2015.
15 de outubro de 2016	2,272	16,00	Conclusão pelo Conselho da terceira avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2016.
15 de abril de 2017	2,272	16,00	Conclusão pelo Conselho da quarta avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2016.
15 de outubro de 2017	2,272	16,00	Conclusão pelo Conselho da quinta avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2017.
15 de abril de 2018	2,272	16,00	Conclusão pelo Conselho da sexta avaliação baseada no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2017.
Total de Desembolsos	17,040	120,0	

Tabela 7. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira, 2010-2014

	2010	2011	2012	2013	Jun. 2014
	(Em percentagem)				
Rácios de solvência					
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	28,5	22,3	23,7	22,7	20,1
Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risco	28,5	22,3	22,3	23,1	21,4
Capital/total do ativo	15,3	11,8	13,2	13,5	11,0
Distribuição sectorial do crédito					
Agricultura e pescas	3,1	4,1	3,4	2,6	2,6
Manufatura	11,5	9,4	17,7	16,3	14,7
Eletricidade, gás e água	2,8	11,5	9,6	11,1	10,4
Construção	3,4	4,0	3,3	4,1	3,9
Comércio	54,0	52,9	45,6	42,5	44,0
Transportes e comunicações	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
Serviços	1,3	0,6	0,3	0,4	0,4
Serviços coletivos e sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras atividades	23,9	17,5	20,1	23,1	24,0
Qualidade dos ativos					
Empréstimos malparados/total de créditos	9,8	6,5	6,4	11,6	25,7
Empréstimos malparados/capital	42,6	51,8	59,2	55,2	91,0
Provisões/empréstimos malparados brutos	5,9	3,3	2,7		
Provisões/empréstimos brutos	16,3	13,0	10,7	11,6	19,0
Lucros e rentabilidade					
Rendimento líquido/ativos médios (ROA)	1,1	2,5	2,6	2,9	2,9
Rendimento líquido/património médio (ROE)	6,2	17,7	18,0	17,9	17,5
Liquidez					
Ativos líquidos/total do ativo	22,2	30,0	34,3	25,2	34,0
Ativos líquidos/ativos de curto prazo	33,0	42,2	49,0	49,5	60,1
Depósitos/ativos	33,1	35,6	45,9	56,2	59,2
Empréstimos/depósitos	56,7	58,6	78,9	72,5	82,0
Reservas excedentes/moeda em sentido lato					
Por memória					
Taxa de juro passiva	3,6	3,8	4,7	4,7	4,7
Taxa de juro ativa	10,6	10,6	10,2	9,2	9,2

Tabela 8. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2015-2016

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2014	2015			2016			
		Junho	Set. 1/	Dez.	Mar. 1/	Jun.	Set. 1/	Dez.
	Stock	Proposto		Proposto	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Critérios de desempenho 1/								
Total da receita fiscal interna (piso)	44,2	26,2	40,7	53,3	15,7	31,5	47,2	62,9
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	2,7	8,2	7,9	4,4	0,0	0,0	0,0	-1,6
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) 2/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) 2/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de pagamentos externos (piso) 2/	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Metas indicativas								
Novos atrasados internos (teto)	...	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas sociais e prioritárias (piso)	21,3	12,9	19,4	25,8	7,7	21,7	23,2	31,0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-19,4	-2,6	-6,0	-6,5	-0,7	-1,3	-2,0	-2,6
Despesas não tituladas (DNTs, teto)	...	0,41	0,62	0,83	0,21	0,43	0,64	0,86
Por memória:								
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	...	4,30	5,95	8,10	0,75	1,50	2,25	3,00
Apoio orçamental externo (milhões de USD) 3/	24,0	7,6	15,8	23,6	5,9	9,2	13,8	23,8
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) 4/	10,79	0,0	2,84	2,84	0,0	2,27	0,0	2,27

1/ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE); as metas para o final de setembro de 2015 e final de março de 2016 são indicativas.

2/ Aplicáveis em bases contínuas.

3/ Inclui donativos e empréstimos.

4/ Propõe-se um desembolso de 20% da quota (DSE 2,84 milhões) aquando da aprovação do acordo ECF pelo Conselho em julho.

Tabela 9. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2015-2016

Medidas	Prazo	Justificativa macro
Mobilização de receitas		
Implementar um posto intracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas.	Setembro de 2015	Reforçar a arrecadação.
Elaborar um plano estratégico para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal e aduaneira interna.	Dezembro de 2015	Reforçar a arrecadação.
Criar novo regime para pequenos contribuintes através da introdução do NIF (número de identificação fiscal) universal	Dezembro de 2015	Melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita fiscal.
Gestão das despesas		
Preparar tabelas mensais regulares de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015.	Julho de 2015 com referência a agosto de 2015, mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.
Transição para o pagamento de ordenados e abonos a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através da banca.	Setembro de 2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e fortalecer a gestão das finanças públicas.
Preparar relatórios trimestrais sobre a execução do PIP.	Relatório de dez. 2015 referente a set. 2015, trimestral daí em diante	Aprimorar a execução e o controlo do PIP.
Gestão da dívida		
Reinstalar e operacionalizar o sistema informático de gestão da dívida.	Julho de 2015	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e as políticas de contratação de empréstimos.
Elaborar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Relatório de dez. 2015 referente a jun. 2015, trimestral daí em diante	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.
Ambiente de negócios		
Concluir uma auditoria internacional abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI).	Setembro de 2016	Melhorar a produção e o comércio do caju.
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Março de 2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho de 2016	Reduzir os custos de transação.

Apêndice I. Carta de Intenções

Bissau, Guiné-Bissau
20 de junho de 2015

Exma. Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhora Diretora-Geral:

1. Após organizar eleições transparentes e justas — com a ajuda da comunidade internacional — tomamos posse em meados de 2014 e encontramos o país em situação crítica. As nossas instituições, já enfraquecidas antes do golpe militar, tinha-se deteriorado ainda mais. Salários atrasados e a dívida externa acumulavam-se, a falta de eletricidade era crónica e a capacidade do Estado para oferecer bens públicos era quase inexistente. Apesar desses desafios aparentemente intransponíveis, o nosso comprometimento e determinação de romper com o passado de instabilidade política crónica têm sido inquebrantáveis e já começamos a pôr o nosso país na trajetória do crescimento sustentado e inclusivo.
2. Após quase um ano no poder, sentimo-nos estimulados pelos resultados iniciais positivos e estamos comprometidos de forma inabalável com o lançamento da próxima fase das reformas. As medidas de emergência adoptadas ajudaram o Governo a retomar o controle da economia e trouxeram de novo a esperança e o sorriso aos rostos dos cidadãos Bissau-Guineenses. O resultado das políticas adoptadas no contexto da Facilidade de Crédito Rápida (RCF) foi satisfatório. Agora, solicitamos ao FMI um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), em apoio ao nosso programa de reformas económicas e financeiras. Estamos confiantes de que este é um ponto crucial na história do nosso país: o rompimento com um passado de instabilidade política e desesperança crónicas, e uma virada rumo ao desenvolvimento sustentado e inclusivo. O nosso objetivo final é levar o país a um ciclo virtuoso de progresso até 2025. Há amplo consenso em torno da manutenção da estabilidade macroeconómica, da implementação das reformas necessárias para melhorar a governação e, dessa maneira, apoiar a eficiência do sector público, o desenvolvimento do sector privado e a geração de empregos.
3. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descreve as políticas que o governo planeia adotar ao longo dos próximos três anos. O governo da Guiné-Bissau está convencido de que as políticas e medidas constantes deste MPEF formarão o alicerce sólido de que o país necessita para resolver as dificuldades em seu balanço de pagamentos, bem como para fazer face aos desafios relacionados ao crescimento e à redução da pobreza. Em apoio ao nosso programa económico, o governo da Guiné-Bissau solicita um acordo de 36 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado do Fundo Monetário Internacional, em montante equivalente a DSE

17,04 milhões, ou 120 por cento da cota do país. O acordo ao abrigo da ECF proporcionará o financiamento necessário durante o período do programa, sinalizará a nossa determinação para implementar políticas sólidas, catalisará financiamento adicional e assistência técnica dos nossos parceiros de desenvolvimento e elevará a confiança dos investidores e das empresas. O avanço na implementação do nosso programa será examinado por meio de avaliações semestrais, critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais acordados, conforme descrito no memorando em anexo.

4. Acreditamos que as políticas estabelecidas no MPEF anexo são adequadas para cumprir os objetivos do programa, mas estamos prontos para tomar outras medidas que venham a ser apropriadas conforme a evolução das circunstâncias. O governo consultará o corpo técnico do FMI, por iniciativa própria ou quando for solicitado pela instituição, antes de adotar tais medidas e antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF. Concordamos em cooperar plenamente com o FMI para alcançar os objetivos das políticas e evitar o recurso a políticas ou medidas que possam agravar as dificuldades do balanço de pagamentos enfrentadas pela Guiné-Bissau. Para além disso, forneceremos, de forma atempada, as informações necessárias para monitorizar a evolução da economia e a implementação das políticas definidas no programa, conforme acordado no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo ou mediante solicitação.

5. O governo da Guiné-Bissau concorda com a publicação da presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e o MTE anexos, o relatório do corpo técnico sobre a consulta do Artigo IV relacionado à solicitação de desembolso ao abrigo da ECF e a Análise de Sustentabilidade da Dívida.

Com os melhores cumprimentos,

\ s \

Geraldo Martins
Ministro da Economia e Finanças
Guiné-Bissau

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I — Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

20 de junho de 2015

Contexto

1. Após dois anos de muitas dificuldades e problemas nos campos económico, social e político em seguida ao golpe de abril de 2012, a Guiné-Bissau retornou a um período de esperança e autoafirmação. O novo governo tomou medidas imediatas para normalizar as suas operações e discutiu com as partes interessadas uma estratégia para que o país retomasse uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo. O governo teve o benefício do desembolso ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ajudou a catalisar recursos de que o país tanto necessitava oriundos de parceiros internacionais. O desempenho com relação às políticas apoiadas pela RFC superou as expectativas em várias áreas, sobretudo com respeito à mobilização de receita interna.

2. Os planos de reforma e desenvolvimento do governo são ambiciosos e os desafios são enormes, mas também são enormes o compromisso e a vontade do governo de recolocar o país na trajetória do crescimento sustentado e inclusivo, equidade social, transparência e instituições eficazes. Após 18 tentativas, supostos golpes ou golpes propriamente ditos, desde a independência, o novo governo, cujo mandato teve início em julho de 2014, visa a submeter as forças armadas aos procedimentos de gestão das finanças públicas aplicados em outros sectores da administração pública. O início da reforma do setor de segurança também demonstra que o governo deseja romper com o passado de instabilidade e má governação. A visão do governo para o futuro teve endosso encorajador da comunidade doadora na mesa-redonda organizada em Bruxelas em março de 2015 e está assente em três pilares principais: i) aumento significativo do investimento em infraestruturas, ii) estímulo à industrialização, e iii) melhoria do desenvolvimento urbano.

A. Evolução Económica Recente e Desempenho no Âmbito das Políticas Apoiadas pela RCF

3. A atividade económica recuperou-se em 2014 e os preços mantiveram-se estáveis. Após a economia ter contraído 1,8 por cento em 2012 e virtual estagnação em 2013, a atividade económica permaneceu fraca durante o primeiro semestre de 2014, quando sofreu o impacto negativo de atrasos no pagamento de salários da função pública, de cortes constantes no fornecimento de energia e de grande incerteza macroeconómica. Medidas atempadas tomadas pelo novo governo, a alta dos preços do caju e uma melhora nos sectores da construção e telecomunicações ajudaram a economia durante o segundo semestre do ano. O pagamento de quatro meses de salários atrasados e maior renda pelo aumento das vendas de castanha aumentaram a demanda interna produziram um crescimento estimado em 2,5 por cento em 2014. Essa recuperação razoavelmente modesta da atividade económica e a debilidade do mercado de crédito ajudaram a manter a inflação estável (-0,1 por cento) em 2014.

4. O retorno à atividade institucional normal e o forte compromisso do governo com as reformas levaram à volta do apoio dos doadores. As eleições foram organizadas em clima de paz e formou-se um governo inclusivo, fortemente empenhado em adotar as reformas de que o país necessita. Isso possibilitou beneficiar rapidamente do desembolso da RCF do FMI, restabelecer o acordo de compensação financeira das pescas com a UE e receber apoio orçamental dos parceiros internacionais, aliviando assim a difícil situação das finanças públicas.

5. Os resultados iniciais das medidas adotadas pelo novo governo com o apoio do desembolso da RFC superaram as expectativas. As primeiras medidas para limitar o uso de subsídios aos combustíveis, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos grandes contribuintes e reforçar os controlos aduaneiros para reduzir a fraude e a subfaturação resultaram em aumento considerável da receita tributária. A receita tributária (DGCI) aumentou 45 por cento no último trimestre de 2014 em termos homólogos, ao passo que a receita aduaneira (DGA) deu salto de 145 por cento no mesmo período, implicando taxas de crescimento de 10 por cento e 39 por cento, respetivamente, e aumentando a pressão tributária em 3,9 pontos percentuais, para 12,0 por cento do PIB em 2014. A receita não-tributária quase triplicou devido à retomada do pagamento das compensações de pesca e à transferência dos recursos coletados pelo Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI) para o orçamento. O governo restabeleceu o suprimento de energia elétrica ao contratar uma empresa privada para instalar termogeradores que acresceram 10 MW à rede de Bissau. O governo também demitiu mais de 200 estagiários que haviam sido contratados para a autoridade tributária sem que se seguissem os devidos procedimentos e sem as qualificações necessárias.

6. O aumento da receita e o restabelecimento dos fluxos financeiros internacionais permitiram ao governo começar a saldar uma série de atrasados. O longo período de transição promoveu perda considerável do controlo sobre as contas públicas, resultando em aumento dos atrasados em FCFA 17,857 mil milhões. A melhoria da situação orçamental — passando pela emissão de Bilhetes do Tesouro no montante de FCFA 15 mil milhões — ajudou o governo a começar a saldar os atrasados. Atualmente, quase todos os atrasados salariais de 2013 e 2014 e todos os atrasados externos já foram saldados.¹ Para além disso, o governo está a pagar e renegociar dívidas com as empresas públicas.²

7. Além da elevação esperada dos preços internacionais da castanha de caju em 2015, a economia também se beneficiará da decisão do governo de suspender a cobrança do FUNPI

¹ Ainda resta um pequeno montante de atrasados remanescentes de 2013 relacionados a bónus aos professores, além de pagamentos de atrasados a embaixadas.

² O governo reescalou uma dívida com o Ecobank de 2013 no montante de FCFA 6 mil milhões, contraída pela Empresa de Eletricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB), a ser totalmente liquidada até 2017. Ao mesmo tempo, a Petromar, a empresa de importação de combustíveis, tem vindo a amortizar uma dívida de aproximadamente FCFA 2 mil milhões contraída pelos militares, por meio da retenção de impostos devidos ao governo. Essa dívida deve ser liquidada em 2015. O Banco Europeu de Investimento está a cobrar o pagamento de uma antiga dívida de 2 milhões de euros da Guiné Telecom, da época em que ela ainda era uma empresa 100 por cento pública, dívida esta que o governo pretende saldar com o produto da privatização, ora planeada, da empresa.

neste ano. A evidência recente sugere um efeito negativo da cobrança do FUNPI sobre a pobreza. A falta de um impacto positivo das receitas do FUNPI sobre o sector levou o governo a pedir uma auditoria completa deste fundo e dos seus beneficiários, a ser concluída até julho de 2014. Junto com a alta dos preços do caju, a suspensão da cobrança do FUNPI elevará os rendimentos dos produtores de caju. Isso reduzirá consideravelmente a pobreza, pois 100 mil produtores de caju sustentam, segundo estimativas, 800 mil pessoas, 70 por cento das quais vivem abaixo da linha de pobreza. A suspensão do FUNPI deve reduzir o volume de castanhas de caju contrabandeado para países vizinhos.

8. O déficit em conta corrente diminuiu para estimados 1,2 por cento do PIB em 2014 e deve manter-se estável em 2015. A melhoria do saldo em conta corrente em 2014 refletiu a recuperação dos preços internacionais do caju, modesto aumento do volume de caju exportado e grande fluxo de entrada de assistência orçamental da ordem de FCFC 23 mil milhões. Tanto os preços da castanha como os volumes exportados devem aumentar em 2015. A melhoria dos termos de troca decorrente da baixa dos preços do petróleo e da alta dos preços do caju fariam com que o saldo em conta corrente ficasse relativamente estável em 2015, apesar da forte demanda por importações alimentada pelo crescimento mais forte do PIB e dos investimentos de capital com forte conteúdo importado.

9. O sistema bancário está a fortalecer-se pelo cumprimento do provisionamento para empréstimos malparados (EMP) e com as injeções de capital. Em consonância com as recomendações do FMI e as melhores práticas internacionais, os bancos afetados pela queda dos preços da castanha de caju em 2012 e 2013 começaram a fazer provisões para os EMP em linha com a regulamentação regional e a executar garantias. Além disso, um banco decidiu implementar aumento paulatino dos seus fundos próprios ao longo dos próximos dois anos, conforme acordado com a comissão bancária regional. A execução e liquidação de garantias devem melhorar consideravelmente as condições de empréstimo, pois demonstram a capacidade dos bancos de fazer valer os contratos. O total de EMP do sistema bancário montava a 29,2 por cento dos empréstimos brutos no fim de dezembro de 2014. Para remediar a fraca situação do cumprimento de contratos, o governo agora está a promover o arrendamento como um instrumento de crédito menos arriscado. Para tanto, firmou contrato no fim de abril com a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Como parte dos seus compromissos, a SFI ajudará o governo na adoção de um quadro legal e institucional para as operações de arrendamento, além de desenvolver as capacidades dos parceiros técnicos para promover o acesso das micro, pequena e média empresas ao financiamento. Além disso, a SFI prestará serviços de assessoria às partes interessadas.

B. Políticas para 2015 e o Médio Prazo

Estratégia geral

10. A política fiscal do governo visa aumentar as receitas para ajudar a financiar serviços públicos fundamentais e colmatar o hiato em infraestrutura, reduzir a pobreza e apoiar o crescimento sustentado e inclusivo. O governo planeia implementar o orçamento de 2015 conforme aprovado pela Assembleia Nacional em dezembro de 2014. Caso as receitas superem os

recursos orçados, o governo pretende alocar os recursos adicionais para gastos prioritários não salariais, inclusive nos sectores sociais e para a compra de equipamentos para reforçar a administração fiscal e aduaneira. O governo também pretende apresentar, em 2015, o orçamento de 2016 à Assembleia Nacional, com volume de gastos que reflita os recursos disponíveis sem recorrer ao sector bancário.

11. Para monitorizar devidamente as principais variáveis macroeconómicas, como os indicadores de desempenho no âmbito da ECF, coordenar a assistência técnica e acompanhar o avanço na implementação das reformas, o governo alocará pessoal na sua unidade de reforma e proporcionará os meios necessários. Esta unidade de reforma reporta periodicamente ao Ministro das Finanças os avanços na consecução dos indicadores de desempenho e dos objetivos de desenvolvimento acordados. O governo também manterá atualizadas listas de todos os seus parceiros, priorizará a assistência técnica e acordará com os parceiros a divisão do trabalho na assistência técnica. Por último, providenciará o intercâmbio de informações, inclusive disponibilizando relatórios de assistência técnica com os parceiros envolvidos na mesma área, a fim de evitar conflitos e sobreposições em matéria de aconselhamento.

12. Após o êxito na implementação do programa emergencial, o governo recebeu promessas da ordem de USD 1,5 mil milhões de parceiros internacionais na recente mesa-redonda, para financiar sua estratégia de desenvolvimento de médio prazo (2015-2025). Os três principais objetivos da estratégia são aumentar substancialmente os investimentos em infraestrutura, estimular a industrialização e promover o desenvolvimento urbano. Isto ajudaria a diversificar a economia nos quatro principais sectores: agricultura e agroindústria, pescas, turismo e mineração.

13. O Programa de Desenvolvimento do Governo (2014-2018) contém várias medidas para elevar a oferta de energia a um nível suficiente para superar interrupções frequentes no fornecimento de energia. Cerca de 28 MW de energia devem ser acrescidos à rede nacional provenientes das usinas hidrelétricas internacionais de Kaléta e Sambangalou que a Guiné-Bissau divide com o Senegal, a Guiné-Conacri, e Gâmbia por meio do projeto energético regional da OMVG, com a primeira usina a ser concluída neste ano e a segunda, após iniciada, a ser concluída no prazo de 40 meses. Outros investimentos cobririam as parcelas de linhas de energia de baixa e média voltagem, como a construção de uma rede de transmissão de 30 km em torno de Bissau e a instalação de 219 km de linhas de energia de alta voltagem, parte dos 1760 km do projeto da OMVG.

14. O estado precário e o tamanho limitado da rede viária nacional constroem o desenvolvimento do sector privado e, assim, exigem investimentos maciços. A estratégia de investimento do governo abrange a reconstrução da ponte Farim e a reabilitação da estrada Buba-Catio, a um custo estimado em FCFA 276 mil milhões até 2018.

Medidas para melhorar a gestão orçamental

15. O governo se compromete a liquidar todos os atrasados internos restantes e evitar a acumulação de novos atrasados internos ou externos. Ele pagará o estoque restante de quase FCFC 0,5 mil milhões em bónus aos professores e FCFA 2,4 mil milhões às embaixadas até o fim de 2015. Ademais, o governo pretende liquidar todos os atrasados internos restantes³ usando a seguinte estratégia: i) determinar o montante verdadeiro dos atrasados pendentes através de novas auditorias e verificações até meados de 2016,⁴ ii) verificar o cumprimento das obrigações fiscais por parte de todos os credores até meados de 2016 (com assistência técnica financiada pelos Estados Unidos), iii) determinar os atrasados líquidos do governo após as correções em função das obrigações fiscais, e iv) estabelecer um cronograma de amortização desses atrasados ao longo de um período de cinco a sete anos, incluído nos respetivos orçamentos do Estado. O governo pretende iniciar a liquidação desses atrasados em 2016, com um montante de FCFA 3 mil milhões e emitir Obrigações do Tesouro com vencimentos de um a seis anos para cobrir o saldo restante.

16. O governo continua empenhado em finalizar acordos de reescalonamento ou alívio da dívida com os credores do Clube de Paris e outros fora do Clube de Paris. Isso abrange esforços para formalizar acordos com o Brasil, Rússia e Angola, e iniciar negociações com os EAU, Líbia, Paquistão, Província Chinesa de Taiwan e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O governo está a envidar todos os esforços para finalizar acordos de reescalonamento com os nossos credores bilaterais (do Clube de Paris ou não) com quem tenha atrasados e tem um plano fiável, além de financiamento projetado, para eliminar os atrasados com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um credor multilateral. O governo também está a fazer esforços de boa-fé para chegar a um acordo colaborativo com o Banco Franco-Português, um credor privado com quem tem atrasados a saldar.

17. O governo reformulará a fraca unidade de gestão da dívida. A prioridade imediata (até julho de 2015) consiste em reinstalar e tornar operacional o sistema informático de gestão da dívida e atualizar o seu banco de dados com as obrigações atuais e futuras da dívida. O governo também pretende elevar a atual unidade da dívida ao nível de direção, com mais capacidades e autonomia. Ele buscará assistência técnica de longo prazo dos parceiros internacionais para ampliar sua capacidade de registo, acompanhamento e gestão da dívida como um todo. Além disso, em dezembro de 2015 começará a publicar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa com um desfaseamento de três meses.

³ Existem três tipos de atrasados internos: i) os acumulados entre 1974 e 1999, já auditados, parcialmente reconhecidos e liquidados; ii) os acumulados entre 2000 e 2007, também auditados, embora ainda restem dúvidas sobre a validade de alguns, e iii) os acumulados entre 2008 e 2012 (inclusive garantias concedidas pelo Estado), que ainda não foram auditados.

⁴ Nesse processo, o governo pretende também avaliar o nível das cotas de participação pendentes devidas a instituições internacionais e definir uma estratégia de cancelamento da participação, reprogramação e/ou liquidação da obrigação.

18. O governo planejará cuidadosamente novos investimentos e contratará dívidas apenas em condições altamente concessionais.

Para garantir que o risco de sobre-endividamento permaneça administrável, o governo classificará os investimentos cuidadosamente com base em análises de custos e benefícios, tomando em conta considerações sociais e o seu impacto sobre a estabilidade macroeconómica. Para evitar pagamentos de juros elevados em situação de escassos recursos do Estado e baixa capacidade de gestão da dívida, o governo também está comprometido a evitar recorrer a empréstimos não concessionais. Em dezembro de 2014, o governo iniciou reuniões trimestrais com todas as Unidades de Implementação de Projetos para avaliar a taxa de implementação de projetos e discutir os desafios à frente. Para reforçar ainda mais a coordenação, o governo elaborará, a partir de dezembro de 2015 com referência a setembro do mesmo ano, relatórios trimestrais sobre a execução do Programa de Investimento Público (PIP). No médio prazo, o governo formulará um PIP trienal, plenamente integrado com o quadro de despesas de médio prazo. No caso dos projetos altamente lucrativos em que os recursos possam ser circunscritos, o governo poderia, após consulta e acordo com o corpo técnico do FMI, analisar a possibilidade de obter empréstimos em condições não concessionais.

19. Para melhorar a gestão de tesouraria, a transparência e os controlos orçamentais, o governo planeja tomar medidas visando à criação da Conta Única do Tesouro (CUT).

O governo pretende combinar as contas bancárias dos ministérios sectoriais e de outros órgãos públicos na CUT. Para este fim, até março de 2016, o governo fará um inventário de todas as fontes de receitas e contas do governo e exigirá que os beneficiários recolham as receitas exclusivamente através do sistema bancário e periodicamente reportem todas as suas receitas ao Tesouro. Numa segunda etapa, o Ministério das Finanças considerará a liberação de recursos orçamentais apenas para os beneficiários que cumpram com o seu requisito de reporte.

20. O Comité do Tesouro será fortalecido e a comunicação entre os ministérios será melhorada.

No fim de 2014, o governo relançou o Comité Operacional do Tesouro e, neste ano, o Comité de Alto Nível do Tesouro, com funções estratégicas e de monitorização. Ambos são essenciais para a gestão das finanças públicas e devem tornar-se parte integrante do processo de implementação do orçamento, sobretudo no contexto de fortes restrições orçamentais. O Comité Técnico do Tesouro fará reuniões semanais para compilar os pagamentos devidos, inclusive os pagamentos da dívida programados, verificar as suas justificativas orçamentais e avaliar os recentes resultados em termos de receitas em comparação com as metas e pagamentos planeados em linha com os recursos disponíveis. O Ministro das Finanças alterou os termos de referência do Comité do Tesouro para que, de agora em diante, o chefe da unidade da dívida também faça parte dele. O Comité do Tesouro elaborará, no mais tardar até julho de 2015, uma tabela mensal móvel com as projeções do fluxo de caixa do Tesouro compatível com o orçamento de 2015. Parceiros internacionais já se comprometeram a oferecer assistência técnica para apoiar estes esforços. A secretaria do Comité do Tesouro elabora um conjunto de quadros de apoio que ajudam a estruturar o funcionamento do comité. A informação sobre o serviço da dívida externa será transmitida a todos os departamentos envolvidos no processo orçamental de maneira contínua e atempada.

21. O governo se compromete a minimizar o uso de despesas irregulares e indevidamente documentadas, as chamadas despesas não tituladas (DNT), e restringi-las a casos de emergência.

O governo publicará um decreto do Conselho de Ministros estabelecendo que tipos de despesas podem justificar uma despesa irregular. Para minimizar as DNT, o governo publicou uma normativa para reduzir o número de estágios no processo de despesa. Ademais, os ministros não têm mais autorização para fazer a cabimentação de despesas, salvo aprovação prévia pelo Comité do Tesouro.

22. Para reduzir o número de funcionários “fantasmas” e melhor administrar a massa salarial, o governo planeia consolidar o módulo financeiro do sistema de gestão da folha de pagamentos — sob o controle do Ministério da Economia e Finanças — com o módulo administrativo, sob o controle do Ministério da Administração Pública.

Atualmente, todos os funcionários públicos estão no módulo financeiro do sistema da folha de pagamentos (a folha única), que abrange não apenas os salários, mas também todos os subsídios. Contudo, a vinculação entre o pagamento de salários e a gestão de recursos humanos ainda é deficiente. Ademais, os pagamentos de salários por intermédio do sistema bancário agora serão estendidos a todos os funcionários públicos, inclusive no caso de salários inferiores a FCFA 50 mil, e a todos os militares até setembro de 2015.

Medidas do lado da receita

23. O governo continuará a implementar, ampliar e aprofundar as reformas adotadas para melhorar a arrecadação. A autoridade fiscal: i) reforçaria os controlos e inspeções das grandes e médias empresas; ii) aumentaria as auditorias e controlos fiscais e estimularia o pagamento de impostos pelos contribuintes incumpridores, inclusive ao porto, à APGB e à autoridade aeroportuária; iii) ampliaria as funções centrais da administração fiscal (registo, declarações de imposto, pagamentos, atendimento ao contribuinte, resolução de disputas); e iv) alargaria a base de contribuintes. As reformas estruturais importantes da DGCI e da DGA abrangem:

- **Estabelecer uma estrutura de carreira profissional de auditoria e**, com a ajuda de assistência técnica, concluir até julho de 2015 a contratação de 100 servidores competentes para a área fiscal por meio de concurso.
- **Com a ajuda de assistência técnica, desenvolver e adotar, até ao fim de 2015, uma estratégia detalhada para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos servidores da DGCI e da DGA.** Essa estratégia deve abranger um plano de investimento com estimativas de custo. Além do prédio recém-construído ao lado da atual sede da DGCI, o qual será restaurado e equipado com material de escritório apropriado e computadores até julho de 2015, também será necessário construir ou reabilitar os prédios das repartições fiscais locais e dotar o pessoal de veículos para cumprirem suas funções de controlo *in loco*.
- **Simplificar o sistema tributário para facilitar o pagamento de impostos, reduzir as distorções e melhorar a coleta de impostos.** Para tal, o governo pretende:

- (i) Estabelecer um comité para propor mudanças no código tributário e organizar uma conferência tributária até ao fim do ano para discutir com as partes interessadas as opções para as reformas.
 - (ii) Implementar uma série de iniciativas para facilitar os pagamentos de impostos, como a recém-criada repartição única para a exportação do caju, que abrange funcionários do Ministério do Comércio e das administrações fiscal e aduaneira, e onde os exportadores podem registar as exportações e declarar e pagar impostos.
 - (iii) Com a ajuda de assistência técnica, simplificar as declarações de impostos e os procedimentos para pagar impostos.
 - (iv) Fazer um inquérito amplo para identificar e quantificar todas as receitas tributárias e não-tributárias, bem como os encargos não arrecadados pelo Tesouro. Serão nomeados revisores oficiais de contas para verificar as receitas não-tributárias de cada ministério e fazer recomendações sobre elas.
- **Implementar um posto intracomercial em Safim para conciliar os volumes das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas** (indicador de referência estrutural). O combate à fraude e os controlos contra a subfacturação serão reforçados, reconciliando as quantidades declaradas com o que efetivamente deixa as alfândegas. O governo passará a intensificar o uso de scanners. Essas medidas facilitarão a conciliação dos volumes do comércio (exportação e importação) com os impostos pagos e aumentaria a colaboração entre a DGCI e a DGA. No médio prazo, o governo também adotaria um guiché único para o desembaraço das importações.
 - **Melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita tributária, implementar o número universal de identificação fiscal (NIF) como parte do novo regime para pequenos contribuintes até dezembro de 2015** (indicador de referência estrutural).
 - **Conectar eletronicamente a sede da autoridade tributárias com as repartições tributárias regionais e locais usando o novo sistema informático SIGF.**
 - **No médio prazo, o governo estenderá o sistema SYDONIA++ para os postos fronteiriços restantes.**
 - **Para melhorar e fortalecer o sistema de monitorização de pagamentos dos direitos aduaneiros, o Ministério das Finanças avaliará a eficiência da SGS, Bissau-Link e outras empresas que prestam serviços a alfândegas.**

24. O governo planeia continuar a restringir as isenções fiscais e aperfeiçoar os subsídios.

Para evitar isenções fiscais injustificadas e seu abuso, o governo:

- (i) Identificará e quantificará o valor dos subsídios e isenções fiscais, avaliará seu impacto sobre os pobres e os levará em conta no orçamento.
- (ii) Com ajuda de assistência técnica, produzirá, até junho de 2016, um estudo/uma análise abrangente do atual mecanismo de preços e subsídios dos combustíveis e

conceberá um mecanismo automático de preços dos combustíveis para garantir a transmissão integral dos preços internacionais e reduzir o peso do orçamento.

Outras medidas

25. No contexto da reforma do sector da segurança, o governo pretende reformar o primeiro grupo de 500 soldados até ao fim de 2015, e a concessão da reforma mais ampla do sector da segurança social está em curso. Para isto, o governo publicou um decreto criando um fundo de pensão especial a um custo estimado de USD 82 milhões ao longo dos próximos cinco anos, período em que, no total, 2.500 militares serão reformados gradativamente. Para esse fundo, o governo recebeu USD 46 milhões em compromissos da CEDEAO, USD 1 milhão de Timor-Leste e USD 1,2 milhões do fundo para a construção da paz da ONU e está monitorando outras promessas recebidos na mesa-redonda de Bruxelas. Para contribuir para a sua viabilidade financeira, o governo começará a transferir recursos orçamentais para o fundo em montante equivalente ao salário do pessoal reformado. Além disso, com a ajuda de assistência técnica do FMI, fará um estudo atuarial do fundo de pensão especial, bem como do fundo de pensão para os funcionários públicos (no qual se enquadrarão os soldados não qualificados para beneficiar do fundo de pensão especial), com vista a conceber um sistema de segurança social sustentável. O governo continuará também as discussões com os parceiros sobre a implementação da reforma mais ampla do sector da segurança, para a qual a CEDEAO comprometeu outros USD 17 milhões. As discussões sobre o conteúdo desta reforma e o apoio de outros parceiros estão em curso.

26. O governo quer reestruturar a Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) e transformá-la em uma empresa lucrativa e financeiramente saudável, além de privatizar a Guiné Telecom. O governo transformará a EAGB em uma empresa operacionalmente viável, capaz de autofinanciar sua manutenção e investimento. As transferências do governo para a EAGB em 2015 têm um custo muito alto para o orçamento do Estado. Para salvaguardar o orçamento e, ao mesmo tempo, manter as tarifas sociais para os mais vulneráveis, o governo pretende alinhar as estruturas tarifárias da empresa — ajustadas pela última vez em 1997 — de modo a permitir fazer face ao custo de manutenção e à amortização e aumentar a eficiência operacional. Em linha com um estudo feito pelo Banco Mundial, o governo pretende aumentar as tarifas até dezembro de 2015 para os clientes regulares a fim de, pelo menos, recuperar os custos, e elevar as tarifas sociais em 5 por cento. Ademais, elaborará um plano de auditoria até março de 2016 para todas as empresas públicas e fundos autónomos (indicador de referência estrutural). Por último, pretende privatizar a Guiné Telecom até ao fim de 2016.

27. Com vistas a melhorar a produção e o comércio de castanha de caju, o governo concluirá uma ampla auditoria internacional do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI). Essa auditoria será concluída até ao fim de setembro de 2015 e abrangerá todos os seus beneficiários. O governo ficará encarregado de publicar os resultados desta auditoria, os quais servirão de base para uma nova estratégia, a ser formulada até junho de 2016, para promover a produção e transformação da castanha de caju. O governo estuda eliminar o FUNPI. No mínimo, o FUNPI ficará inativo neste meio tempo.

28. O governo melhorará a compilação de estatísticas. As autoridades reforçarão a coordenação entre as diversas instituições e zelarão pela alocação de recursos suficientes para a produção de dados estatísticos, o que abrange pessoal, equipamento e capacitação. No caso das contas nacionais, o governo passará a organizar reuniões regulares entre o BCEAO, a ANCA, as Alfândegas, o Ministério do Comércio e o INE para reconciliar as estatísticas oficiais. Ademais, recorrerá aos parceiros para apoiar a elaboração de um inventário sobre a produção de castanha de caju, após o qual fará inquéritos anuais sobre a produção de caju para estimar a contribuição do sector para o crescimento económico. O governo decidirá qual instituição se encarregará de compilar os dados brutos sobre a produção do caju. Por último, para melhorar o arcabouço de despesa de médio prazo e reforçar a eficiência dos investimentos públicos, passará a adotar a nova Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) baseada no *GFSM 2001* e na diretriz de 2009 sobre o TOFE.

29. Para mitigar os riscos do crime organizado e da corrupção, o governo continuará a aperfeiçoar o seu quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT). Para tal, i) uma estratégia nacional sobre CBC/FT, compatível com as normas do GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional) e formulada com assistência técnica do Grupo Intergovernamental de Ação sobre o Branqueamento de Capitais em África (GIABA), será apresentada à Assembleia Nacional até ao fim do ano; ii) altas autoridades governamentais serão obrigadas a divulgar seus bens ao Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros até setembro de 2015; iii) o centro de inteligência financeira (CENTIF-GB) continuará suas atividades de conscientização dos bancos comerciais e do público em geral sobre a importância e o cumprimento das medidas de CBC/FT; e iv) o CENTIF capacitará o pessoal dos postos fronteiriços para implementar novos formulários de declaração na fronteira até junho de 2015.

Monitoramento do Programa

30. O governo pretende tomar todas as medidas necessárias acordadas no contexto do programa apoiado pela ECF. O programa está sujeito a avaliações semestrais e critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais semestrais, conforme estabelecido nas Tabelas 1 e 2 do presente memorando e no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). No primeiro ano do acordo ao abrigo da ECF, estão programadas duas avaliações semestrais: a primeira se baseará em critérios de desempenho para o fim de junho de 2015 e será concluída em 15 de outubro ou após esta data; a segunda se baseará em critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2015 e será concluída em 15 de abril de 2016 ou após esta data. Para facilitar o monitoramento do programa, estamos comprometidos a enviar informações estatísticas detalhadas conforme as especificações do MTE, que também define a abrangência e frequência dos dados a serem reportados para fins de monitoramento do programa.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas para 2015-2016
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2014	2015			2016			
		Junho	Set. 1/	Dez.	Mar. 1/	Jun.	Set. 1/	Dez.
	Stock	Proposto		Proposto	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Critérios de desempenho 1/								
Total da receita fiscal interna (piso)	44,2	26,2	40,7	53,3	15,7	31,5	47,2	62,9
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	2,7	8,2	7,9	4,4	0,0	0,0	0,0	-1,6
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) 2/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) 2/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de pagamentos externos (piso) 2/	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Metas indicativas								
Novos atrasados internos (teto)	...	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas sociais e prioritárias (piso)	21,3	12,9	19,4	25,8	7,7	21,7	23,2	31,0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-19,4	-2,6	-6,0	-6,5	-0,7	-1,3	-2,0	-2,6
Despesas não tituladas (DNTs, teto)	...	0,41	0,62	0,83	0,21	0,43	0,64	0,86
Por memória:								
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	...	4,30	5,95	8,10	0,75	1,50	2,25	3,00
Apoio orçamental externo (milhões de USD) 3/	24,0	7,6	15,8	23,6	5,9	9,2	13,8	23,8
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) 4/	10,79	0,0	2,84	2,84	0,0	2,27	0,0	2,27

1/ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE); as metas para o final de setembro de 2015 e final de março de 2016 são indicativas.

2/ Aplicáveis em bases contínuas.

3/ Inclui donativos e empréstimos.

4/ Propõe-se um desembolso de 20% da quota (DSE 2,84 milhões) aquando da aprovação do acordo ECF pelo Conselho em julho.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Indicadores Estruturais de Referência Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2015-2016

Medidas	Prazo	Justificativa macro
Mobilização de receitas		
Implementar um posto intracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas.	Setembro de 2015	Reforçar a arrecadação.
Elaborar um plano estratégico para melhorar as infraestruturas e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal interna e aduaneira.	Dezembro de 2015	Reforçar a arrecadação.
Criar um novo regime para pequenos contribuintes através da introdução do NIF (número de identificação fiscal) universal.	Dezembro de 2015	Melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita tributária.
Gestão das despesas		
Preparar uma tabela de projeção mensal contínua do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015.	Julho de 2015 com referência a agosto de 2015 e mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.
Transição para o pagamento de ordenados e abonos a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através da banca.	Setembro de 2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e fortalecer a gestão das finanças públicas.
Preparar um relatório trimestral sobre a execução do PIP.	Relatório de dez. de 2015 ref. a set. de 2015 e trimestral daí em diante	Reforçar a execução e monitorização do PIP.
Gestão da dívida		
Reinstalar e operacionalizar o sistema informático de gestão da dívida.	Julho 2015	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e as políticas de endividamento.
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Relatório de dezembro de 2015 referente a junho de 2015 e trimestral daí em diante	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência dos compromissos da dívida externa.
Ambiente de negócios		
Concluir uma auditoria internacional abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI).	Setembro 2016	Melhorar a produção e o comércio de castanha de caju.
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Março 2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho 2016	Reduzir os custos de transação.

Anexo 2 — Memorando Técnico de Entendimento

Bissau, Guiné-Bissau, 24 de junho de 2015

INTRODUÇÃO

1. O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades Bissau-Guineenses e o Fundo Monetário Internacional (FMI) com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores estruturais de referência para o programa apoiado ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como a respetiva informação a ser reportada. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).

2. **Taxas de câmbio do programa.**¹ Para os fins do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2015 serão convertidos em moeda nacional (francos CFA) com base na taxa de câmbio do programa de FCFA 532.2/USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2014.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVOS

A. Limite Mínimo (Piso) do Total da Receita Tributária Doméstica

3. **Definição.** Define-se receita tributária de modo a abranger os impostos diretos e indiretos apresentados no quadro de operações financeiras do governo central, bem como a recuperação programada de impostos em atraso.

4. **Cláusulas de ajustamento.** O piso do total da receita tributária doméstica será ajustado para baixo (para cima) pelo montante da insuficiência (excesso) em relação à recuperação programada de impostos em atraso.

B. Crédito Bancário Doméstico Líquido ao Governo Central (CDL)

5. **Definição.** CDL refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central calculado pela Direção do Tesouro. Define-se da seguinte forma:

- a. a posição líquida do governo com o BCEAO nacional, abrangendo: bilhetes e títulos do Tesouro; menos a) depósitos do governo central (excluindo depósitos relacionados a projetos) no BCEAO.
- b. a posição líquida do governo com os bancos comerciais, abrangendo: a) bilhetes do Tesouro; b) títulos do Tesouro ao portador; e c) créditos e adiantamentos dos bancos comerciais a o governo central; menos depósitos do governo central (excluindo os depósitos relacionados a projetos) nos bancos comerciais.

¹ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics (IFS)*.

6. **Cláusulas de ajustamento.** O teto da variação do crédito bancário doméstico líquido ao governo central será ajustado a) para cima (para baixo) até o montante em FCFA da insuficiência (excesso) de donativos e empréstimos externos para programas, incluídos os saques junto ao FMI — o ajustamento para cima será limitado ao equivalente a FCFA 10 mil milhões; e b) para baixo (para cima) pelo montante em FCFA do excesso (insuficiência) das receitas de privatizações programadas. Ademais, os depósitos do governo central no BCEAO e nos bancos comerciais serão ajustados para baixo pela liquidação de atrasados domésticos além do previsto no programa.

7. **Fonte dos dados.** A fonte dos dados para o referido acima será o quadro “*Position Nette Du Tresor*”, enviado ao corpo técnico do FMI mensalmente e ajustado pelo estoque dos depósitos relacionados a projetos no BCEAO e nos bancos comerciais.

8. **Definição de governo central.** Define-se governo central para os fins do presente memorando de modo a abranger a administração central da República da Guiné-Bissau, mas sem abarcar nenhuma administração local, o banco central nem qualquer outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

C. Nova Dívida Externa não Concessional Contraída ou Garantida pelo Governo Central com Vencimento Original Igual ou Superior a um Ano

9. **Definição.** Todas as formas de nova dívida com vencimento original igual ou superior a um ano contraídas ou garantidas pelo governo central. Para este fim, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Este critério de desempenho quantitativo não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Diretrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274-(00/85), de 24/08/00, revista em 31/08/09), (Decisão nº 14416-(09/91)), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se desse critério de desempenho quantitativo os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente.

D. Dívida Externa de Curto Prazo Contraída ou Garantida pelo Governo Central

10. **Definição.** Define-se a dívida externa de curto prazo como o estoque da dívida externa com prazo de vencimento inferior a um ano contraída ou garantida pelo governo central. Dívida está definida no Anexo I do presente MTE. Para este fim, a dívida de curto prazo excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Para os fins deste critério de desempenho quantitativo, o governo central está definido no parágrafo 8 acima. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente.

E. Atrasados de Pagamentos Externos do Governo Central

11. **Definição.** Definem-se os atrasados de pagamentos externos do governo central de modo a abranger todas as obrigações do serviço da dívida (juros e capital) decorrente de empréstimos contraídos ou garantidos pelo governo. A não acumulação de novos atrasados de pagamentos externos constitui um critério de desempenho contínuo durante o período do programa. Para os fins deste critério de desempenho quantitativo, os atrasados de pagamentos são obrigações que deixaram de ser pagas nas datas de vencimento (tomando em conta os prazos de carência contratuais, se for o caso). Excluem-se deste critério de desempenho quantitativo as dívidas sujeitas a reescalonamento ou reestruturação (após um acordo contratual haver sido firmado ou após se haver chegado a um acordo verbal) ou as que estejam em litígio ou negociação. Além disso, excluem-se os atrasados na forma de quotas de participação (em organizações internacionais não financeiras). Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente.

METAS INDICATIVAS QUANTITATIVAS

A. Novos Atrasados Domésticos do Governo Central

12. **Definição.** O teto dos atrasados domésticos é definido como as contas a pagar (*rest-a-payer*) acumuladas durante o ano ainda não saldadas até um mês após o trimestre no caso de ordenados e salários (incluídas as pensões) e até três meses no caso de bens, serviços e transferências, avaliado no fim de setembro de 2015 e de março de 2015.

B. Despesas Sociais e Prioritárias Relacionadas à Pobreza

13. **Definição.** Definem-se as despesas sociais e prioritárias relacionadas à pobreza de modo a abranger os gastos em saúde, educação e no Ministério da Mulher, Família e Coesão Social (Tabela 3).

C. Saldo Primário Doméstico (Base de Compromissos)

14. Calcula-se o **défice orçamental primário doméstico (base de compromisso)** como a diferença entre a receita do governo e as despesas primárias domésticas na base de compromissos. A receita do governo inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa doméstica primária consiste na despesa corrente somada às despesas de capital com financiamento doméstico, excluindo todos os pagamentos de juros. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

D. Despesas não Tituladas (DNT)

15. **Definição.** Todo gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

16. No primeiro ano do acordo ECF, estão programadas duas avaliações semestrais, a primeira se baseará em critérios de desempenho para o fim de junho de 2015 e será concluída em 15 de outubro ou após esta data; a segunda se baseará em critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2015 e será concluída em 15 de abril de 2016 ou após esta data. As autoridades Bissau-Guineenses recomendarão as respostas de política, informarão o FMI mensalmente sobre o progresso do programa e transmitirão a informação de apoio necessária para a avaliação dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência em formato eletrônico, conforme indicado na tabela resumida anexa, ao corpo técnico do FMI (Tabela 1). O governo comunicará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os seus respetivos termos, no mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

17. **Para monitorizar devidamente as principais variáveis macroeconómicas, incluindo os indicadores de desempenho no âmbito da ECF, coordenar a assistência técnica e acompanhar o avanço na implementação das reformas, o governo vai aparelhar sua unidade de reforma e proporcionar-lhe os meios necessários.** Essa unidade de reforma informa periodicamente o Ministro das Finanças os avanços na consecução dos indicadores de desempenho e objetivos de desenvolvimento acordados. Também manterá atualizadas listas de todos os seus parceiros, priorizará a assistência técnica e acordará com os parceiros a divisão do trabalho na assistência técnica. Por último, providenciará o intercâmbio de informações, inclusive por meio de relatórios de assistência técnica com os parceiros envolvidos na mesma área, a fim de evitar conflitos e sobreposições em matéria de aconselhamento.

Anexo I. Implementação da Decisão Revista do Conselho de Administração sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa

O termo “dívida” terá o sentido especificado no Ponto 9 da Decisão do Conselho de Administração (n° 6230-(79/140), alterada de modo a ter a seguinte leitura: “a) Para os fins destas diretrizes, por “dívida” entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data futura. Tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais: i) empréstimo, ou seja, um adiantamento de dinheiro concedido ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará tais fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos bancários e créditos ao comprador), bem como a troca temporária de ativos equiparada a um empréstimo totalmente garantido, ao abrigo da qual se requer que o devedor reembolse tais fundos, e normalmente pague juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (por exemplo, contratos de reaquisição e acordos oficiais de troca); ii) crédito de fornecedor, ou seja, um contrato através do qual o fornecedor permite ao devedor o adiamento dos pagamentos até data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e iii) arrendamentos, ou seja, acordos através dos quais um locatário adquire o direito de uso de um prédio por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do prédio, retendo o locador o título de propriedade do prédio. Para efeitos específicos das diretrizes, a dívida é o valor atualizado (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos que devem ser feitos durante o prazo de vigência do acordo, excluídos os referentes à operação, reparação ou manutenção do bem. A definição de dívida apresentada acima também abrange os juros de mora, multas e pagamentos de perdas e danos impostos por decisão judicial em razão do não cumprimento de obrigações contratuais que constituem dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitui dívida segundo a definição utilizada (ou seja, pagamento contra entrega) não gera uma dívida. c) Excluem-se deste critério de desempenho os créditos normais relacionados às importações, desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a acordos de reescalonamento.”

Tabela 1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte

Informação	Frequência	Prazo de reporte	Responsável
Sector das finanças públicas			
Orçamento e resultado do governo central	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos ao orçamento	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos a projetos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Variação do stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Créditos não pagos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Juros atrasados	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Produto dos títulos emitidos no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Sector real e externo			
Atualizações sobre as contas nacionais por sector	Anual	No prazo de seis semanas da disponibilidade	GCE/MEF ¹
Dados da balança de pagamentos	Anual	No prazo de seis semanas da disponibilidade	GCE/MEF
Detalhes da desagregação das exportações	Trimestral	30 dias após o fim do trimestre	GCE/MEF
Detalhes da desagregação das importações	Trimestral	30 dias após o fim do trimestre	GCE/MEF
IPC	Mensal	30 dias após o fim do mês	GCE/MEF
Dívida			
Dívida externa e interna e dívida garantida, por credor	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD ²
Desembolsos	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Amortização	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Pagamentos de juros	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Stock da dívida externa	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Stock da dívida interna	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Juros de mora e capital	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Financiamento interno excecional	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		UGD
1/ Gabinete Central de Estatística / Ministério da Economia e Finanças			
2/ Unidade de Gestão da Dívida, Ministério da Economia e Finanças			

Apêndice II. Guiné-Bissau: Matriz de Avaliação de Riscos

Fonte	Probabilidade Relativa	Impacto Potencial / Resposta de Política Recomendada
Instabilidade política	Alta	Impacto: Elevado. Diminuição do financiamento externo. Deterioração institucional, levando a uma queda da pressão fiscal e prejudicando a capacidade do governo de prestar serviços públicos. Resposta: Implementar a reforma do sector da segurança e as reformas destinadas a aumentar a pressão fiscal. Elevar o custo da estabilidade económica ao oferecer os benefícios económicos e sociais de políticas macroeconómicas sólidas.
EMP elevados	Média	Impacto: Médio. O sistema bancário é líquido, mas enfrenta constrangimentos para oferecer crédito. Os indianos têm vindo a financiar as exportações. Resposta: Aumentar a fiscalização e fazer valer a regulamentação prudencial.
Condições climáticas adversas	Média	Impacto: Baixo. O caju é uma cultura perene, menos afetada por condições climáticas ruins em comparação com outras culturas. Resposta: Fomentar a produção de outros produtos agrícolas e diversificar a economia.
Riscos externos		
Queda acentuada dos preços internacionais do caju	Baixa	Impacto: Elevado. O caju representa 90 por cento das exportações e é uma fonte essencial de receitas orçamentais. Resposta: Fomentar a produção de outros produtos agrícolas, diversificar a economia para torná-la mais resiliente e promover o processamento do caju com políticas que não prejudiquem os produtores, como o FUNPI.
Queda acentuada do financiamento externo	Média	Impacto: Elevado. Espaço orçamental reduzido trava a capacidade do governo de oferecer serviços públicos. Resposta: Implementar reformas para aumentar a pressão fiscal. Promover a estabilidade política e políticas económicas sólidas, reduzindo os riscos fiduciários. Proteger os gastos sociais.
Alta acentuada dos preços do petróleo	Média	Impacto: Médio. Uma alta acentuada dos preços do petróleo aumentaria a pressão sobre a balança de pagamentos, mas também aumentaria a arrecadação de impostos. Resposta: Racionalizar os subsídios à energia e usar os recursos extras para aumentar os gastos sociais, mitigar os seus efeitos e aumentar o bem-estar. Alinhar os preços domésticos com os preços internacionais para reduzir distorções.
Dólar persistentemente forte	Alta	Impacto: Médio. Como o franco CFA está ancorado ao euro, um dólar forte tornaria as exportações da Guiné-Bissau mais competitivas e as suas importações mais caras. Resposta: Reduzir os custos de transação das importações aumentando a eficiência do porto a fim de atenuar o impacto negativo sobre os preços das importações.
Surto do Ébola	Média	Impacto: Médio. O fechamento das fronteiras poderia ter um impacto negativo sobre o comércio. Poderia levar à falta de arroz e a aumentos dos preços dos alimentos. Resposta: Recursos extras para investir na prevenção e, caso o risco se materialize, uma estratégia de atenção e contenção.

¹ A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) lista os eventos que podem alterar de forma material o cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A classificação da probabilidade relativa dos riscos aqui descritos é fruto da avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" indica uma probabilidade abaixo dos 10 por cento; "média" indica uma probabilidade situada entre os 10 por cento e 30 por cento e "alta" indica uma probabilidade situada entre os 30 por cento e 50 por cento). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações à altura das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente.



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO DO FMI SOBRE A CONSULTA DO ARTIGO IV DE 2015 E PEDIDO DE ACORDO TRIENAL NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA ATUALIZAÇÃO

Aprovado por
Roger Nord e Peter Allum
(FMI) e **John Panzer (AID)**

Elaborado em conjunto pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento.^{1,2}

A Guiné-Bissau enfrenta risco moderado de sobre-endividamento, com base na análise da dívida externa pública e com garantia pública, porém risco global mais alto devido ao elevado nível existente da dívida pública total. Em comparação com a atualização da Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) feita no ano passado³, esta assume evolução mais modesta do endividamento não concessional para uma trajetória mais realista, acessível e sustentável, em consonância com o compromisso assumido pelas autoridades de privilegiar o acesso aos empréstimos concessionais e donativos. Além disso, ela pressupõe crescimento económico mais elevado, bem como aumento das importações de bens de capital promotores de investimento e crescimento. No cenário-base, todos os indicadores permanecem abaixo dos limiares indicativos durante o período de projeção. No entanto, o rácio do valor atual da dívida sobre as exportações ultrapassa o respetivo limiar no cenário de choque mais extremo. A dívida pública total projetada diminui a médio e longo prazos, apesar de se situar ligeiramente acima do limiar correspondente nos próximos três anos. Há necessidade de se perseguir políticas fiscal e de gestão da dívida prudentes e fortalecer a capacidade de gestão da dívida. Os resultados da ASD dependem do sucesso das autoridades em implementar reformas estruturais, da melhoria do ambiente de negócios para impulsionar a produção e as exportações e do acesso contínuo a empréstimos em condições concessionais.

¹ A ASD foi elaborada em conjunto pelos técnicos do FMI e da AID, em consulta com a Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, e beneficiou dos comentários do Banco Mundial. O exercício fiscal da Guiné-Bissau decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

² Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trienal (2011-2013) da Avaliação Institucional e de Políticas do País (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país cujo desempenho de políticas e arcabouço institucionais são fracos (pontuação de 2,7).

³ A ASD anterior foi elaborada em 10 de outubro de 2014 (Relatório do FMI n.º 14/318).

CONTEXTO

1. Em geral, a situação da dívida externa pública da Guiné-Bissau registou leve melhora, devido ao financiamento concessional, mas a gestão cuidadosa da dívida continua a ser crucial para assegurar a sua sustentabilidade. O peso da dívida tem diminuído nos últimos anos devido aos pagamentos líquidos efetuados aos credores bilaterais e multilaterais (Tabela de Texto 1). Toda a dívida junto aos credores do Clube de Paris (com exceção da Rússia e do Brasil⁴) foi cancelada ou reescalada, conforme estipulado nas Atas Acordadas do Clube de Paris para o tratamento da dívida da Guiné-Bissau, em seguimento da assistência concedida no âmbito da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI). Cerca de metade da dívida externa pública remanescente é para com os credores multilaterais e a outra metade é devida aos credores fora do Clube de Paris. O governo cumpriu com todas as suas obrigações relativas ao serviço da dívida face a esses credores, com exceção dos atrasados técnicos. Esses são constituídos ou por dívida em fase de negociação para reescalamento ou por dívida para a qual foi alcançada um acordo verbal para o seu reescalamento ou cancelamento (ver nota de rodapé da Tabela de Texto 1). As autoridades têm envidado os melhores esforços para concluir os acordos de reescalamento da dívida com os credores bilaterais e elaboraram um plano credível com o financiamento necessário para eliminar os pagamentos em atraso aos credores multilaterais. As autoridades também têm envidado esforços de boa-fé para chegar a um acordo de colaboração que solucione os atrasados junto do Banco Franco-Português.

⁴ O Brasil é um participante ad-hoc do Clube de Paris, e que poderá conceder redução da dívida guineense, de acordo com as Atas Acordadas do Clube de Paris para o tratamento da dívida da Guiné-Bissau no âmbito da Iniciativa HIPC.

Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Estoque da dívida externa nominal, 2012-2014				
	2012	2013	2014	2014
	<i>(por cento) do PIB</i>			<i>(por cento) do total da dívida</i>
Total	27.1	26.2	24.3	100.0
Credores multilaterais	13.5	13.0	12.1	49.9
dos quais				
FMI	1.1	1.1	1.4	5.8
AID	5.6	5.4	5.8	24.0
BAfD	1.9	1.8	0.2	0.9
Outros	4.9	4.7	4.7	19.2
Credores bilaterais	13.6	13.2	12.2	50.0
Clube de Paris	0.0	0.0	0.0	0.0
Fora do Clube de Paris	13.6	13.2	12.2	50.0
dos quais: Atrasados técnicos ^{1/}	8.9	8.6	7.9	32.6
Comercial (atrasados técnicos)	0.03	0.03	0.03	0.1

^{1/} Inclui USD 48,2 milhões em dívida com a Província Chinesa de Taiwan, USD 32,8 milhões com Angola, USD 3,7 milhões com a Líbia, USD 3 milhões com o Paquistão, e USD 0,3 milhão com os Emirados Árabes Unidos. Tais dívidas foram contraídas antes de 1986, a data de corte da Iniciativa HIPC.

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico.

2. A dívida interna pública tem aumentado nos últimos anos mas espera-se que venha a diminuir a médio prazo. A Guiné-Bissau emitiu 10 mil milhões de francos CFA em obrigações do Tesouro em 2013, e mais 15 mil milhões de francos CFA em 2014, o que fez aumentar o rácio da dívida interna sobre o PIB para 34,7 por cento em 2014. A reclassificação da dívida ao Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) em 2014 contribuiu cerca de um ponto percentual do PIB para a dívida interna.⁵ A médio prazo, prevê-se diminuição gradual deste rácio para uma média de 30,1 por cento do PIB no período 2015-2020, refletindo o compromisso das autoridades em reduzir a dívida interna mais onerosa a favor da dívida externa obtida em condições mais favoráveis.⁶

PRESSUPOSTOS SUBJACENTES

3. O cenário macroeconómico reflete a recente estabilidade política e macroeconómica, particularmente após as eleições de 2014. Os seguintes fatores contribuíram para a retomada do apoio financeiro pelos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau: o sucesso das eleições, a ajuda recente do FMI no âmbito da Facilidade de Crédito Rápido (RCF), o êxito da mesa-redonda realizada em Bruxelas em março de 2015 para

⁵ Desde a ASD de 2014, a dívida junto ao BOAD é considerada como sendo interna, em sintonia com o tratamento aplicado por outros países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA).

⁶ As autoridades estão em vias de auditar um estoque antigo de atrasados internos anteriores a 2013 e que são estimados em cerca de 10% do PIB. Quando estas auditorias estiverem concluídas e os atrasados forem reconhecidos, as perspetivas da dívida pública irão deteriorar-se.

solicitar financiamento aos parceiros de desenvolvimento para a reconstrução da economia e a possível viabilização do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do FMI. Assim sendo, o cenário-base assume que a recuperação económica é impulsionada pelo aumento do investimento financiado com empréstimos concessionais e donativos. Em especial, comparados com a ASD anterior, os pressupostos atuais são os seguintes:

- As projeções de médio prazo apontam para maior crescimento da economia face aos últimos anos. Para 2015, o crescimento projetado do PIB é 0,7 pontos percentuais mais elevado do que na ASD prévia e o crescimento de longo prazo aumentou para 5 por cento por ano. Esse cenário presume investimento público crescente, refletido no forte aumento das importações no longo prazo em comparação com a análise anterior, e implementação contínua de políticas macroeconómicas sólidas e reformas estruturais.
- As projeções fiscais contemplam níveis mais elevados de receitas e donativos que na ASD anterior, assim como o aumento correspondente das despesas. Essas refletem expectativas de apoio externo suplementar para colmatar o hiato em termos de infraestrutura e aumentar o acesso e a eficiência na prestação de serviços públicos, particularmente nos sectores prioritários da saúde e educação. Em consequência, o saldo primário projetado é de 0,8 por cento do PIB, mas esse deve agravar-se no longo prazo para uma média anual de 1,3 por cento (Tabela de Texto 2).⁷
- Estima-se que o défice da conta corrente externa excluindo juros caia para 4,6 por cento do PIB, em média, no longo prazo, denotando os esforços das autoridades para dinamizar o ambiente de negócios, através de melhoramentos da infraestrutura, e intensificar as exportações. Os dados históricos da conta corrente (excluindo juros), tal como os dados das exportações e importações, foram revistos pelas autoridades para refletirem toda a informação disponível.

⁷ O cômputo do saldo primário segue de perto a definição utilizada no quadro da ASD para os países de baixo rendimento, diferindo dessa forma do conceito de saldo primário interno usado no Relatório do Corpo Técnico do FMI.

Tabela de Texto 2. Guiné-Bissau: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos					
	2012	2013	2014	2015	Longo prazo ¹
<i>Crescimento do PIB real (por cento)</i>					
ASD anterior	-2.2	0.3	2.5	4.0	4.0
ASD atual	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0
<i>Receitas e donativos (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	11.9	12.4	19.5	15.8	17.2
ASD atual	11.4	11.6	21.0	18.7	23.0
<i>Despesa primária (excl. juros) (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	14.0	14.1	19.1	18.9	17.6
ASD atual	13.5	13.2	22.0	17.9	24.3
<i>Saldo primário (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	-2.1	-1.7	-0.4	-3.1	-0.4
ASD atual	-2.0	-1.6	-1.0	-0.8	-1.3
<i>Défice da conta corrente excl. juros (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	4.6	4.0	0.3	3.8	4.9
ASD atual	8.8	4.3	0.9	3.5	4.6
<i>Crescimento das exportações (por cento)</i>					
ASD anterior	-41.4	5.4	13.2	4.3	6.4
ASD atual	2.1	0.8	-1.0	1.3	7.5
<i>Crescimento das importações (por cento)</i>					
ASD anterior	-25.2	-1.2	21.2	4.7	5.5
ASD atual	1.6	-0.1	-0.1	2.0	6.2
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico.					
¹ O valor do indicador a longo prazo é definido como a média dos últimos 15 anos das projeções.					

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos no Cenário-base

O crescimento do PIB real projetado alcança 4,7 por cento em 2015, após fraco desempenho em 2012 (-1,8 por cento) e 2013 (0,8 por cento), e ligeira melhoria em 2014 (2,5 por cento). A recuperação de 2014 deveu-se fundamentalmente à retomada do investimento em infraestruturas, à melhoria da oferta de água e eletricidade e à expansão da produção da castanha de caju. A longo prazo, espera-se que o crescimento estabilize em torno dos 5 por cento, devido às políticas económicas sólidas, maior investimento, sobretudo em infraestrutura, e reformas estruturais (na gestão das finanças públicas, administração tributária e gestão da dívida) com os respetivos ganhos de eficiência associados.

A inflação dos preços no consumidor diminuiu de forma contínua de 2,1 por cento em 2012 para -1 por cento em 2014, após período de fraco dinamismo da demanda e acumulação de atrasados. Com sua regularização e a subida do preço da castanha de caju, a renda disponível deve se recuperar. Consequentemente, a inflação deve aumentar para 1,3 por cento e 2,3 por cento em 2015 e 2016, respectivamente, e convergir para 3 por cento a médio e longo prazos.

Saldos orçamental. O défice primário deve chegar a 0,8 por cento do PIB em 2015, e a 1,3 por cento, em média, a médio e longo prazos. Refletindo esses desenvolvimentos, a dívida interna projetada cai no médio prazo, chegando a cerca de 24,7 por cento do PIB em 2020. A longo prazo, o compromisso das autoridades em gerir a dívida de forma prudente, juntamente com o pagamento regular da dívida, contribuirá para diminuir substancialmente o rácio da dívida pública sobre o PIB até ao fim do período de projeção (2035).

Saldo da conta corrente externa. O aumento esperado das importações, parcialmente destinadas a financiar o investimento em infraestrutura, e a deterioração esperada do saldo orçamental no curto prazo devem aumentar o défice da conta corrente externa para média anual de 6 por cento do PIB, no período 2015-2020. Esse défice deve cair para cerca de 5 por cento do PIB até 2035, refletindo o aumento das exportações e o melhor desempenho orçamental.

Fluxos financeiros. O Investimento Direto Externo (IDE) projetado deve aumentar à medida que a estabilidade política se solidificar e o ambiente de negócios e a infraestrutura melhorar. As transferências oficiais correntes devem situar-se em 1,7 por cento do PIB, em média, durante 2015-2020, devendo permanecer neste nível até ao fim do horizonte de projeção. Presume-se que os empréstimos em condições concessionais sejam negociados nos termos usuais — ou seja, taxa de juro de 0,75 por cento, com maturidade de 40 anos (AID) e 50 anos (BAfD) e 10 anos de carência. Os empréstimos dos países membros do Clube de Paris (fora do Clube de Paris) presume-se taxas de juro médias de 1,9 por cento (1,6 por cento) com 23 (23) anos de vencimento e 11 (6) anos de carência.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA E PÚBLICA

Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa

4. No cenário-base, todos os indicadores de endividamento devem manter-se abaixo dos respetivos limiares indicativos. Os valores projetados dos indicadores do valor atual (VA) crescem no médio prazo, refletindo o aumento do endividamento concessional, mas mantêm-se sempre em níveis sustentáveis no período de projeção. O serviço da dívida externa deve aumentar a médio e longo prazos, resultando em aumentos graduais dos rácios do serviço da dívida sobre exportações e do serviço da dívida sobre receitas.

5. As perspetivas da dívida externa são favoráveis no cenário-base mas sensíveis a choques extremos. A dívida externa da Guiné-Bissau é particularmente vulnerável a um choque nas exportações com base nos testes padronizados de estresse realizados. Nesse cenário de choque extremo, o VA da dívida sobre as exportações ultrapassa o respetivo limiar em 2017 e permanece bem acima desse no restante período de projeção (Figura 1c). Um choque nos termos de troca ou uma depreciação pontual resulta igualmente numa deterioração significativa dos outros indicadores de vulnerabilidade da dívida externa pública. No entanto, esses indicadores mantêm-se bem abaixo dos respetivos limiares, mesmo sob cenários extremos. Esta avaliação é altamente suscetível a uma ultrapassagem do rácio da dívida sobre as exportações, devido à base de exportações bastante restrita do país, exposição à volatilidade do preço da castanha de caju e ao risco de que os investimentos planeados possam eventualmente não se concretizarem em exportações maiores e mais diversificadas.

Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública

6. Os indicadores da dívida pública total (interna e externa) projetados devem diminuir gradualmente ao longo do tempo após aumento inicial (Figura 2, Tabelas 3 e 4). No cenário-base, o rácio entre o VA da dívida pública e o PIB diminui progressivamente de 42 por cento em 2015 para 20 por cento em 2035, devido à expectativa de financiamento dos projetos em infraestrutura por recursos externos de natureza mais concessional, e forte crescimento económico. De modo equivalente, o rácio do VA da dívida pública sobre as receitas deve diminuir gradualmente no longo prazo, tal como o rácio do VA do serviço da dívida sobre as receitas. No entanto, os rácios entre o VA da dívida e as receitas e entre o VA da dívida e o PIB são vulneráveis a um abrandamento do crescimento económico (Tabela 4). Essa avaliação depende sobremaneira de um cenário-base favorável em termos de crescimento, exportações e IDE.

7. Os riscos existentes no cenário-base estão relacionados com a elevada dependência do país das exportações da castanha de caju, de apoio externo (concessional) e de tensões políticas, mas também existe potencial para crescimento

económico mais elevado. Condições climáticas adversas e a volatilidade do mercado externo podem diminuir as receitas provenientes das exportações da castanha de caju. O enfraquecimento da conjuntura externa pode conduzir à redução das remessas e do apoio concessional previstos. Esses fatores traduzem-se em riscos negativos significativos para as perspectivas de crescimento, IDE e dinâmica da conta corrente. A possibilidade de ocorrência de nova onda de instabilidade política é uma das fontes principais de riscos com impacto negativo no caso da Guiné-Bissau. Em termos positivos, a melhoria da infraestrutura e do ambiente de negócios podem fazer com que o crescimento económico e das exportações sejam mais elevados do que assumidos no cenário-base, e reduzir o risco de sobre-endividamento do país. Os resultados da ASD dependem da disponibilidade de acesso ao financiamento externo concessional bem como da competência das autoridades para melhorar a sua capacidade de gestão da dívida.

CONCLUSÃO

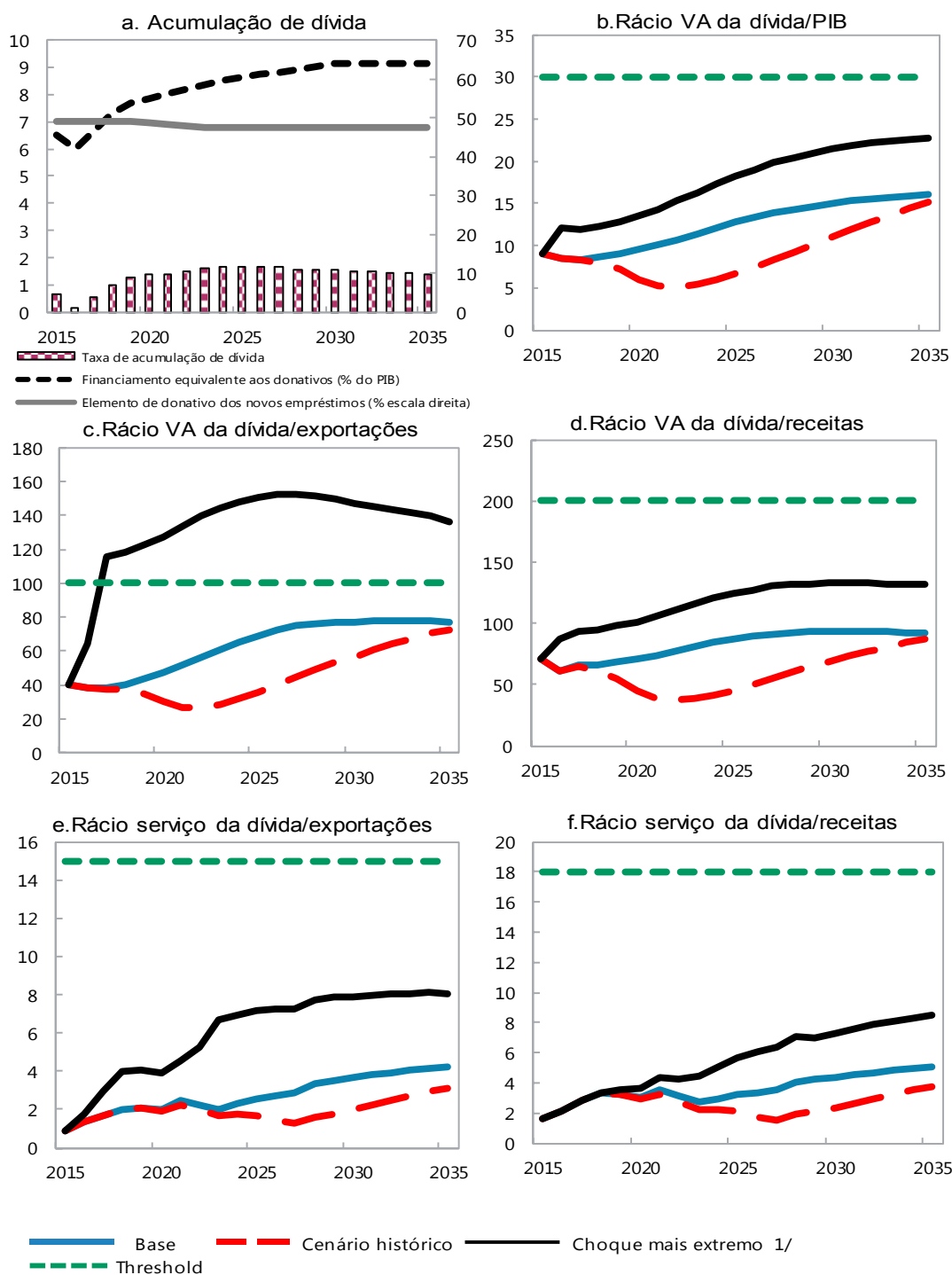
8. Na perspetiva do corpo técnico, a Guiné-Bissau enfrenta risco moderado de sobre-endividamento. O exercício efetuado mostra que todos os indicadores de vulnerabilidade da dívida externa pública permanecem abaixo dos limiares indicativos no cenário-base, e a vulnerabilidade da dívida pública total diminui no médio e longo prazos. No entanto, os testes de estresse mostram que as perspetivas são sensíveis a ocorrência de choques, dada a concentração das exportações. Uma política proactiva de gestão da dívida em favor do financiamento dos investimentos públicos através de empréstimos concessionais e donativos e reforçada pela implementação firme de medidas estruturais para incentivar as exportações pode manter (ou até melhorar) estes indicadores no médio e longo prazos. Para apoiar essas políticas, é essencial gestão macroeconómica sólida e análise cuidadosa das oportunidades de financiamento.

9. A gestão prudente da dívida e o seu acompanhamento contínuo são de suma importância, à medida que o país se prepara para incrementar os investimentos em infraestrutura e nos sectores sociais básicos. Os empréstimos não concessionais do BOAD concedidos nos últimos anos, em face das dificuldades de acesso ao financiamento externo, resultaram em aumento da dívida interna. Apesar da dinâmica da dívida interna descrita acima, é primordial reforçar a gestão da dívida, especialmente quando o país se prepara para colmatar as deficiências em termos de infraestrutura e melhorar a prestação de serviços públicos. Qualquer desvio negativo substancial face às projeções orçamentais no âmbito do programa apoiado pela ECF pode impedir o declínio projetado da trajetória da dívida pública.

I. OPINIÃO DAS AUTORIDADES

10. As autoridades subscrevem em larga medida as opiniões e recomendações do corpo técnico quanto à análise de sustentabilidade da dívida. Elas concordam com a importância vital de políticas macroeconómicas sólidas para a sustentabilidade da dívida, as quais podem, por seu turno, facilitar o acesso ao financiamento concessional. As autoridades destacaram que o ritmo de crescimento do investimento público depende da disponibilidade de recursos concessionais. Portanto, alguns riscos identificados nesta ASD podem não se vir a concretizar. As autoridades reconhecem o papel decisivo que a gestão prudente da dívida e a implementação de reformas estruturais desempenham na melhoria do ambiente de negócios, no aumento do crescimento e na melhoria das perspectivas das exportações.

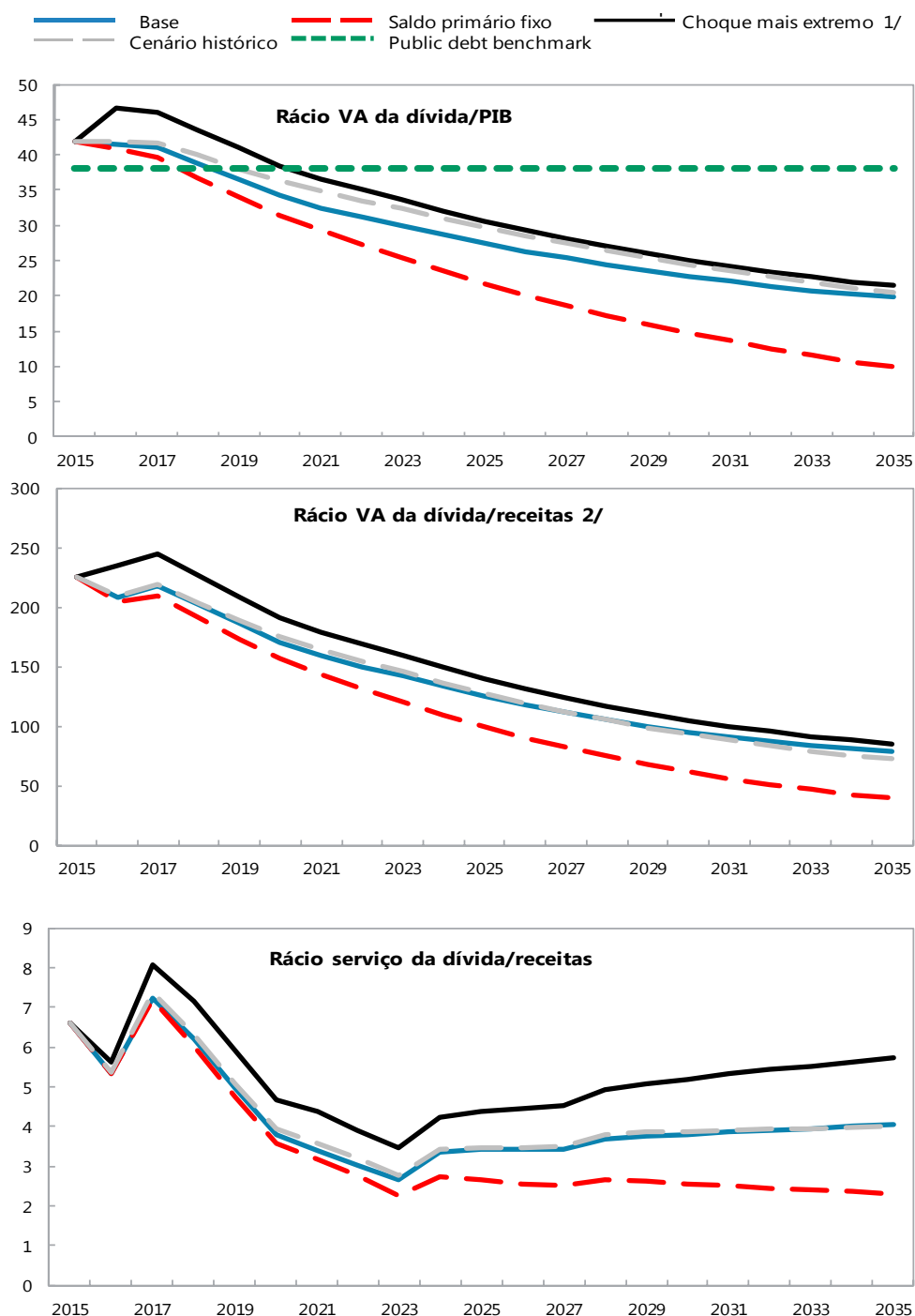
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2015-2035 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2025. Em (b) corresponde a um choque Depreciação pontual; em (c) a um choque Exportações; em (d) a um choque Depreciação pontual; em (e) a um choque Exportações e em (f) a um choque Condições.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2013-2033 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de estresse mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2023.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário-base, 2012–2035

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média histórica	Desvio padrão	Projeções						2015-2020		2021-2035	
	2012	2013	2014			2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média	2025	2035	Média
Dívida externa (nominal) 1/	17.9	16.6	17.2			18.0	16.6	15.9	16.2	16.8	17.5		22.0	26.0	
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	17.9	16.6	17.2			18.0	16.6	15.9	16.2	16.8	17.5		22.0	26.0	
Variação da dívida externa	0.6	-1.3	0.6			0.8	-1.4	-0.7	0.3	0.6	0.6		0.8	0.1	
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	10.0	1.9	-2.0			-0.3	0.4	0.8	1.7	3.0	4.1		0.8	-0.4	
Défice da conta corrente, excl. juros	8.8	4.3	0.9	3.2	3.4	3.5	4.6	5.4	5.9	6.9	8.0		4.8	3.6	4.6
Défice da balança de bens e serviços	10.2	7.7	9.7			10.3	11.2	11.8	12.1	12.9	13.8		9.9	7.8	
Exportações	15.4	18.6	18.5			22.3	22.5	21.9	21.2	20.7	20.1		18.4	20.8	
Importações	25.5	26.3	28.2			32.7	33.6	33.6	33.3	33.6	33.9		28.4	28.6	
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-4.2	-3.7	-7.0	-6.6	2.4	-4.9	-4.8	-4.7	-4.6	-4.5	-4.4		-4.2	-3.7	-4.0
<i>d/q: oficiais</i>	-1.8	-0.8	-4.3			-1.8	-1.6	-1.6	-1.6	-1.6	-1.6		-1.6	-1.6	
Outros fluxos de transacções correntes (negativo = ing. líq.)	2.9	0.3	-1.7			-1.9	-1.8	-1.7	-1.6	-1.5	-1.4		-1.0	-0.5	
IDE líquido (negativo = ingresso)	-0.7	-1.9	-1.9	-2.0	0.9	-3.0	-3.5	-3.9	-3.6	-3.3	-3.3		-3.1	-3.0	-3.1
Dinâmica endógena da dívida 2/	1.9	-0.5	-1.0			-0.8	-0.7	-0.7	-0.7	-0.6	-0.7		-0.8	-1.0	
Denominador: 1+g+r+gr	0.9	1.0	1.1			0.9	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1		1.1	1.1	
Contributo da taxa de juro nominal	0.0	0.1	0.3			0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1		0.1	0.2	
Contributo do crescimento do PIB real	0.3	-0.1	-0.4			-0.9	-0.8	-0.8	-0.7	-0.7	-0.8		-1.0	-1.2	
Contributo das variações cambiais e de preços	1.6	-0.4	-0.9			...	...	...	...	...	...		...	...	
Resíduo (3-4) 3/	-9.5	-3.2	2.6			1.1	-1.8	-1.5	-1.4	-2.3	-3.4		0.0	0.6	0.0
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	0.0	0.0	-0.5			0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
VA da dívida externa 4/	...	...	8.3			9.0	8.5	8.4	8.6	9.0	9.5		12.7	16.0	
Em percentagem das exportações	...	...	45.0			40.3	38.0	38.3	40.5	43.7	47.3		69.1	77.0	
VA da dívida externa PGP	...	...	8.3			9.0	8.5	8.4	8.6	9.0	9.5		12.7	16.0	
Em percentagem das exportações	...	...	44.9			40.3	38.0	38.3	40.5	43.7	47.3		69.1	77.0	
Em percentagem da receita pública	...	...	69.7			71.3	61.1	65.7	66.4	68.6	71.0		87.2	92.4	
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	1.2	1.8	2.1			0.9	1.3	1.7	2.0	2.1	2.0		2.5	4.2	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	1.2	1.8	2.1			0.9	1.3	1.7	2.0	2.1	2.0		2.5	4.2	
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	2.0	4.1	3.2			1.6	2.2	2.9	3.3	3.2	3.0		3.2	5.0	
Total da necessidade bruta de financiamento (Billions de USD)	82.6	27.7	-7.3			7.2	15.7	22.6	36.1	57.7	80.9		49.7	71.3	
Défice da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	8.2	5.6	0.3			2.7	5.9	6.1	5.7	6.3	7.4		3.9	3.4	

Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário-base, 2012–2035 (conclusão)

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média histórica	Desvio padrão	Projeções									
	2012	2013	2014			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015-2020 Média		2025	2035
Principais pressupostos macroeconómicos															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	-1.8	0.8	2.5	3.2	2.8	4.7	4.8	5.0	5.0	5.0		4.9	5.0	5.0	5.0
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	-8.3	2.3	5.5	4.8	10.4	-11.1	2.3	3.5	3.9	4.0	4.5	1.2	2.8	2.8	2.8
Taxa de juro efectiva (em percentagem) 5/	0.1	0.4	1.9	0.8	0.6	0.5	0.7	0.5	0.5	0.7	0.6	0.6	0.7	0.9	0.8
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-45.9	24.8	7.7	13.6	30.0	12.2	7.7	5.8	5.9	6.3	6.6	7.4	7.3	10.2	8.2
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	-25.2	6.2	15.9	10.4	14.0	7.9	10.4	8.7	8.1	10.1	10.6	9.3	5.5	9.1	6.8
Elemento de donativo do novo endividamento do sector público (%)	...	...	...	...	...	49.2	49.2	49.2	49.2	48.9	48.6	49.1	47.3	47.3	47.5
Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)	9.1	8.1	12.0			12.6	14.0	12.7	13.0	13.2	13.4		14.6	17.3	15.5
Fluxos de ajuda financeira (em Billions de USD) 7/	42.2	42.9	109.5			69.7	66.7	82.3	100.8	117.0	132.1		213.2	486.6	
d/q: Donativos	23.8	35.9	100.3			62.6	66.0	74.2	83.1	93.2	105.0		168.9	391.1	
d/q: Empréstimos concessionais	18.5	7.0	9.2			7.1	0.7	8.1	17.7	23.8	27.1		44.3	95.5	
Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 8/	...	...	...			6.5	6.0	6.6	7.3	7.7	7.9		8.6	9.2	8.8
Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 8/	...	...	...			92.9	99.3	93.2	88.1	86.4	86.2		85.6	86.4	86.1
Por memória:															
PIB nominal (Billions de USD)	996.1	1027.0	1111.3			1034.2	1108.5	1205.0	1314.1	1434.3	1573.1		2310.0	4978.5	
Crescimento do PIB nominal em USD	-10.0	3.1	8.2			-6.9	7.2	8.7	9.1	9.2	9.7	6.1	8.0	8.0	8.0
VA da dívida externa PGP (em Billions de USD)			85.8			93.2	95.0	101.3	113.6	130.5	150.5		296.5	802.3	
(VAt-VAt-1)/PIBt-1 (em percentagem)						0.7	0.2	0.6	1.0	1.3	1.4	0.9	1.7	1.4	1.5
Remessas brutas dos trabalhadores (Billions de USD)	24.3	30.0	31.0			32.7	34.6	36.6	38.7	41.0	43.5		58.1	103.7	
PV of PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	...	...	8.1			8.7	8.3	8.1	8.4	8.8	9.2		12.4	15.7	
PV of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	...	...	39.1			35.3	33.3	33.6	35.6	38.4	41.6		60.8	70.0	
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	...	...	1.8			0.8	1.2	1.5	1.8	1.8	1.8		2.2	3.8	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivado como $[r - g - p(1+g)]/(1+g+p+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e p = a taxa de crescimento do deflator do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projecções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015–2035
(Em percentagem)

	Projeções							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	9	9	8	9	9	10	13	16
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	9	9	8	8	7	6	7	15
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	9	9	9	9	10	11	17	24
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	9	9	9	9	10	10	14	18
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	9	11	15	15	16	16	17	17
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	9	9	10	10	11	11	15	19
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	9	10	12	12	12	12	15	17
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	9	11	15	15	15	16	18	19
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	9	12	12	12	13	14	18	23
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	40	38	38	41	44	47	69	77
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	40	38	38	37	35	30	36	73
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	40	38	40	44	50	56	93	116
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	40	38	38	41	44	48	70	78
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	40	65	115	118	123	128	151	137
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	40	38	38	41	44	48	70	78
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	40	45	53	55	58	62	80	80
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	40	51	71	73	77	80	100	96
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	40	38	38	41	44	48	70	78
Rácio VA da dívida/receitas								
Base	71	61	66	66	69	71	87	92
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	71	61	65	61	55	45	45	87
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	71	62	68	72	78	84	117	139
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	71	64	72	73	75	78	96	102
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	71	81	122	119	118	117	117	101
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	71	67	78	79	82	85	104	110
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	71	73	91	91	91	92	101	96
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	71	79	118	116	116	117	122	111
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	71	87	94	94	98	101	124	132

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2015–2035 (conclusão)
(Em percentagem)

	Projeções							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
Rácio serviço da dívida/exportações								
Base	1	1	2	2	2	2	3	4
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	1	1	2	2	2	2	2	3
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	1	1	2	2	2	2	4	7
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	1	1	2	2	2	2	3	4
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	1	2	3	4	4	4	7	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	1	1	2	2	2	2	3	4
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	1	1	2	2	2	2	3	5
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	1	1	2	3	3	3	4	6
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	1	1	2	2	2	2	3	4
Rácio serviço da dívida/receitas								
Base	2	2	3	3	3	3	3	5
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	2	2	3	3	3	3	2	4
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	2	2	3	3	4	4	6	8
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	2	3	4	4	3	4	6
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	2	2	3	4	4	4	6	6
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	2	3	4	4	4	4	6
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	2	2	3	4	4	3	4	5
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	2	2	3	4	4	4	5	6
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	2	3	4	5	5	4	5	7
<i>Por memória:</i>								
Elemento de donativo presumido sobre o financiamento residual (ou seja, o financiamento necessário acima do cenário de base) 6/	47	47	47	47	47	47	47	47

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.

3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de estresse, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário-base, 2012–2035

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média	5/ Desvio padrão	5/ Desvio padrão	Estimativa										Projeções					2019-33 média
	2012	2013	2014				2015	2016	2017	2018	2019	2020	2013-18 média	2025	2035							
Dívida do sector público 1/	47.3	49.8	51.9				50.9	49.5	48.7	46.4	44.3	42.1		36.6	29.8							
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	17.9	16.6	17.2				18.0	16.6	15.9	16.2	16.8	17.5		22.0	26.0							
							32.9	32.9	32.7	30.2	27.5	24.7										
Variação da dívida do sector público	3.7	2.4	2.1				-1.0	-1.4	-0.8	-2.3	-2.1	-2.2		-1.0	-0.4							
Fluxos geradores de dívida identificados	3.5	1.2	-1.0				-2.7	-1.9	-1.4	-2.2	-2.2	-2.6		-1.0	-0.5							
Défi ce primário	2.0	1.6	1.1	0.7	3.1		-0.1	1.1	1.7	1.1	1.0	0.6	0.9	1.5	1.5	1.4						
Receita e donativos	11.4	11.6	21.0				18.7	19.9	18.9	19.3	19.7	20.1		21.9	25.2							
<i>d/q: donativos</i>	2.4	3.5	9.0				6.0	6.0	6.2	6.3	6.5	6.7		7.3	7.9							
Despesas primárias (excl. juros)	13.5	13.2	22.0				18.6	21.0	20.6	20.4	20.6	20.6		23.4	26.6							
Dinâmica automática da dívida	1.4	-0.5	-1.6				-2.7	-3.0	-3.1	-3.3	-3.2	-3.2		-2.5	-2.0							
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	0.9	-0.1	-2.8				-3.6	-2.9	-2.9	-3.1	-3.0	-2.8		-2.3	-1.8							
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	0.1	0.3	-1.5				-1.2	-0.5	-0.6	-0.7	-0.7	-0.7		-0.5	-0.3							
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	0.8	-0.4	-1.2				-2.3	-2.3	-2.4	-2.3	-2.2	-2.1		-1.8	-1.4							
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	0.5	-0.3	1.1				0.9	-0.2	-0.2	-0.2	-0.3	-0.4		...	...							
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0.0	0.0	-0.4				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0							
Receita de privatizações (negativa)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0							
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0							
Alívio da dívida (HIPC e outros)	0.0	0.0	-0.5				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0							
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0							
Resíduo, incl. variação dos activos	0.2	1.2	3.1				1.7	0.5	0.6	-0.1	0.1	0.4		0.0	0.0							
Outros indicadores de sustentabilidade																						
VA da dívida do sector público	...	...	43.0				41.9	41.4	41.1	38.8	36.5	34.2		27.4	19.8							
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	...	...	8.3				9.0	8.5	8.4	8.6	9.0	9.5		12.7	16.0							
<i>d/q: externa</i>	...	...	8.3				9.0	8.5	8.4	8.6	9.0	9.5		12.7	16.0							
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do sector públ i)	...	...	...				...	...	...	...	...	...		...	...							
Necessidade bruta de financiamento 2/	8.6	8.4	7.2				6.2	6.9	7.1	6.0	5.4	4.5		3.6	2.5							
Rácio VA da dívida do sector público-receitas e donativos (em %)	...	...	205.0				224.4	208.0	217.8	201.5	185.6	170.2		124.9	78.5							
Rácio VA da dívida do sector público-receitas (em %)	...	...	359.8				332.0	296.8	323.2	299.9	277.1	255.1		187.4	114.0							
<i>d/q: externa 3/</i>	...	...	69.7				71.3	61.1	65.7	66.4	68.6	71.0		87.2	92.4							
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	4.5	6.1	2.4				6.6	5.3	7.2	6.2	5.0	3.8		3.4	4.0							
Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/	5.7	8.8	4.2				9.8	7.6	10.7	9.2	7.4	5.7		5.1	5.9							
Défi ce primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	...	...	-1.0				0.9	2.5	2.5	3.3	3.1	2.7		2.5	1.9							
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																						
Crescimento do PIB real (em percentagem)	-1.8	0.8	2.5	3.2	2.8		4.7	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0	4.9	5.0	5.0	5.0						
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0.1	0.4	1.9	0.8	0.6		0.5	0.7	0.5	0.5	0.7	0.6	0.6	0.7	0.9	0.8						
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	1.5	1.5	-5.0	-3.1	5.3		-3.4	-1.2	-1.0	-1.6	-1.8	-1.9	-1.8	-1.8	-1.1	-1.6						
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	3.1	-1.8	7.0	-0.6	7.5		5.4	...	...	...	...	...	...	...	...	...						
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	-0.8	-1.0	5.4	3.8	5.8		5.9	1.8	2.3	2.7	2.8	2.9	3.0	2.8	2.8	2.8						
Cresc. da desp. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %	-23.5	-1.3	71.3	4.7	24.5		-11.7	18.5	2.8	3.8	6.5	4.9	4.1	7.3	5.8	6.8						
Elemento de donativo do novo endividamento externo (em %)	...	...	...	...	...		49.2	49.2	49.2	49.2	48.9	48.6	49.1	47.3	47.3	...						

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ [Indica a cobertura do sector público, ex. governo geral ou sector público não financeiro. Indica também se a dívida utilizada é líquida ou bruta.]

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défi ce primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2015–2035

	Projeções							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2025	2035
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	42	41	41	39	37	34	27	20
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	42	42	42	40	38	36	30	21
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	42	41	40	37	34	31	22	10
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	42	42	42	40	38	36	31	31
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	42	44	46	44	42	40	35	31
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	42	43	44	41	39	36	29	21
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	42	43	45	43	40	38	33	28
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	42	45	44	42	39	36	27	17
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	42	47	46	44	41	38	31	21
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Base	224	208	218	201	186	170	125	78
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	224	209	219	204	189	175	127	72
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	224	205	210	191	173	157	99	39
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	224	209	220	205	191	176	140	118
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	224	216	236	221	207	193	156	121
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	224	215	231	214	197	181	133	82
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	224	215	231	216	201	187	147	108
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	224	227	235	216	196	177	122	67
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	224	234	244	226	208	191	140	85
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Base	7	5	7	6	5	4	3	4
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	7	5	7	6	5	4	3	4
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	7	5	7	6	5	4	3	2
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	7	5	7	6	5	4	4	5
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	7	5	8	7	5	4	4	6
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	7	5	7	6	5	4	4	4
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	7	5	8	7	5	4	4	5
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	7	6	8	7	6	5	4	6
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	7	5	8	7	5	4	5	5

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



GUINÉ-BISSAU

24 de junho de, 2015

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E PEDIDO DE UM ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por:

Departamento Africano
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	9
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	10
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	12

RELAÇÕES COM O FMI

(em 30 de abril de 2015)

I. Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 24 de março de 1977; Artigo VIII

II. Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DES	% da Quota
Quota	14,20	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	13,89	97,38
Posição na tranche de reservas	0,32	2,26
III. Departamento de DES:	Milhões de DES	% da Alocação
Alocação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	12,38	91,02

IV. Saldo de Compras e Empréstimos:	Milhões de DES	% da Quota
Empréstimos RCF	3,55	25,00
Acordos ECF	7,24	51,00

V. Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data do acordo	Data do vencimento	Montante aprovado (Milhões de DES)	Montante sacado (Milhões de DES)
ECF	07/05/2010	06/05/2013	22,37	15,12
ECF ^{1/}	15/12/2000	14/12/2003	14,20	5,08
ECF ^{1/}	18/01/1995	24/07/1998	10,50	10,50

VI. Projeção dos Pagamentos ao FMI ^{2/}

(Milhões de DES; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DES):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Capital		0,72	1,45	1,45	1,45
Comissões/juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
Total	0,00	0,73	1,45	1,45	1,47

^{1/} Antigo PRGF.

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

VII. Implementação da Iniciativa HIPC:

I. Compromissos da assistência HIPC	Quadro Reforçado
Data do ponto de decisão	Dez. de 2000

Assistência acordada por todos os credores (milhões de USD) ^{3/}	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DES)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez. de 2010
II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DES)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência provisória	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{4/}	0,23
Total dos desembolsos	9,43
VIII. Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):	
I. Dívida elegível à MDRI (milhões de DES) ^{5/}	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51

II. Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DES)

Dívida habilitada			
Data da prestação	GRA	PRGT	Total
Dezembro de 2010	N/A	0,51	0,51

³ A assistência acordada ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência acordada ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

⁴ No âmbito do arcabouço reforçado, é efetuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período provisório.

⁵ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros elegíveis que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do estoque da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): Não se aplica

Avaliação das Salvaguardas:

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação do BCEAO foi concluída em 13 de dezembro de 2013. A avaliação constatou que o banco continuou a ter um forte ambiente de controlo e que, com a implementação da Reforma Institucional da UEMOA de 2010, reforçou seu quadro de governação. Mais especificamente, foi criado um comitê de auditoria para fiscalizar os processos de auditoria e reporte financeiro, aumentou-se a transparência com a

publicação mais atempada das demonstrações financeiras auditadas e o BCEAO comprometeu-se com a implementação das IFRS até o fim de 2014. A avaliação identificou algumas limitações no processo de auditoria externa e recomendou que fossem tomadas medidas para assegurar a adequação do mecanismo por meio da seleção de uma segunda firma de auditoria experiente para fazer auditorias conjuntas.

Regime e Disposições Cambiais

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, com data efetiva de 1 de janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem uma moeda de curso legal distinta. O regime cambial é isento de práticas monetárias múltiplas e restrições cambiais sobre os pagamentos e transferências para transações internacionais correntes. Desde 1 de janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a uma taxa fixa de EUR 1 = FCFA 655,957. Em 20 de maio de 2015, a taxa do franco CFA em termos de DES era de FCFA 834,61 = DES 1. Em 1 de janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de mecanismo convencional de vinculação. A nova classificação baseia-se no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior se baseava na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflete apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou em outras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

Consultas ao abrigo do Artigo IV

A Guiné-Bissau seguia o ciclo normal de consultas de 12 meses; o corpo técnico propõe a mudança para o ciclo de 24 meses. As últimas discussões de consulta nos termos do Artigo IV com a Guiné-Bissau foram realizadas em Bissau, no período de 29 de abril a 10 de maio de 2013. O relatório do corpo técnico foi discutido pelo Conselho de Administração e a consulta foi concluída em 21 de junho de 2013. A eleições em 2014 e, posteriormente, o tempo necessário para a formação de um novo governo atrasaram as atuais consultas de 2015 ao abrigo do Artigo IV.

Assistência Técnica (2008–2015)

Departamento	Tipo de Assistência	Período de Prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho de 2008	Estatísticas do balanço de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho 2008	estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2008	Estatísticas multissetoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2008	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Junho de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2009	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio de 2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2010	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Administração tributária

Assistência Técnica (2008–2015)

Departamento	Tipo de Assistência	Período de Prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2011	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Estatísticas do setor real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública, contabilidade
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública
FAD	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Gestão financeira pública

Assistência Técnica (2008–2015)

Departamento	Tipo de Assistência	Período de Prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Abril de 2013	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2013	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2013	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2013	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2014	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2014	Modernização aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2014	Estatísticas do setor real
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2014	Gestão financeira pública
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2014	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2014	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2015	Análise e previsão macroeconómica
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2015	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2015	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2015	Estatísticas do setor real
FAD	Corpo técnico	Abril de 2015	Administração da receita

Representante Residente

O Representante Residente do Senegal também cobriu a Guiné-Bissau entre setembro de 1997 e julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em junho de 2011 e o Sr. Torrez foi o Representante Residente até o fim de maio de 2015. O Sr. Melhado está confirmado como Representante Residente e deverá assumir o cargo até o fim de agosto de 2015.

Tabela 1: Guiné-Bissau – Acordos com o FMI, 1984–2015

Acordo	Data da aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de agosto de 1984	DES 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural (SAF)	14 de outubro de 1987	DES 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF)	18 de janeiro de 1995	DES 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DES 1,05 milhões (10% da quota).
Assistência de Emergência Pós-Conflito	14 de setembro de 1999	DES 2,13 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	7 de janeiro de 2000	DES 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de dezembro de 2000	DES 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência de Emergência Pós-Conflito	10 de janeiro de 2008	DES 1,77 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	20 de maio de 2009	DES 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Ampliado	7 de maio de 2010	DES 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de maio de 2013.
Facilidade de Crédito Rápido	3 de novembro de 2014	DES 3,55 milhões	

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

1. A Guiné-Bissau foi admitida no Banco Mundial três anos após a independência, em 1977. A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aprovou 50 projetos para a Guiné-Bissau (incluindo projetos financiados por fundos fiduciários), num total de USD 433 milhões em compromissos. Na qualidade de beneficiária de donativos, em 14 de abril de 2015 a Guiné-Bissau dispunha de um total de quatro donativos correntes da AID. A carteira atual é composta por operações de crédito da AID e fundos fiduciários. Os projetos financiados pela AID ascendem a USD 78,5 milhões e incluem um projeto de emergência para reabilitação do abastecimento de eletricidade e água, um projeto de conservação da biodiversidade, um projeto de desenvolvimento rural virado para a comunidade, um projeto de fortalecimento do setor público, um projeto de reabilitação do setor privado e desenvolvimento do agronegócio e um projeto regional para o setor das pescas. Donativos do Fundo Fiduciário — com o uso de recursos da União Europeia, do fundo para a construção do Estado e da paz, e do Fundo Global para o Ambiente — proporcionaram um acréscimo de USD 15 milhões para a segurança alimentar de emergência, incluindo a produção de arroz e programas de merendas escolares e trabalho em troca de comida, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM), assim como para o desenvolvimento rural participativo e assistência técnica para os setores emergentes das indústrias extrativas.

Até 14 de abril de 2015, a Guiné-Bissau tinha três créditos da AID. Na qualidade de devedor, o país recebeu desembolsos de USD 88,6 milhões, com base em um capital original de USD 84 milhões. As obrigações devedoras da Guiné-Bissau somam USD 51,1 milhões.

Operações de apoio ao orçamento

2. Atualmente, o Banco não oferece apoio orçamental à Guiné-Bissau. Contudo, assim como em 2014, no âmbito da Nota sobre o Envolvimento com o País (CEN) de 2015–2016, o Banco contempla elevar os pagamentos de salários para professores e profissionais de saúde por um período de seis meses em 2015. As futuras operações de apoio ao orçamento dependerão dos progressos que a Guiné-Bissau obtiver na melhoria da gestão financeira pública.

Programa de empréstimos

3. Em maio de 2015, o Banco aprovou uma Nota sobre o Envolvimento com o País referente à Guiné-Bissau, a qual se baseava em dois pilares: i) reforço da capacidade institucional, e ii) fortalecimento da prestação de serviços básicos. Essa nota orientará o envolvimento do Grupo Banco Mundial na Guiné-Bissau no exercício 2015/16 e, em seguida, será substituída por um Quadro de Parceria com o País (CPF). Este Quadro será embasado por um Diagnóstico Sistemático do País, uma análise dos principais constrangimentos para alcançar o duplo objetivo do Grupo Banco Mundial de erradicar a pobreza extrema e ampliar a prosperidade compartilhada. Esta análise está a ser elaborada e vai tirar partido do Memorando Económico Nacional publicado pelo Banco Mundial em janeiro de 2015.

4. A carteira atual da AID está composta por seis operações nacionais da AID e uma operação regional também da AID, perfazendo um montante total de compromissos de USD 78,5 milhões. O foco do programa do BM recai sobre um projeto de emergência para reabilitação do abastecimento de eletricidade e água (USD 37,3 milhões), um projeto de desenvolvimento rural virado para a comunidade (USD 20 milhões), um projeto de conservação da biodiversidade (USD 1,95 milhões), um projeto regional para o setor das pescas (USD 6 milhões) um projeto de reabilitação do setor privado e agronegócio (USD 8,2 milhões), apoio de emergência à segurança alimentar (USD 7 milhões), um projeto de fortalecimento do setor público (USD 5 milhões) e assistência técnica para as indústrias extrativas (USD 2,86 milhões). Em 14 de abril de 2015, o saldo não desembolsado da AID montava a USD 36 milhões.

5. Os donativos do fundo fiduciário proporcionam outros USD 15 milhões para a segurança alimentar de emergência, incluindo a produção de arroz e programas de merenda escolar e trabalho em troca de alimentos, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas. Estes donativos também são destinados ao desenvolvimento rural voltado para as comunidades e à assistência técnica para a gestão económica e para as indústrias extrativas. Os donativos do fundo fiduciário utilizam recursos do fundo fiduciário para a construção do Estado e da paz (desenvolvimento rural participativo, assistência técnica ao Ministério das Finanças em matéria de gestão económica, assistência técnica aos setores das indústrias extrativas) e da União Europeia.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

6. Desde a aprovação do primeiro projeto em favor do país, em 1976, até maio de 2015, o BAfD já aprovou 50 operações para a Guiné-Bissau, excluídos os projetos multinacionais, perfazendo um compromisso líquido de UC 373 milhões (cerca de FCFA 310 mil milhões). Destas operações, 29,7% se referem ao setor social, 29,2% à infraestrutura, 23,2% a setores múltiplos, 17,5% à agricultura e 2,3% às finanças. Até abril de 2013, a carteira ativa está composta de seis projetos em curso, perfazendo um total líquido de UC 21,32 milhões e uma taxa de desembolso de 18%.

Programa de empréstimos

7. No período entre janeiro de 2008 e abril de 2014, o BAfD aprovou um alívio da dívida HIPC provisório (USD 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao setor das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao setor da saúde (UC 6 milhões), um donativo de emergência para combate ao cólera (UC 0,33 milhões), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,86 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).

8. Em maio de 2015, o BAfD aprovou uma nova operação de apoio ao orçamento no montante de UC 5 milhões (FCFA 4,1 milhões). O programa foi construído em torno de dois

componentes: i) o reforço da transparência, controlos internos e externos da execução orçamental e o combate à corrupção, e ii) o reforço da gestão do orçamento. Será complementado por um projeto de apoio institucional de UC 5 milhões (FCFA 4,1 milhões) em vias de ser finalizado.

9. Em outros setores que não o da governação, o BAfD atualmente está a elaborar um projeto de energia de UC 13,3 milhões para a reabilitação da rede elétrica da cidade de Bissau. O projeto será financiado em conjunto pelo Banco Europeu de Investimento, que responderá por até EUR 10 milhões.

Outros programas distintos de empréstimos

10. Em janeiro de 2015, o BAfD aprovou a sua estratégia para o país para o período 2015–2019 e a sua avaliação do desempenho da carteira do país. A estratégia aprovada baseia-se em dois pilares, a saber: i) reforço da governação e dos alicerces do Estado; e ii) desenvolvimento de infraestrutura para promover o crescimento inclusivo. Em março de 2011 foi lançado um documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental para o período 2011–2015. Estudos económicos e setoriais recentes abrangem um exame do setor de transportes, outro do setor agrícola e um perfil do gênero no país, a ser lançado no decorrer de 2015.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão
Geral: Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão.
Contas nacionais: No segundo trimestre de 2010, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) publicou as contas nacionais revistas de 2003–2008, com base no Sistema de Contas Nacionais 1993 (SCN 93). Desde então, o INEC continua a publicar dados anuais sobre as contas nacionais. Os novos dados proporcionam uma cobertura mais abrangente de todos os setores da economia e, como resultado, os valores do PIB dobraram. Ademais, estes novos dados apresentam o PIB a preços correntes e a preços constantes (2003), para além dos deflatores do PIB. Várias missões do AFRITAC Ocidental, entre 2013 e 2015, continuaram a melhorar a compilação das contas nacionais. Recentemente, assistência técnica prestada pelo AFRITAC recomendou a revisão dos dados do PIB de 2013 em diante de modo a refletir a melhoria das fontes de dados da balança de pagamentos e dos preços no produtor.
Estatísticas de preços: O IPC harmonizado está a ser compilado desde julho de 2002, com base na mesma metodologia que é utilizada por outros países da UEMOA. O IPC foi atualizado em 2010 (novo ano base 2008–2009, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda). No entanto, os dados dos preços referem-se apenas à capital, Bissau. Uma missão do AFRITAC recentemente melhorou a compilação do IPC com base em estimativas revistas da média dos preços no consumidor final (no caso, as famílias) em 2011.
Estatísticas de finanças públicas: Desde 2007, a TOFE mensal é compilada regularmente e utilizada como uma ferramenta básica para a monitorização do programa com o FMI. Em março de 2010, uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) do AFRITAC Ocidental prestou assistência técnica às autoridades na compilação e difusão de EFP e na implementação de planos de ação destinados a melhorar a difusão desses dados ao público. Dentro do programa de trabalho do AFRITAC Ocidental, missões de assistência técnica em estatísticas financeiras públicas visitaram a Guiné-Bissau em outubro de 2013 e setembro de 2014. Estas missões realçaram a necessidade de o Ministério da Economia e Finanças começar a implementar as recomendações das missões de EFP anteriores.
Estatísticas monetárias financeiras: As estatísticas monetárias e financeiras são compiladas e divulgadas pelo BCEAO, são apropriadas na generalidade e a sua cobertura institucional é ampla. A exatidão dos dados é prejudicada em certa medida pelo uso de coeficientes desfasados de ordenação para estimar os movimentos transnacionais de notas entre os países do BCEAO; esses movimentos, por sua vez, são usados para estimar a moeda em circulação e ajustar a posição dos ativos externos líquidos de cada país membro.

Supervisão do setor financeiro	
Estatísticas da balança de pagamentos: O país divulga as estatísticas da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional ao STA numa base anual, mas com um desfasamento considerável. A Guiné-Bissau passou a adotar a metodologia do BPM6 para as estatísticas da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional em setembro de 2013, tendo revisto as séries anteriores desde 2007. Os dados da balança de pagamento são fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre as transações da conta financeira e os dados da posição do investimento internacional. O grande número de pequenos operadores, um setor informal de grandes proporções e debilidades institucionais entravam a recolha de dados. Embora o Ministério das Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e estoques são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO. A Guiné-Bissau também participa da Pesquisa Coordenada sobre Investimento Direto (CDIS) e tem vindo a divulgar a posição da entrada de investimento direto desde dezembro de 2011.	
Normas e Qualidade dos Dados	
A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) desde novembro de 2001. O país precisa atualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.	Não há dados disponíveis do ROSC.
Prestação de Informação ao STA	
Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais nem anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação <i>International Financial Statistics (IFS)</i> nem no anuário <i>Government Finance Statistics Yearbook</i>. Dados mensais sobre as estatísticas monetárias da Guiné-Bissau são divulgados regularmente para publicação em <i>IFS</i>, com algum atraso.	

Guiné-Bissau: Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão					
	Data da última observação	Data do Recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência de divulgação ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio	Corrente	Corrente	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Março 2013	Abril 2013	M	M	M
Reserva/base monetária	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Moeda Ampla	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço do banco central	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Taxas de juros ²	Abril 2013	Maio 2013	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Março 2013	Maio 2013	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Estoques da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2011	Abril 2013	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	Dez 2012	Junho 2014	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	Dez 2012	Junho 2014	A	I	I
PIB	2012	Abril 2013	A	I	I
Dívida externa bruta	2012	Abril 2013	A	I	I
Posição de investimento internacional ⁶	2011	Abril 2013	A	I	I
¹ Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nocionais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas. ² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro. ³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno. ⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais. ⁵ Composição por moeda e por vencimento. ⁶ Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes. ⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).					

**Pronunciamento do Sr. Ngueto Tiraina Yambaye, Administrador para a Guiné-Bissau
e do Sr. Siradiou Mamadou Bah, Assessor Sênior do Administrador
10 de junho de 2015**

I. Introdução

Em nome das autoridades guineenses, gostaríamos de agradecer ao Corpo Técnico, à Direção e ao Conselho de Administração pelo apoio contínuo à Guiné-Bissau. Após o êxito das eleições legislativas e presidenciais em abril e maio de 2014, o novo governo estabeleceu como objetivo enfrentar o desafio do desenvolvimento do país. As autoridades agradecem a assistência técnica do FMI, o diálogo sobre políticas e o desembolso recebido em novembro de 2014 ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido para resolver as necessidades do país em termos do balanço de pagamentos e financiamento para 2014. O apoio financeiro catalisou o reatamento da ajuda de doadores e abriu caminho para a adoção das tão necessárias reformas. A este respeito, foi preparado um plano de desenvolvimento de 10 anos, cujo objetivo é consolidar o progresso do passado para transformar a economia daqui em diante. O engajamento construtivo do FMI foi essencial para ajudar as nossas autoridades a organizar, em março de 2015, em Bruxelas, a bem-sucedida Conferência de Doadores. Nessa reunião, os doadores prometeram cerca de 1,5 mil milhões de USD em apoio aos projetos de desenvolvimento das autoridades, para os próximos 10 anos, incluindo a reforma do setor de segurança.

Sabedoras dos desafios socioeconómicos que a Guiné-Bissau enfrenta, as nossas autoridades estão fortemente empenhadas em fortalecer a recém-recuperada estabilidade política e lançar bases sólidas para um crescimento económico maior, sustentado e inclusivo para combater a pobreza. Para tal, adotaram um plano estratégico para 2014-2018 que deverá melhorar a situação orçamental, aprofundar as reformas estruturais, atenuar vulnerabilidades e desenvolver um setor privado vibrante, promotor do crescimento e do emprego. Em apoio a esse plano estratégico, as autoridades solicitam um acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). Com base em amplo consenso e nos resultados positivos das medidas políticas aplicadas ao abrigo da RCF, as autoridades guineenses estão fortemente determinadas em implementar o acordo apoiado pela ECF para manter a estabilidade macroeconómica, melhorar a gestão das finanças públicas e adotar as reformas necessárias para promover uma melhor governação e o desenvolvimento do setor privado.

II. Desenvolvimentos Económicos Recentes

Em 2012-2013, a economia vivenciou uma rápida deterioração devido, em particular, à suspensão da ajuda de doadores, ao acentuado declínio nos preços internacionais do caju e a uma política fiscal frouxa. Nesse contexto, o crescimento declinou 1,8 por cento em 2012 e aumentou apenas 0,8 por cento em 2013. O saldo fiscal global deteriorou em 4,6 por cento do PIB em 2012 e 5,3 por cento do PIB em 2013. Nesse período, o défice da conta corrente

também aumentou, para 4,4 por cento do PIB. Com a queda de mais de 60 por cento dos preços ao produtor da castanha de caju (a principal fonte de receitas da exportação do país), a pobreza disparou e a insegurança alimentar mais do que duplicou. Ademais, as pressões orçamentais resultaram na forte compressão das despesas sociais e grande acúmulo dos atrasados internos e externos.

As nossas autoridades estão fortemente determinadas em reverter essa situação e iniciaram, no segundo semestre de 2014, um conjunto de reformas que começou a produzir resultados positivos ao restabelecer a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento económico com a aplicação de uma gestão rigorosa do orçamento perante condições financeiras muito restritivas. Em 2014, o crescimento do PIB real está estimado em 2,5 por cento, puxado pelo aumento da colheita de caju, da construção e dos serviços de telecomunicações. A inflação média declinou para -1 por cento no âmbito da queda dos preços mundiais dos alimentos e dos combustíveis. Graças a medidas de reforço dos controlos sobre as importações de combustíveis, de simplificação das isenções fiscais e de intensificação da auditoria dos grandes contribuintes, a receita total atingiu 12 por cento do PIB em 2014 contra 8,1 por cento em 2013. Os aumentos de receitas, conjugados com a ajuda de doadores e a emissão, no mercado de capitais regional, de bilhetes do tesouro de um ano, permitiram às autoridades liquidar grande volume de atrasados acumulados nos últimos anos. Estima-se ssaldo fiscal global de 2,2 por cento do PIB enquanto o défice da conta corrente declinou para 1,2 por cento do PIB em 2014. Em relação à questão do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas - FUNPI, as autoridades suspenderam sua cobrança este ano devido à falta de impacto positivo do Fundo no setor. Essa medida levará ao aumento do rendimento dos produtores de caju e também reduzirá o montante do contrabando e a pobreza.

As autoridades guineenses são gratas ao FMI pela sua contribuição para o êxito da Conferência de Doadores realizada no dia 25 de março de 2015 em Bruxelas. As autoridades apresentaram a sua estratégia de desenvolvimento a médio prazo para 2015-2025 e procuraram a ajuda e a contribuição de parceiros internacionais para o seu financiamento. Os objetivos do plano são aumentar o investimento em infraestrutura, diversificar a economia, mediante o desenvolvimento da agricultura e da agroindústria, das pescas, do turismo e da mineração, e a reformar o setor de segurança.

Em relação à essa reforma, o progresso alcançado desde setembro último é considerável. As autoridades anunciaram uma série de iniciativas destinadas a reformar e a profissionalizar as forças armadas. Elas incluem a reforma inicial de 500 soldados até ao fim de 2015. Com ajuda externa, desenvolverão um regime de aposentação sustentável para o pessoal de segurança afetado. Já foi editado um decreto que cria um fundo especial de reforma para os próximos 5 anos.

III. Programa e Políticas de Médio Prazo para 2015

A implementação decisiva do programa apoiado pela ECF permitirá às nossas autoridades resolverem as dificuldades de financiamento do país enquanto enfrentam os desafios de crescimento e redução da pobreza. A este respeito, elas estão empenhadas em tomar medidas para aumentar as receitas, financiar serviços públicos essenciais e promover o crescimento inclusivo para reduzir a pobreza no país.

1. Política Orçamental e Sustentabilidade da Dívida

A política orçamental destina-se a aumentar as receitas fiscais através da aplicação das reformas tão necessárias para financiar serviços públicos essenciais. Na execução do orçamento de 2015, caso as receitas excedam os recursos orçados, o excedente será afetado a despesas prioritárias não salariais. Ademais, para melhorar a gestão de tesouraria, a transparência e os controlos orçamentais, serão tomadas medidas para se criar a Conta Única do Tesouro (CUT) e serão reforçados o Comitê do Tesouro e a comunicação. As autoridades também estão empenhadas em minimizar o uso das despesas não tituladas (DNT) para casos de emergência. Para melhorar a gestão da massa salarial, o módulo financeiro da folha salarial será consolidado com o módulo administrativo, que servirá para resolver a ligação deficiente entre o pagamento de ordenados e a gestão de recursos humanos enquanto reduz o número de trabalhadores fantasmas. Em relação às medidas no âmbito das receitas, as autoridades continuarão a adotar, alargar e a aprofundar reformas iniciadas para melhorar a cobrança de impostos. Em particular, aumentarão os controlos e inspeções de grandes e médias empresas, bem como as auditorias fiscais e os pagamentos de impostos por contribuintes não cumpridores. Ademais, serão adotadas medidas de simplificação do sistema tributário para reduzir distorções e melhorar a cobrança de impostos. Na mesma linha, serão envidados esforços para restringir ainda mais as isenções fiscais e aprimorar os subsídios.

As autoridades saúdam a atualização da análise da sustentabilidade da dívida que destaca que a Guiné-Bissau enfrenta risco moderado de sobre-endividamento. Contudo, o elevado nível da dívida pública total elevou o risco global de sobre-endividamento. Dada a necessidade de melhorar ainda mais a sustentabilidade orçamental e da dívida, as autoridades estão empenhadas em seguir políticas prudentes de gestão orçamental e da dívida e, ao mesmo tempo, fortalecer a capacidade da sua gestão. Com a assistência técnica do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento, será introduzido um quadro jurídico e institucional de gestão da dívida pública e dos processos de contração de dívida. As autoridades continuarão a depender de empréstimos concessionais e donativos para financiar investimentos.

2. Política Financeira

Cientes dos desafios e das vulnerabilidades enfrentadas pelo setor financeiro, as autoridades estão determinadas em salvaguardar a estabilidade do setor, seguindo as melhores práticas internacionais. Em cooperação estreita com a comissão bancária regional da UEMOA, garantirão o cumprimento dos rácios prudenciais, incluindo disposições para empréstimos

malparados e injeções de capital. Os esforços para aprofundar a intermediação financeira e incentivar o acesso ao crédito e aos serviços bancários serão reforçados. O documento de estratégia nacional para o setor de microcrédito será revisto para consolidar as iniciativas atuais.

As nossas autoridades guineenses estão empenhadas em continuar a melhorar o seu quadro de CBC/FT. A esse respeito, uma estratégia nacional sobre CBC/FT coerente com as normas do Grupo de Ação Financeira contra o Branqueamento de Capitais (FATF) será apresentada ao parlamento até ao final do ano. Os altos funcionários do governo divulgarão os seus bens ao Conselho de Ministros até setembro de 2015 e o Gabinete de Informação Financeira continuará as suas atividades de sensibilização para bancos comerciais e o público em geral.

3. Reformas Estruturais e Fomento do Crescimento

Para alcançar crescimento mais elevado, sustentável e inclusivo, as autoridades estão decididas a melhorar o ambiente de negócios e a fomentar o investimento produtivo. Serão envidados esforços para reduzir o custo dos negócios através dos necessários investimentos para colmatar o défice de infraestrutura, desenvolver o capital humano e promover a aplicação da lei, que são cruciais para aumentar a competitividade da economia como um todo. Com apoio internacional, a qualidade das instituições e da prestação dos serviços públicos de saúde e educação serão melhoradas. Ademais, as autoridades planeiam reestruturar a empresa de eletricidade e águas (EAGB) para que se torne uma empresa lucrativa, financeiramente saudável e privatizar a Guiné Telecom. A auditoria do FUNPI será concluída até ao fim de setembro de 2015 e os seus resultados servirão de base para uma nova estratégia de promoção da produção e da transformação do caju.

IV. Conclusão

Nos últimos anos, as atividades económicas da Guiné-Bissau foram fortemente afetadas pela instabilidade política e pela queda significativa dos preços do caju com graves repercussões para as finanças públicas. Ao abrigo do desembolso da RCF, a situação macroeconómica foi estabilizada e foram iniciadas reformas profundas que estão a produzir resultados positivos. As autoridades guineenses gostariam de aprofundar as reformas já iniciadas e implantar uma reforma económica e financeira de médio prazo para responder aos desafios enfrentados pela economia. Elas prepararam, com a assistência do corpo técnico, um programa de ajustamento para o qual estão a solicitar ao FMI apoio ao abrigo da ECF. Elas assumem responsabilidade total pelo programa e estão fortemente empenhadas em aplicar as medidas políticas aqui previstas. O programa constituir-se-á em base sólida para ajudar a resolver as dificuldades orçamentais e de balanço de pagamentos e lançará os alicerces para o crescimento e a redução da pobreza. Portanto, muito apreciaríamos o apoio dos Administradores a esta solicitação. As nossas autoridades também continuarão a precisar do forte apoio de parceiros de desenvolvimento para melhorar a estabilidade macroeconómica e o processo de reforma para se alcançar o crescimento sustentado e inclusivo.